

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Vivianne Costa Koltermann

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER:
CARACTERÍSTICAS NOS MUNICÍPIOS DA QUARTA
COLÔNIA/RS**

Santa Maria, RS

2019

Vivianne Costa Koltermann

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CARACTERÍSTICAS NOS
MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre Em Educação Física**.

Orientadora: Prof^a Dr. Maristela Da Silva Souza

Santa Maria, RS

2019

Koltermann, Vivianne Costa
Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Características
nos municípios da Quarta Colônia/RS / Vivianne Costa
Koltermann.- 2019.
158 p.; 30 cm

Orientadora: Maristela da Silva Souza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação Física e desportos, Programa de
Pós-Graduação em Educação Física, RS, 2019

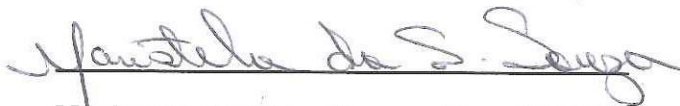
1. Políticas Públicas 2. Esporte e lazer 3. Quarta
Colônia/RS I. da Silva Souza, Maristela II. Título.

Vivianne Costa Koltermann

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CARACTERÍSTICAS EM
MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Educação Física**.

Aprovado em 20 de agosto de 2019:



Maristela da Silva Souza, Dra. (UFSM)

(Presidente/Orientadora)



João Francisco de Magno Ribas, Dr. (UFSM)

Mauro Myskiw, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS

2019

RESUMO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CARACTERÍSTICAS NOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA/RS

AUTOR: Vivianne Costa Koltermann
ORIENTADORA: Maristela da Silva Souza

Este estudo objetiva diagnosticar e analisar as características das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos municípios da região da Quarta Colônia/RS, em que através de análises de documentos e entrevistas, analisaremos dentre as políticas públicas de esporte e lazer, as categorias dos objetivos e dos conteúdos/métodos encontradas nas referidas políticas, investigando as propostas previstas em cada gestão e o que foi executado durante o governo, as propostas dos planos de governo e as execuções, bem como a relação dos recursos financeiros disponíveis para esta área. Também será analisada a abrangência quantitativa das políticas públicas desenvolvidas nos municípios estudados.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Esporte e Lazer. Quarta Colônia, RS.

ABSTRACT

PUBLIC SPORTS AND LEISURE POLICIES: CHARACTERISTICS IN THE FOURTH COLONY/RS

AUTHOR: Vivianne Costa Koltermann
ADVISOR: Maristela da Silva Souza

This study aims to diagnose and analyze the characteristics of Sports and Leisure Public Policies in the municipalities of the region of Quarta Colônia / RS, in which, through analysis of documents and interviews, we analyze, among public sports and leisure policies, categories of objectives and of the contents / methods found in these policies, investigating the proposals foreseen in each management and what was executed during the government, the proposals of the government plans and the executions, as well as the relation of the available financial resources for this area. The quantitative coverage of the public policies developed in the cities studied will also be analyzed.

Keywords: Public Policies. Sports and leisure. Fourth Colony, RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema das teorias de Pierre Bourdieu.....	38
Figura 2 – Contexto social do município x poder público.....	71
Figura 3 – Investimentos do Ministério do Esporte de 2004-2010.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de habitantes dos municípios da Quarta Colônia/RS segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE.....	22
Tabela 2 – Total de investimentos do governo nos programas do Ministério do Esporte.....	111

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios da Quarta Colônia/RS.....	23
---	----

SUMÁRIO

1. Introdução	8
1.2 Problema de Pesquisa.....	15
1.3 Objetivo Geral.....	15
1.4 Objetivo Específico.....	15
1.5 Metodologia.....	15
5. Capítulo 1: Quarta Colônia/RS e seus municípios.....	22
6. Capítulo 2: Teoria Boudieusiana.....	27
2.1 O conceito de habitus.....	23
2.2 A teoria dos campos sociais.....	32
2.3 Capitais cultural, científico e social.....	34
2.4 Bourdieu e as políticas públicas de esporte e lazer.....	39
7. Capítulo 3: Políticas Públicas.....	46
8. Capítulo 4: Gestores Municipais e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer.....	54
4.1 Dados e formação acadêmica dos entrevistados.....	61
4.2 Atuação dos coordenadores e o esporte e lazer.....	65
4.3 Contexto da política pública de esporte e lazer.....	69
4.4 Implementação de uma política pública de esporte e lazer no município.....	84
4.5 Avaliação do esporte e lazer.....	92
9. Capítulo 5: Breve histórico da instituição do Ministério do Esporte e os documentos legais dos municípios da região da Quarta.....	101
5.1 Políticas Públicas de Esporte e Lazer: os documentos municipais e os desenvolvimentos na prática.....	116
10. Considerações finais.....	126
11. Referências.....	132
12. APÊNDICE 1.....	141
13. APÊNDICE 2.....	143
14. APÊNDICE 3	145

1. Introdução

Políticas Públicas pode ser definida “[...] como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações” (SOUZA, 2006, p. 22). Este termo, enquanto área de conhecimento passou a ser estudado desde a década de 1950 nos Estados Unidos, passando para a Europa da década de 1970 e, a partir de 1980, no Brasil, onde foi investigado nos mais diferentes espaços da esfera pública e privada como um processo de redemocratização da sociedade (MEZZADRI, 2011). Nesse, sentido, em relação ao Brasil, alguns fatores foram determinantes para que os estudos sobre políticas públicas fossem direcionados ao esporte e lazer (MEZZADRI; SILVA; FIGUEROA, 2015). São eles: o surgimento do Ministério do Esporte; a criação do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – rede CEDES – (STAREPRAVO, 2011); e o Brasil como sede dos megaeventos esportivos, tais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas e Paraolimpíadas (MEZZADRI, 2011).

Neste contexto histórico, Starepravo e Marchi Jr. (2016, p.43) destacam que:

[...] escrever sobre políticas públicas requer mapear o espaço social no qual essa é produzida, avançar no entendimento das relações entre os agentes, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas.

Ou seja, deve-se, primeiramente, identificar a área social na qual a política pública será introduzida, avançar no próprio conceito e interesses dos agentes sociais que farão parte da mesma, para que, assim, seja compreendida quais serão as políticas públicas, no caso as de esporte e lazer, que serão pensadas, implementadas e executadas, bem como as que obtiveram sua conclusão e êxito e as que não foram executadas.

Em outro estudo relacionado as políticas públicas de esporte e lazer, as autoras Amaral e Pereira (2009) dissertam sobre o aumento da produção científica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no campo da Educação Física, bem como a grande expansão dos grupos de pesquisa da área que se

dedicam a essa temática (AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014). Neste estudo, elas concluem que ainda há dificuldades que pairam os estudos em relação ao esporte e lazer e suas soluções em relação ao diálogo com outras áreas tais como a sociologia, educação e saúde, mas que ainda permanece esta expectativa que os sujeitos deste processo das políticas públicas sejam relevantes para nossa área e produzam pesquisas de valor conceitual e teórico significantes para este tema, ganhando cada vez mais espaços no campo acadêmico.

A partir deste contexto histórico brasileiro, as Políticas Públicas são um espaço de disputas e interesses de determinados agentes sociais, em que tende a reproduzir as suas próprias lutas que se definem a partir do campo do poder, ou seja, um espaço de lutas que possuem uma força social, para que, assim, diferentes grupos sociais possam disputar este monopólio de poder (BOURDIEU, 2009). Nesse contexto citado, o subcampo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer tem como um importante papel os agentes sociais que irão assumir o papel decisivo nesta definição das Políticas Esportivas na nossa área. Com isso, segundo Starepravo, Mezzadri e Marchi Jr., (2015, p. 218) remetem os gestores como os “[...] agentes responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer [...]”, ou seja, os papéis políticos que estão envolvidos e presentes nesta esfera política através de seu conhecimento mais amplo da área.

Esses agentes sociais são os gestores responsáveis pelas políticas públicas que são estabelecidas no nosso país, estados e municípios de cada região. Nesse sentido, na presente pesquisa o local escolhido para a realização da mesma será os municípios da Quarta Colônia/RS, região esta que é rica na diversidade de culturas, etnias e festividades através dos seus 9 municípios que pertencem a esta região. Esta escolha se deve á aproximação da pesquisadora com a região, e por esta diversidade que faz com que as Políticas Públicas de Esporte e Lazer estejam presentes de acordo com cada etnia e cultura dos municípios. Assim, cada cidade define as suas regras e políticas que a definem a partir de um processo de democratização, que faz

com que “a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz” (SOUZA, 2007).

As políticas públicas de esporte e lazer também são pensadas nos níveis nacional, estadual e municipal. No nosso caso, elas serão estudadas a partir das políticas de nível municipal. O município, assim, integra de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) através dos Artigos 1º e 18 a Federação Brasileira, tendo a sua autonomia financeira e político-administrativa pública. Este poder executivo também desempenha funções através de órgãos administrativos, nas quais são as secretarias, serviços, departamentos, etc, e entidades, tais como fundações e empresas estatais, que são relacionadas de acordo com as necessidades locais e os serviços públicos que são necessários para o município (FERLIE, ASBURNER, FITZGERALD, PETTIGREW, 1999).

Além disso, cada município tem seu papel em relação a quais políticas públicas serão implementadas durante as suas gestões municipais, esta, por sua vez, relacionada ao esporte e lazer, tema no qual está presente nesta pesquisa. Este processo que cada município possui para que seus gestores municipais responsáveis pela área do esporte e lazer implementem e executem políticas públicas é um dos focos da pesquisa, tendo como parâmetros os municípios pertencentes a região da quarta colônia/RS.

Após nos apropriarmos e exposto tais conceitos, justifica-se a realização desta pesquisa na determinada região pela devida importância que as Políticas Públicas de Esporte e Lazer tem para os municípios e as regiões nos quais esta é implementada, pois a mesma é um direito social de todos garantido pelo artigo 217 da Constituição Federal de 1988, bem como pela proximidade e fácil acesso para a realização da pesquisa, visto que a pesquisadora em questão reside em um dos municípios pertencentes à quarta colônia. A escolha pelo tema das políticas públicas de esporte e lazer vem pela proximidade com o tema durante a graduação em Educação Física na mesma Instituição de ensino que atualmente cursa este mestrado, em que foi bolsista da rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer) pesquisando sobre este tema da política, mais especificamente no município de Santa

Maria/RS. Esta aproximação foi de extrema importância para instigar e querer pesquisar mais sobre o assunto, dando uma continuidade na minha base acadêmica e profissional, visto que este tema vem sendo estudado desde a graduação, em seguida também na Pós-graduação em Educação Física Escolar/UFSM, e, dando continuidade, atualmente no Mestrado em Educação Física/UFSM.

Há também que salientar o porquê da escolha desta região e destes municípios em questão, esta que se justifica pela diversidade cultural que estes municípios possuem, permitindo um grande leque de conhecimento das mais diversas culturas e etnias, tendo em cada cidade a sua própria peculiaridade. Esta região, assim, é de muita importância para o Estado do Rio Grande do Sul, e esta importância deve ser levada em conta na própria questão da Política Pública de Esporte e Lazer, visto que engloba todas essas etnias e culturas existentes e pertencentes da região.

A região também possui uma importância cultural relevante para os municípios pertencentes e também para a região central do Estado, visto que abrange áreas de fácil acesso. Esta importância cultural deve-se a beleza geográfica da região, que apresenta diversas belezas naturais e muitas áreas verdes para o turismo da região; a gastronomia típica das etnias presentes na região, tais como alemã, italiana e portuguesa; os festivais nos quais estão muito presentes, onde a maioria dos municípios possuem as suas feiras, trazem também bailes típicos, entre outros festivais com as comidas típicas da região.

Assim, todos os municípios e Estados devem proporcionar a população o acesso ao esporte e lazer a partir da implementação dessas Políticas Públicas, visando a melhoria da qualidade de vida da população, bem como também fomentar essa prática para todos os segmentos, contemplando a multiplicidade das experiências e as especificidades regionais. Sendo assim, pretende-se analisar e caracterizar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer dessa região e, por conseguinte, as ações que estão sendo implementadas no

contexto dos municípios pertencentes à Quarta Colônia/RS, através de seus gestores municipais.

1.2 Problema de pesquisa

Quais as características das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos municípios da região da quarta colônia/RS?

1.3 Objetivo geral

Diagnosticar e analisar as características das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos municípios da região da Quarta Colônia/RS.

1.4 Objetivos específicos

- Mapear programas, projetos e atividades de esporte e lazer que vem sendo desenvolvidos nos municípios da quarta colônia/RS;
- Caracterizar e analisar a implantação e execução das Políticas Públicas de Esporte e Lazer dos municípios da Quarta Colônia/RS.
- Diagnosticar análises preliminares das Políticas Públicas de Esporte e Lazer com base nas perspectivas de Pierre Bourdieu.
- Perceber quem são os gestores responsáveis pelas Políticas Públicas e as características dos seus municípios.

1.5 Metodologia

A teoria do conhecimento se caracteriza pelos processos que constituem os elementos epistemológicos e pela sua relação com a realidade, ou seja, a pesquisa precisa partir de uma realidade concreta, afinal “[...] Sem esse caminho que se origina no mundo concreto da necessidade se esvazia qualquer processo de pesquisa” (SANCHEZ GAMBOA, 2011, p. 87). A partir de então, se apresenta categorias de análise do estudo, no sentido de elevar ao nível da abstração a realidade concreta. No nosso caso, as nossas categorias de análise são: políticas públicas, gestão, esporte e Lazer. Estas categorias foram escolhidas a partir dos objetivos da pesquisa, em que as mesmas serão

os pontos-chave das discussões no ~~ao longo de~~ decorrer da pesquisa. A política pública como tema central a partir da gestão destes municípios pertencentes a região da Quarta Colônia/RS que farão parte da pesquisa, e o esporte e lazer especificando o tema que será tratado a partir de cada cidade e de seu gestor municipal responsável pela área, compreendendo como esta temática está presente nesta região.

Sendo assim, serão realizados os seguintes procedimentos na metodologia da pesquisa:

- A análise documental: a pesquisa documental visa se dedicar a explorar documentos que não foram utilizados como fontes em outras pesquisas e visa “[...] constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes [...]” (CELLARD, 2010, p. 298). Permite com isso, construir um banco de dados que indicam as direções tomadas pela realidade e que foram registradas em ofícios, registros de projetos, protocolos, relatórios, leis entre outras. A fonte de investigação deste estudo partirá dos documentos gerados pelas Secretarias em que estão alocadas o Esporte e Lazer nos municípios participantes, principalmente o plano de governo e os projetos/programas relacionados as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, como também os documentos dispostos do Ministério do Esporte que tenham relação com o Esporte e Lazer¹.
- A entrevista possibilita a interação entre o pesquisador e o entrevistado no sentido de trazer a tona concepções, definições e, principalmente, no nosso caso, complementar as informações que muitas vezes estão limitadas na fonte documental, no que se refere às características das políticas públicas de esporte e Lazer nos municípios da quarta colônia/Rs. O termo entrevista significa a junção entre duas palavras: “entre e vista”. Essa união expressa o ato de perceber realizado entre

¹ Os documentos analisados serão: Constituição Federal de 1988, na seção do Esporte e Lazer; Política Nacional do Esporte; Conselho Nacional do Esporte; Leis Orgânicas dos Municípios; Programa de Esporte e Lazer da Cidade e Lei de Incentivo ao Esporte.

duas pessoas, através do contato “face a face”. Este processo de pesquisa leva a formulação de perguntas que partem do pesquisador fazendo que o sujeito (entrevistado) se direcione a respondê-las (RICHARDSON, 2011). Serão entrevistados os gestores municipais responsáveis pelo Esporte e Lazer dentro de suas secretarias nas quais estão alocadas estes segmentos, de cada município pertencente à quarta colônia/RS, ou seja, cada secretário responsável pela pasta que está inserida a área do esporte e lazer.

- Análise dos documentos e das entrevistas: Analisaremos, dentre as políticas públicas de esporte e lazer, as categorias dos objetivos/avaliação e dos conteúdos/métodos através das características encontradas, investigando as propostas previstas em cada gestão e o que foi executado durante o governo, as propostas dos planos de governo e as execuções, bem como a relação dos recursos financeiros disponíveis para esta área.

A presente pesquisa teve como critérios de seleção para o estudo, os municípios que apresentam o desenvolvimento de alguma política de esporte e Lazer, incluídos no plano de governo; as leis orgânicas municipais e as secretarias de esporte e Lazer. Estes critérios foram executados da seguinte forma:

- Primeiramente, foi analisado os planos de governo dos municípios participantes, obtidas através dos sites das prefeituras participantes ou pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A partir deles, foi procurado nos documentos se a área do esporte e lazer consta como política pública obrigatória. Sendo assim, a partir da pesquisa desses dados se obteve os seguintes resultados:

Municípios	Plano de Governo
Agudo	Há plano de governo para o esporte e lazer.
Restinga Seca	Há plano de governo para o esporte e lazer.

Silveira Martins	Há plano de governo para o desporto.
Nova Palma	Não consta a área do esporte e lazer no plano de governo.
Faxinal do Soturno	Não consta a área do esporte e lazer no plano de governo.
Ivorá	Não consta a área do esporte e lazer no plano de governo.
São João do Polêsine	Não consta a área do esporte e lazer no plano de governo.
Dona Francisca	Há plano de governo para o esporte e lazer.
Pinhal Grande	Não consta a área do esporte e lazer no plano de governo.

- Em segundo momento, foi analisado as leis orgânicas municipais, que foram obtidas através dos sites das prefeituras municipais, constando a última atualização das presentes leis. Dentro dessas leis, se procurou se há o esporte e lazer dentro dessas leis como políticas municipais. Assim, se obteve o seguinte resultado:

Municípios	Leis Orgânicas Municipais
Agudo	Há na lei orgânica somente a área do desporto.
Restinga Seca	Há na lei orgânica somente a área do desporto.
Silveira Martins	Há na lei orgânica a área do esporte e lazer.
Nova Palma	Há na lei orgânica somente a área do desporto..
Faxinal do Soturno	Há na lei orgânica somente a área do desporto.

Ivorá	Há na lei orgânica a área do esporte e lazer.
São João do Polêsine	Não consta a área do esporte e lazer na lei orgânica.
Dona Francisca	Há na lei orgânica somente a área do desporto.
Pinhal Grande	Há na lei orgânica somente a área do desporto.

- E no terceiro momento, se analisou as secretarias de esporte e lazer presente nos municípios. Nesse dado, se procurou obter quais municípios possuem secretaria de esporte e lazer. Assim, se chegou ao seguinte resultado:

Municípios	Secretaria de esporte e lazer
Agudo	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
Restinga Seca	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
Silveira Martins	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
Nova Palma	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
Faxinal do Soturno	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
Ivorá	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
São João do Polêsine	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
Dona Francisca	Não há uma secretaria específica para o esporte e lazer.
Pinhal Grande	Não há uma secretaria específica

	para o esporte e lazer.
--	-------------------------

Como nenhum município possui uma secretaria específica de esporte e lazer, se buscou, assim, que esta área esteja presente alocada juntamente com alguma outra secretaria nos municípios. Assim, se chegou à conclusão que:

Municípios	Secretarias municipais
Agudo	Secretaria de educação e <u>desporto</u> .
Restinga Seca	Secretaria de indústria, comércio, turismo, cultura, <u>desporto e lazer</u> .
Silveira Martins	Secretaria de cultura, turismo, <u>desporto</u> e eventos.
Nova Palma	Não há nenhuma secretaria alocada o esporte e lazer.
Faxinal do Soturno	Secretaria de educação, cultura e <u>desporto</u> .
Ivorá	Núcleo de cultura, <u>desporto</u> e turismo.
São João do Polêsine	Não há nenhuma secretaria alocada o esporte e lazer.
Dona Francisca	Secretaria de cultura, <u>desporto</u> e turismo.
Pinhal Grande	Secretaria de educação, cultura, turismo, <u>desporto e lazer</u> .

A partir destes três critérios citados, os presentes critérios de inclusão são: os municípios pertencentes à pesquisa, ou seja, da região da Quarta Colônia/RS, devem apresentar a área do esporte e lazer em, pelo menos, dois destes critérios de seleção (plano de governo, leis orgânicas municipais e secretarias municipais). Sendo assim, há como critério de exclusão: a área do

esporte e lazer fazer parte de apenas um critério de seleção, ou nenhum dos critérios de seleção da presente pesquisa.

Apresentado os resultados das tabelas, os seguintes municípios selecionados para fazer parte da pesquisa são: Agudo, Restinga Seca, Silveira Martins, Dona Francisca e Pinhal Grande.

5. Capítulo 1: Quarta Colônia/RS e seus municípios

A antiga Quarta Colônia de imigração Italiana, chamada atualmente de Silveira Martins, foi criada em 1875, através do núcleo básico inicial da imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul (Lando; Barros, 1980), sendo ocupada inicialmente pelos italianos. Atualmente, é formada por 9 municípios: São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Ivorá, Pinhal Grande, Dona Francisca, Silveira Martins, Agudo e Restinga Sêca, sendo que, destes nove municípios, sete foram criados através do desdobramento da região da Quarta Colônia Italiana e os municípios de Agudo e Restinga Sêca foram incluídos por razões econômicas e políticas. O ponto mais alto da região é situado em Agudo, a 600m do nível do mar, e o ponto mais baixo é localizado no município de Restinga Sêca, a 40m abaixo do nível do mar (SPOLAOR, 2010).

Esta região totaliza uma população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no seu último censo demográfico em 2010, no total de 60.697 habitantes, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de habitantes dos municípios da Quarta Colônia/RS segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE.

Município	1980			1991			2000			2010		
	Total	Rural	%	Total	Rural	%	Total	Rural	%	Total	Rural	%
Agudo	15.658	13.266	84,7	16.718	13.307	79,6	17.444	11.789	67,6	16.729	9.835	58,8
Dona Francisca	3.121	2.107	67,5	3.586	1.641	45,8	3.893	1.578	40,5	3.401	1.255	36,9
Faxinal do Soturno	8.782	5.392	61,4	9.084	4.473	49,2	6.826	2.737	40,1	6.672	2.497	37,4
Ivorá	*	*	*	2.563	1.967	76,7	2.495	1.797	72,0	2.156	1.451	67,3
Nova Palma	8.030	6.595	82,1	7.656	5.571	72,8	6.305	3.646	57,8	6.345	3.262	51,4
Pinhal Grande	*	*	*	**	**	**	4.725	3.219	68,1	4.471	2.576	57,6
Restinga Sêca	14.435	9.820	68,0	15.242	8.549	56,0	16.400	8.213		15.850	6.867	43,3
São João do Polêsine	*	*	*	**	**	**	2.742	1.684	61,4	2.635	1.281	48,6
Silveira Martins	*	*	*	2.380	1.643	69,0	2.566	1.527	59,5	2.452	1.361	55,5

Fonte: Censo IBGE (1980; 1996; 2000; 2010) * Municípios emancipados após 1980.

** Municípios emancipados após 1991.

Segundo este Censo Demográfico do IBGE, percebemos que os municípios pertencentes a esta região são de pequeno porte, com populações de até 20.000 habitantes. Nesse sentido, de acordo com Santos (1981), as pequenas cidades são

[...] a célula-máter que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento sócio-econômico de seus habitantes. Porém, cada uma dessas cidades constitui um caso específico quando se leva em conta sua função principal (SANTOS, 1981, p. 15).

Assim, estes pequenos municípios possuem suas peculiaridades de acordo com as suas posições geográficas dentro desta região, que poderemos ver abaixo, através do mapa 1:

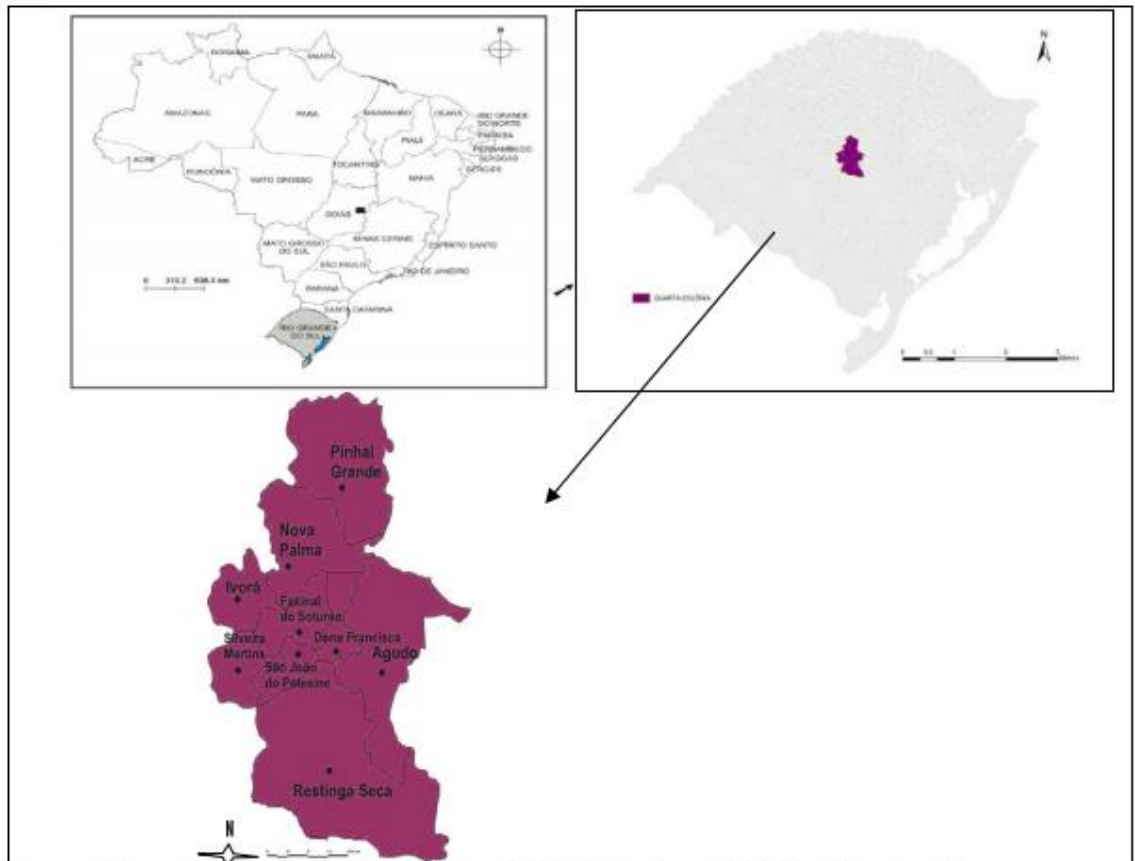


Figura 1: Mapa de Localização Geográfica da Região da Quarta Colônia, RS – Brasil.
 Fonte: FEE (2008); Equipe do Plano Diretor Ambiental da Região da Quarta Colônia.
 Org.: SPOLAOR, S.

Mapa 1 – Municípios da Quarta Colônia/RS.

Os municípios pertencentes à Quarta Colônia começaram as suas emancipações na década de 1950. Os primeiros municípios foram Agudo, Faxinal do Soturno e Restinga Seca, no ano de 1959. Após, em 1960 o município de Nova Palma e, em 1964, Dona Francisca. Ivorá e Silveira Martins emanciparam-se no ano de 1988, Pinhal Grande e São João do Polêsine em 1992. Todos buscavam a emancipação motivados pela possibilidade de melhorar a qualidade de vida e pela necessidade de acesso a direitos básicos como saúde, educação, geração de emprego e melhores vias de acesso (Itaqui, 2002).

A quarta colônia fica entre as encostas e os vales da região central do Rio Grande do Sul. O clima que predomina na região central na qual estão pertencem esses municípios é predominantemente subtropical, com temperaturas médias que variam entre 25° C a 15° C, entre o inverno e o verão.

A base econômica dessa região é, em sua maioria, o setor primário, em que os habitantes tem o seu trabalho presente na agricultura, através do cultivo de arroz, milho, soja e fumo, e também gerando produtos nas agroindústrias (NARDI, 2007). Sendo assim, esses produtos feitos de modo caseiro, fazem parte da atividade agroindustrial, que representam uma importante fonte econômica das famílias, visto que, além de serem consumidas pelas próprias famílias, também possibilitam um complemento de suas rendas. Esses produtos são desenvolvidos em pequenas e grandes escalas nas suas propriedades e lavouras, através de diversificados produtos.

Com isso, através dessas atividades agroindustriais, torna-se uma estratégia importante para evitar a perda desse caráter artesanal de produção dos produtos, que, segundo Silveira e Heinz (2008), essa forma artesanal de produzir ressalta um processo que diz respeito a muito mais uma arte do que propriamente só a técnica de manuseio e produção. Essa arte significa esse diferencial dos produtos artesanais para os produtos industriais, visto que cada produtor rural tem a sua

forma específica de produzir seus produtos, e os produtores industriais já possuem uma padronização na produção dos produtos.

Nos municípios desta região também são muito comuns as festividades que geram em torno destes produtos que são fabricados nas suas próprias terras, divulgando e vendendo os seus produtos para todos que vão participar e prestigiar estas festividades. Aqui temos alguns exemplos das atuais festividades que são realizadas na região: Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e Festa Regional do Arroz, em São João do Polêsine; Festa dos Navegantes, em Dona Francisca; Festa do Padroeiro São Roque e Expocolônia, em Faxinal do Soturno; Festa da Abóbora e Festa do Amendoim, em Ivorá; Expofeira, em Restinga Seca, Festa do moranguinho, Choculin e Volksfest, em Agudo; entre outras.

Estas, assim, têm como suas principais atrações e festividades estes costumes e alimentos que são produzidos na região. Estas manifestações culturais através das festividades fazem parte do cotidiano de toda a população de cada cidade, através dos artesanatos, músicas, danças, religião e gastronomia, que englobam todo o patrimônio cultural destes municípios. Patrimônio, este, que é capaz de promover o próprio desenvolvimento local a partir destes eventos que são típicos da região da quarta colônia/RS (VEIGA, 2003).

Há também uma grande diversidade de etnias nas regiões da quarta colônia, visto que sua formação histórica foi constituída por grupos étnicos diferentes, nos quais são os próprios nativos da região presentes, europeus, africanos, portugueses, alemães e italianos, nas quais destacam-se e predominam, atualmente, estes dois últimos. Enfim, esse importante resgate histórico é de extrema importância para a história desse processo de povoamento dessas imigrações, como também o espaço geográfico e as culturas representantes destes povos.

Nestes municípios há diferentes espaços para a prática de lazer dos habitantes, como os espaços públicos das academias ao ar livre, caminhódromos, ginásios poli-esportivos, quadras abertas, entre outros. Há também alguns programas e projetos que possibilitam esta prática a toda a comunidade, entre eles: Programa Escola Aberta aos finais de semana, Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), escolinhas e projetos desenvolvidos pelas prefeituras juntamente com seus profissionais, etc. É, assim, neste tópico sobre o esporte e o lazer nestes municípios, que iremos nos deter no decorrer da seguinte pesquisa.

6. Capítulo 2: Teoria Bourdieusiana

A Teoria Social Bourdieusiana tem como foco a pesquisa sobre as desigualdades do mundo social, a partir de uma construção teórica na qual seu ponto de partida é a superação da vertente dicotômica entre o objetivismo e o subjetivismo das teorias sociais. A partir deste foco, Pierre Bourdieu, através de suas pesquisas empíricas e teóricas, buscou analisar quais mecanismos de dominação social e reprodução, estão alocados ao meio social. Nesta teoria na pesquisa empírica, seu foco principal não se restringiu apenas a esta proposta de superar as dicotomias, mas cumpriu também a proposta de uma base científica para a sociologia. Nesse sentido, podem-se compreender duas vertentes na teoria bourdieusiana: uma construção da teoria social, e de uma ciência sociológica presente no meio social (PETERS, 2009).

Sendo assim, a partir destas vertentes, no decorrer do capítulo, abordaremos as noções de habitus, campo e capital, conceitos esses que são complementares e constituem os conceitos teóricos básicos de Bourdieu, dando conta das dicotomias entre a estrutura objetiva, ou seja, a do campo social, e a estrutura incorporada, ou seja, a do habitus (BOURDIEU, 2007). Segundo Souza e Marchi Jr. (2010), “para desenvolver uma abordagem sobre um campo [...], Pierre Bourdieu sugere que sejam seguidos estes processos metodológicos, visto que:

[...] é necessário traçar um mapa da estrutura objetiva das relações ocupadas pelos agentes ou instituições [relacionada ao acúmulo de capital], que competem pela forma legítima de autoridade específica no campo. Por fim, devem ser analisados os habitus dos agentes, isto é, os diferentes sistemas de disposições adquiridos em relação ao campo.” (SOUZA E MARCHI JR., 2010, p. 300).

- Apresentação sobre habitus, campo social e capital.

Primeiramente, faremos uma breve introdução sobre os três conceitos. E, logo após, aprofundaremos em três tópicos sobre o *habitus*, campo e capital, bem como também uma relação desses conceitos com as políticas públicas de esporte e lazer com a teoria dos campos de Bourdieu.

O conceito de *habitus* está associado as “maneiras de ser” dos indivíduos dentro do espaço social, sendo que o que determina como esses indivíduos agiriam dentro desse espaço social, é totalmente definido pelas próprias ações que estes realizariam no campo. Ou seja, a conduta de cada indivíduo dentro desse espaço de lutas está associada aos sistemas que são socialmente construídos (BOURDIEU, 2003) e que também possuem o papel de estruturar estas ações desses indivíduos, os agentes sociais. Assim, Bourdieu define a noção de *habitus* como:

(...) sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social que funciona, nesse aspecto como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem (BOURDIEU, 2003, p. 38).

Bourdieu também mostra a compreensão do *habitus* relacionado ao conhecimento praxiológico (BOURDIEU, 2001, p. 40), propondo uma superação da visão de que todas as ações dos indivíduos, os agentes, estão relacionados a uma estrutura social. De acordo com Peters (2009):

“Na praxiologia estrutural de Bourdieu, a noção de *habitus*, retrabalhada em relação as suas origens aristotélico-tomistas, desempenha precisamente esse papel de mediação entre o individual e o social, referindo-se a uma ‘subjetividade socializada’ que contribui, por sua vez, para construir e reconstruir o próprio mundo social objetivo que a envolve quando recursivamente mobilizada na produção das práticas dos indivíduos” (PETERS, 2009, p.3).

Outro conceito de Bourdieu é o de campo, importante em seu estudo e em suas obras. A construção deste conceito pode ser relatada como um espaço no qual os agentes disputam suas forças, ou seja, nesse espaço social de lutas há regras de jogo que são impostas conforme os agentes dominantes. Conforme Montagner e Montagner (2011),

A configuração teórica do conceito de campo remete a dinâmica da regularidade do social. Um campo traz em si mesmo as condições de sua própria reprodução. Isto inclui os meios de formação de novos integrantes (escolas, grupos formais, academias, universidades); incluem as instâncias de consagração, responsáveis pela regulação do que é legítimo e o que é desvalorizado, ou seja, os ritos de instituição balizados e consagrados pelas instituições e dispositivos do campo, como as premiações, o auxílio e o fomento à pesquisa, os financiamentos de novos projetos etc.; inclui as instâncias e os modos de seleção dos novos integrantes ou postulante a tal, como os concursos, os sistemas e as regras de avaliação dos lugares

disponíveis aos agentes(MONTAGNER e MONTAGNER, 2011, p. 261).

Com isso, o conceito de campo de Bourdieu buscou propor uma reflexão dos processos que geram em torno de todas as hierarquias do campo, reconhecendo os diferentes agentes, bem como os seus diferentes interesses e ações, ou seja, ela é capaz de privilegiar as relações mais que os elementos diretamente visíveis (...) prevendo as leis de funcionamento desses campos, seus objetivos específicos, os princípios de divisão segundo os quais se organizam, as forças e estratégias dos campos que se opõem (BOURDIEU, 2003, p. 36).

Em relação ao conceito de capital, é a partir do reconhecimento desses indivíduos no campo social que os mesmos adquirem seus capitais para a sua própria inserção no campo. Ou seja, os capitais, sejam eles econômicos, sociais ou culturais, são adquiridos ao longo das lutas no campo social por estes indivíduos, e estes acumulam estes capitais ao longo das suas trajetórias sociais. Para Pierre Bourdieu, esses capitais são fundamentais para todas negociações entre os indivíduos, os agentes, e que classificam quais posições os mesmos possuem dentro da estrutura social. Assim, segundo Nogueira e Nogueira (2004),

Os indivíduos que, de alguma forma, se envolvem com bens culturais considerados superiores, ganham prestígio e poder, seja no interior de um campo específico, seja na escala da sociedade como um todo. (...) Para se referir a esse poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou consumo de bens culturais socialmente dominantes, Bourdieu utiliza, por analogia ao capital econômico, o termo capital cultural (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2004, p. 40).

Após essa breve introdução, aprofundaremos nos seguintes conceitos citados acima.

2.1 O conceito de *habitus*

O conceito de *habitus* tem sua essência na palavra *hexis* que tem como objetivo a busca das ações dos indivíduos que são aprendidas e apreendidas (WACQUANT, 2002; PETERS, 2009). Ela foi introduzida nos estudos de Pierre

Bourdieu através dos camponeses de Béarn (WACQUANT, 2002), e tinha por objetivo superar uma visão objetiva e subjetiva da própria ação do homem e sua relação com o mundo.

Enquanto o *habitus* pode permitir algumas ações flexíveis e adaptadas, a ideia de hábito aparece como uma ideia mecanizada, na qual somente pode ser respondida de forma igual aos seus estímulos apresentados através da mecanização de seus reflexos (PETERS, 2009).

O princípio das diferenças entre os *habitus* individuais reside na singularidade das trajetórias sociais, às quais correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irredutíveis umas às outras: o *habitus* que, a todo momento, estrutura em função das estruturas produzidas pelas experiências anteriores as experiências novas que afetam essas estruturas nos limites definidos pelo seu poder de seleção, realiza uma integração única, dominada pelas primeiras experiências, das experiências estatisticamente comuns aos membros de uma mesma classe (BOURDIEU, 2001, p. 100).

Com isso, Bourdieu evita que se cometam os mesmos erros que a sociologia, através dessas ações práticas dos agentes. Segundo ele, o domínio da prática e a sua relação com o objeto permite que o pesquisador construa uma estrutura na qual não condiz com as suas distintas condições de trabalho e produção. Isto resulta na definição de uma realidade que somente existe no papel, segundo o autor, transformando os mitos a partir das ações que atingem o mundo, sendo interpretada pelas ciências (BOURDIEU, 2011). Assim, para ele:

O discurso objetivista tende a constituir o modelo construído para explicar as práticas como um poder realmente capaz de determiná-los: reificando as abstrações (em frases como “a cultura determina a idade do desajeitamento”), ele trata suas construções, “culturas”, “estruturas”, “classes sociais” ou “modos de produção” como realidades dotadas de uma eficácia social, capaz de constranger diretamente as práticas; ou então, atribuindo aos conceitos o poder de agir na história como agem nas frases do discurso histórico as palavras que os designam (BOURDIEU, 2011, p. 62).

Assim, o *habitus* pode ser considerado mais que uma ação social, pois ele possui um princípio que distingue e promove a própria distinção das práticas sociais, tendo, nesse sentido, a finalidade de poder diferenciar o que é ou não é valorizado dentro do espaço social, através dos seus comportamentos e as maneiras de se portar na sociedade (BOURDIEU, 2011). Sendo assim, a produção do *habitus* é formada pelas regras familiares juntamente com os

contextos sociais e econômicos dentro do seu extrato social e que fazem parte das suas relações sociais. Nesse contexto, os princípios do *habitus* estão associados à percepção que fundamenta o senso comum da sociedade (BOURDIEU, 2011), possibilitando infinitas formas de se reconhecer e produzir as liberdades de acordo com as suas próprias condições sociais e as suas ações.

Só se pode explicá-las, portanto, com a condição de relacionar as condições sociais nas quais se constitui o *habitus* que as engendrou e as condições nas quais ele é posto em ação, ou seja, com a condição de operar pelo trabalho científico a relação desses dois estados do mundo social que o *habitus* efetuou, ao ocultá-lo, na e pela prática (BOURDIEU, 2011, p. 93).

No *habitus*, as formas de agir são representações nas quais os agentes se apropriam da prática com o objetivo de manter ativo os “espíritos” desses lugares em questão, incorporando, assim, as representações sociais, ou seja, a *propriedade se apropria de seu proprietário* (BOURDIEU, 2011, p. 95).

Há também o *habitus* científico, que, segundo Bourdieu (2011),

o campo científico é, tal como outros campos, o lugar das lógicas práticas, mas com a diferença de o *habitus* científico ser uma teoria realizada, incorporada. Uma prática científica possui todas as características reconhecidas às atividades mais tipicamente práticas, como as atividades esportivas ou artísticas. Mas tal não impede que seja também, sem dúvida, a forma suprema da inteligência teórica: para parodiar a linguagem de Hegel quando fala da moral, é “uma consciência teórica realizada”, ou seja, incorporada (BOURDIEU, 2001, p. 61).

Ou seja, o *habitus* científico é disposições que geram percepções e ações que são provindas de revistas especializadas nas áreas (graduação e pós-graduação), nas quais definem quais publicações devem ser aceitas ou não, de acordo com os princípios e méritos que cada publicação deve ter (BOURDIEU, 2003). O autor aponta que este conceito ainda traduzia algumas questões sobre origem social e gênero, bem como também poderia supor que havia uma relação de existência entre os *habitus* dos distintos cientistas que constituem os campos e as suas condições de formação, a partir de cada trajetória dos mesmos. Há também dois conceitos relacionados: o do *habitus* disciplinar, em relação a formação escolar, e o *habitus* particular, em relação a trajetória do indivíduo fora do campo científico (BOURDIEU, 2001). Essa

constituição do *habitus* científicos está assim atribuída aos problemas epistemológicos entre os campos das ciências humanas e das ciências exatas.

2.2 A teoria dos campos sociais

A teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu surgiu depois do conceito de *habitus*, com o intuito de explicar todas as lógicas internas que são estabelecidas dentro de um grupo social. Esta teoria foi inicialmente vista no artigo *Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber* (1971), segundo Montagner e Montagner (2011), em que ele procurava interpretar as formas de poder dentro de um espaço social, e que também envolviam os *habitus* individuais e coletivos.

Segundo Bourdieu (1996), a construção do espaço social depende de como são distribuídos os capitais e como os agentes estão atrelados nesta estrutura, sendo os capitais econômicos e culturais os mais relevantes neste contexto, de acordo com a seguinte divisão:

Na primeira dimensão, os agentes se distribuem de acordo com o volume global do capital possuído, aí incluídos todos os tipos; na segunda, de acordo com a estrutura desse capital, isto é, de acordo com o peso relativo do capital econômico e do capital cultural no conjunto de seu patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital (BOURDIEU, 1996, p. 30).

Nessas relações existentes entre o *habitus* e o espaço dos agentes dentro do campo social, o autor acredita que estas formas de se entender os espaços sociais permite obter uma análise das transformações das estruturas dos capitais e dos agentes conforme a sua posição social.

É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p.50).

Assim, a relação entre *habitus* e campo se dá a partir do objetivo do campo e as consequências dessas ações provindas do *habitus*. Nesse sentido, o senso prático, segundo Bourdieu (2011), é a união entre a história incorporada e a história objetivada através do senso do jogo (analogia do autor), fazendo com que os agentes reconheçam o sentido do jogar. Por conseguinte, o campo não é apenas um espaço social, ele também é um espaço cujo o *habitus* para os sujeitos prediz ações que são mais lucrativas para este campo social, sendo um espaço mais constituído de economias.

Em relação ao campo científico, este constituído como um espaço social, sendo um campo autônomo para as ciências sociais e como um espaço de lutas pelas autoridades associadas as posições hierárquicas no campo. Assim, de um lado estava um interesse pela descoberta científica para o conhecimento pesquisado, e do outro lado estava um desejo incansável pela fama e poder através do reconhecimento científico na área pesquisada.

No domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim, posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa (BOURDIEU, 2003, p. 25).

Com isso, o campo científico torna-se um campo de debates desiguais, visto que os agentes possuem um capital que eles acumulam ao longo das suas trajetórias no campo social, visto que ele busca valorizar o conhecimento científico dos agentes no intuito de que ele é mais significativo que o conhecimento predecessor, mas ao mesmo tempo também que o conhecimento científico concorrente (BOURDIEU, 2003). Ou seja, a luta no campo social é um espaço de interesse dos agentes, interesse esse unicamente políticos e científicos.

Também nessa relação, há uma pressão externa o campo que provoca em mudanças na lógica interna do campo. Assim, quanto mais o campo pudesse modificar as lógicas externas, reconfigurando-se dessas pressões sociais, mais autonomia o mesmo iria criar. Essa ideia de autonomia dentro do campo social torna-se importante para uma configuração menos ingênua e

desvinculada a ideia de comunidade propriamente científica, para tornar-se uma designação forçada do universo científico (BOURDIEU, 2001, p.67).

Através desse complexo jogo de ações e seus elementos na autonomia, há o fator da admissão do campo, que se refere ao consentimento de que dentro do campo social há o processo de aceite do mesmo e do reconhecimento dos agentes a partir da competência científica, adquiridas ao longo das trajetórias no campo.

(...) que se resumem na distinção entre o brilhantismo, o desembaraço, a facilidade e a correção, o laborioso, o escolar, é a relação de ajustamento perfeito às expectativas-imposições de um campo, que exige não só saberes, mas uma relação com o saber capaz de fazer esquecer que o saber teve de ser adquirido, aprendido ou de atestar que o saber está tão perfeitamente dominado que se tornou automatismo natural (por oposição às competências livrescas do estudioso com a cabeça cheia de fórmulas que não sabe utilizar face a um problema real) (BOURDIEU, 2001, p.75).

2.3 Capitais cultural, científico e social

Segundo Pierre Bourdieu, o capital pode ser entendido como um papel de classificação na estrutura social, podendo ser do tipo científico, econômico, social ou cultural. Servem também para diferenciar os ricos/pobres, vulgares/chiques, por exemplo. O capital faz parte do reconhecimento das estruturas sociais de acordo com a hierarquia dos indivíduos. Assim, para obter ou não a posse desse capital, é importante perceber quais são as condições culturais e sociais que envolvem estas estruturas, visto que, o capital simbólico é um capital com uma base cognitiva, relacionado com o conhecimento e o reconhecimento (BOURDIEU, 1996, p.150).

O capital cultural surgiu a partir de duas percepções segundo Bourdieu: a ideia de capital humano a partir da teoria economista e a ideia do dom. Essa relação de dom é relacionada ao bom desempenho dos estudantes das classes mais favorecidas (BOURDIEU e SAINT-MARTIN, 2012). Este capital, assim, pode ser marcado pelas aprendizagens que são adquiridas dentro do contexto familiar, mas que é acumulada ao longo da sua trajetória de vida, com o

objetivo de conseguir uma vaga em uma instituição de ensino superior (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2004).

O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital “pessoal” não pode ser transmitido instantaneamente por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca (BOURDIEU, 2012, p. 75).

Segundo o autor, há três estados do capital cultural: incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital incorporado está associado ao *habitus*, ou seja, são as maneiras de se portar dentro do campo social. O capital cultural objetivado está associado a aquisição de bens culturais, tais como obras de arte e pinturas, bastando apenas os agentes possuírem um capital econômico elevado para garantir e apropriar-se desses bens. E, por fim, o capital institucionalizado que nada mais é que a consolidação do diploma, ou seja, é o:

Produto da conversão de capital econômico em capital cultural, ele estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho (BOURDIEU, 2012, p. 79).

Outro conceito é o de capital científico, que segundo Pierre Bourdieu, é um capital que possui autoridade, que é fundamentado no conhecimento e reconhecimento dos pares. O autor mostra duas existências para esse capital: uma relacionada aos poderes políticos (poder temporal), e outra ao tipo de poder científico provido do conhecimento (BOURDIEU, 2003, p. 35). Esses são acumulados de formas distintas: o primeiro é acumulado através de estratégias políticas, enquanto o segundo é acumulado a partir dos estudos e descobertas científicas que contribuem para a ciência. Porém, segundo ele, a acumulação dos mesmos por um cientista é inviável, visto que não é possível dedicar-se e obter êxito em ambas existências.

Se ocorre que a acumulação de um forte crédito científico (junto aos pares) favorece de modo contínuo, e em geral, tardiamente (quer dizer, quando já é tarde demais), a obtenção dos poderes econômicos e políticos (da parte dos poderes administrativos, políticos etc.), a conversão do capital político (específico) em poder científico é (infelizmente!) mais fácil e mais rápida (...) (BOURDIEU, 2003, p. 40).

Em suma, este contexto pode facilitar para o leitor entender o que Bourdieu quer mostrar com as formas de atuação e tomadas de decisão dos agentes dentro dos campos científicos. Na relação prática, hoje em dia na relação das pesquisas do poder provido de conhecimento, muitas áreas possuem êxitos significantes para com seus objetivos, desde as áreas humanas até as exatas, contribuindo para as ciências. Já no campo dos poderes políticos, estes estão a frente do poder científico no contexto atual, através de poder temporal que os mesmos possuem a frente do conhecimento provido do poder científico.

Já o capital social está relacionado a um conjunto de relações nas quais possibilitam trocas dos seus agentes em um grupo que se dá pela homogeneidade dos bens materiais, definindo, assim, a vinculação desses agentes nos grupos. Assim, essa rede de relações ou rede de ligações, deve ser de maneira duradoura para os agentes. Assim, o capital social deve ser rentável para os indivíduos pertencentes aos grupos, garantindo, assim, lucros a partir das trocas simbólicas e materiais.

Em outras palavras, a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente e inconsciente orientadas para instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientada para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhanças, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (BOURDIEU, 2012, p. 68).

Através desta contextualização, realizamos uma introdução sobre os conceitos que Pierre Bourdieu apresenta, como principais, em suas obras. No decorrer do capítulo, mostraremos a relação desses conceitos com as políticas públicas de esporte e lazer.

Abaixo, segue um quadro demonstrativo para os conceitos apresentados acima, no sentido de melhor apresentar ao leitor, a produção de Pierre Bourdieu sobre os referidos conceitos.

PIERRE	CONCEITO
--------	----------

BOURDIEU	
HABITUS	<p>Está associado as “maneiras de ser” dos indivíduos dentro do espaço social, sendo que o que determina como esses indivíduos agiriam dentro desse espaço social, é totalmente definido pelas próprias ações que estes realizariam no campo. Ou seja, a conduta de cada indivíduo dentro desse espaço de lutas está associada aos sistemas que são socialmente construídos (BOURDIEU, 2003) e que também possuem o papel de estruturar estas ações desses indivíduos, os agentes sociais.</p>
TEORIA DOS CAMPOS SOCIAIS	<p>A construção deste conceito pode ser relatada como um espaço em que os agentes disputam suas forças, ou seja, nesse espaço social de lutas há regras de jogo que são impostas conforme os agentes dominantes. Buscou propor uma reflexão dos processos que geram em torno de todas as hierarquias do campo, reconhecendo os diferentes agentes, bem como os seus diferentes interesses e ações, ou seja, ela é capaz de privilegiar as relações mais que os elementos diretamente visíveis (...) prevendo as leis de funcionamento desses campos, seus objetivos específicos, os princípios de divisão segundo os quais se organizam, as forças e estratégias dos campos que se opõem (BOURDIEU, 2003, p. 36).</p>
CAPITAL	<p>Em relação ao conceito de capital, é a partir do reconhecimento desses indivíduos no campo social que os mesmos adquirem seus capitais para a sua própria inserção no campo. Ou seja, os capitais, sejam eles econômicos, sociais ou culturais, são adquiridos ao longo das lutas no campo social por estes indivíduos, e estes acumulam estes capitais ao longo das suas trajetórias sociais. Para Pierre Bourdieu, esses capitais são fundamentais para todas negociações entre os indivíduos, os agentes, e que classificam quais posições os mesmos possuem dentro da estrutura social.</p>

Sobre forma de um esquema, elaboramos a seguinte figura:

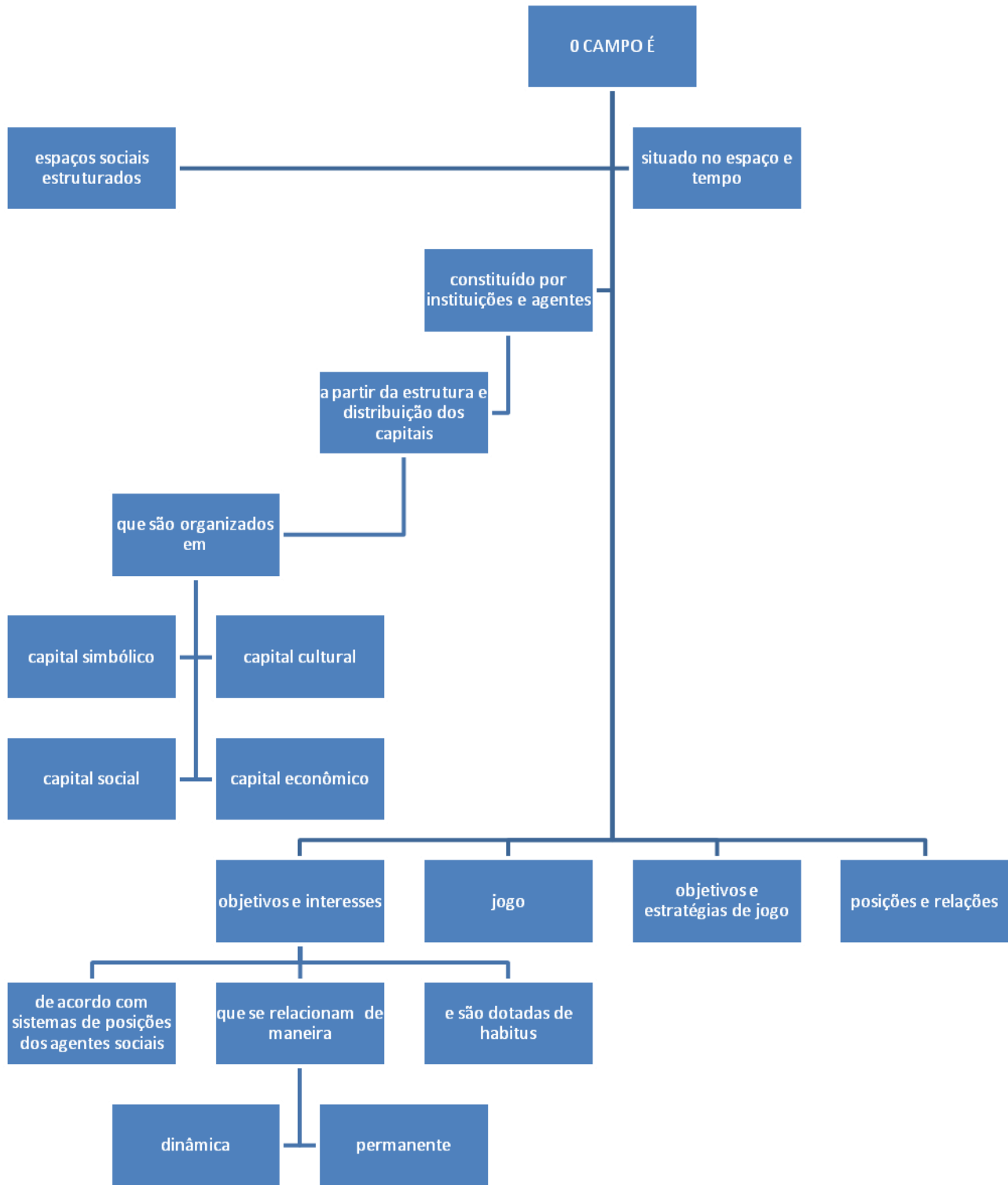


Figura 1: Esquema das teorias de Pierre Bourdieu, autoria própria.

2.4 Bourdieu e as políticas públicas de esporte e lazer

Nas teorias de Pierre Bourdieu, conforme já apontado no decorrer do capítulo acima, há, a partir dos seus pressupostos teóricos, um modelo que envolve as estruturas, os agentes sociais e os campos sociais. Esse modelo pode ser desenvolvido em diversas áreas do conhecimento, como também pode permear as discussões sobre o esporte (MARCHI JR, 2001), como também na área das políticas públicas. Assim, vale aqui lembrar que, a partir do modelo bourdieusiano, pode-se compreender como funciona os distintos campos para, assim, entender como funciona as relações dos agentes sociais e quais suas disposições dentro desse campo social.

Com isso, pode-se perceber este contexto e fazer uma relação com as políticas públicas de esporte e lazer, a partir de relatos de experiências que demonstrem como é constituída a estrutura social e econômica sobre as políticas, porém isto não satisfaz uma explicação de como é o fenômeno de Bourdieu. Ou seja, existe um espaço intermediário, denominado campo (que no nosso campo é o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer), cujo deve ser bem mais revisto e interpretado sob a lógica de Estado e de sociedade. Além do mais há também uma relação chamada de “erro do curto-circuito” que, segundo Bourdieu (2004), é

[...] erro que consiste em relacionar uma obra musical ou um poema simbolista com as greves de Anzim, como fazem certos historiadores da arte ou da literatura. Minha hipótese consiste em supor que, entre este dois pólos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Este é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Para isso, Bourdieu (2004) diz que

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das questões que surgirão a propósito dos campos

(ou subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem (BOURDIEU, 2004, p. 20-21).

Ou seja, apesar de que as vezes se deve desconsiderar as condições estruturais que a sociedade propõe, a forma como esta irá refletir em determinada questão social só dependerá de como se dá o próprio campo social que está em questão, visto que cada um possui a suas leis e autonomia para o seu funcionamento. Assim também é com as políticas públicas de esporte e lazer, visto que cada região possui a sua autonomia para criá-las, implementá-las e executá-las, de acordo com a maior necessidade dos determinados locais, possuindo, assim, o seu própria campo social de políticas públicas.

No que se refere a autonomia do campo, ela é considerada um espaço no qual podemos ressignificar as pressões externas a partir do próprio espaço, ou seja, perceber “quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas” (BOURDIEU, 2004, p. 21). Essas pressões externas nas quais aparece no trecho podemos relacionar com o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer e termos como exemplos as suas efetivações: através de questões político-partidárias (CAVICHIOILLI, 1996), assistencialistas atribuídas ao lazer e esporte (LINHALES, 2001), e também por propriamente questões econômicas (VERONEZ, 2005). Assim, segundo Bourdieu (2004), a partir das pressões externas,

Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, freqüentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. [...] Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Em relação às políticas públicas de esporte e lazer, este subcampo onde se cria, implementa e implanta as políticas é marcado por uma grande diferença entre as pressões externas que estão em seu funcionamento. Essas pressões, muitas vezes, são abertas apenas para o esporte como troca eleitoral em épocas de eleições, como uma “salvação” (LINHALES, 2001), ou para o esporte de alto rendimento (VERONEZ, 2005), podendo gerar uma

constatação e um olhar pessimista diante das políticas públicas de esporte e lazer. Porém, deve-se pensar em toda a dimensão que os agentes possuem na constituição do campo social: “os agentes – por exemplo, as empresas no caso do campo econômico – criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Assim, não podemos encarar este subcampo das políticas públicas de esporte e lazer como totalmente estático, foco este que é constantemente criticado por autores da área. Ele pode ser foco de mudanças, sim, em especial a partir das ações dos agentes.

Essas ações dos agentes e a sua relação com a estrutura social estão diretamente relacionados com a posição na qual cada um assume dentro do espaço social que estão inseridos. Em conformidade, a posição e o peso que cada agente possui dentro do campo estão relacionados ao capital cultural. A partir do peso que cada agente possui dentro deste é que possuiremos qual a pressão estrutural que será exercida no campo sobre ele. Ou seja, quanto maior o peso do agente dentro do campo, mais autonomia dentro do mesmo; ao contrário, quanto mais baixo o peso do agente dentro do campo, maior será a influência estrutural desse espaço social sobre ele. Assim, nas políticas públicas de esporte e lazer, o capital mais relevante na nossa área vem a partir dos especialistas e estudiosos que vem gradualmente ocupando o seu espaço, sejam eles dentro de cargos políticos ou, especialmente, dentro do campo acadêmico. Dentre eles, podemos citar alguns nomes influentes na área das políticas públicas de esporte e lazer: Lino Castellani Filho, Fernando Mascarenhas, Mauro Myskiw, entre outros vários estudiosos relacionados ao esporte e lazer juntamente com as políticas.

As estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidos nas lutas [...], isto é, suas tomadas de posição [...], dependem da posição que eles ocupem na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que, através da mediação das disposições constitutivas de seus habitus (relativamente autônomo em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura desta distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las. (BOURDIEU, 2007, p. 63-64).

A partir da citação acima, podemos perceber que a posição dos agentes está diretamente relacionada à distribuição do capital de determinado campo, determinando o lugar no qual será ocupado pelo mesmo. E com isso, o *habitus* que há neste campo irá agir nos agentes, em função da posição no qual ele ocupa. Podemos, assim, observar que no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, há constantes disputas entre os agentes que são recém-chegados e os que já estão estabelecidos, tomando posições e decisões de acordo com a sua origem e posição dentro do campo no qual estão inseridos. Neste momento, podemos citar o momento político brasileiro, na chegada de Lino Castellani Filho (2003) no Ministério do Esporte, surgindo como um novo agente dentro a Instituição Política e trazendo o esporte e o lazer para debate nacional.

Essa constituição do *habitus*, segundo Bourdieu (2004), está relacionado à história do campo:

Mas essas estratégias, através dos alvos das lutas entre os dominantes e os pretendentes, as questões a propósito das quais eles se enfrentam, também dependem do estado da problemática legítima, isto é, do espaço de possibilidades herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de tomadas de posição possíveis e a orientar assim a busca de soluções e, em consequência, a evolução de produção. (BOURDIEU, 2007, p. 64).

Com isso, em relação as políticas públicas de esporte e lazer, é importante que se conduza uma pesquisa que se compreenda como funciona a lógica interna e as leis que fundamentam este campo, considerando, também, que os agentes são capazes de ressignificar sua forma de atuar ou modificar a estrutura dentro do espaço social. Assim, o pesquisador deve-se analisar e se preocupar a partir das regras impostas e o papel de cada agente dentro desse “jogo”. Como exemplo, podemos citar a posição dos agentes nas Conferências Nacionais do Esporte, em que os mesmos demonstram posições e interesses diferentes no subcampo a partir dos seus distintos pontos de vista a partir do espaço social.

A partir de todo este contexto, podemos situar o *habitus*, segundo Bourdieu (1983), como

[...] um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores e gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim (BOURDIEU, 1983, p. 94).

A posição dos agentes em relação ao *habitus* está diretamente ligada á esse *habitus* adquirido, ou seja,

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (título que dei ao livro no qual desenvolvo esta análise), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada (BOURDIEU, 2007, p. 42).

Assim, para “jogar” esse jogo, as políticas públicas de esporte e lazer incorporam estratégias próprias desse jogo, se inserindo e se entendendo como jogador. Esse conceito é básico e central nos trabalhos de Bourdieu, que foi construído para dar conta dessa dicotomia existente entre a sociedade e o indivíduo. O *habitus* é assim ajustado para que quando há algum agente recém-chegado que provavelmente não terá um êxito significativo nas suas tomadas de decisão, ele possa perceber que isso acontece porque seu próprio *habitus* ainda não foi totalmente incorporado. Esses agentes novos devem e precisam passar por um período de adaptação. Isso também ocorre no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, visto que esses novos agentes, após passarem por esse período de adaptação, agregam novas formas de como ser e agir dentro desses campos, sejam eles esportivos, políticos, etc. Isso pode ser chamado de *habitus* ou “senso de jogo”, que gera essas ações:

A ação comandada pelo “sentido de jogo” tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio. (...) As condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, “a única coisa a fazer” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Em relação ao espaço que se toma as decisões nas políticas públicas de esporte e lazer, esse senso prático, ou simplesmente o *habitus*, aparece bastante presente nos agentes que dele fazem parte, visto que essas ações

são tomadas dentro de uma situação já esperada. Porém, não podemos dizer que o habitus conduz a tomada de decisão mais precisa em relação ao ponto de vista do Estado como um espaço público. Esse conceito situa-se em uma posição de intermédio entre o agente, o campo e os grupos sociais, sendo o fruto das relações desses agentes e as suas construções dentro do campo social.

Assim, o esporte e lazer a partir de suas pesquisas podem focar nestes pontos para um melhor esclarecimento através dos especialistas e estudiosos da área, mostrando como se implementam e se efetivam essas ações e essas tomadas de decisões dos agentes. É nesta questão que a pesquisa vem a identificar, através das áreas do esporte e lazer, como uma política pública está sendo desenvolvida, quais são os programas e/ou projetos que estão sendo executados, quais são as facilidades e os entraves que estão sendo observados pelos agentes responsáveis, entre outros aspectos encontrados dentro das políticas públicas.

Construir a noção de habitus como sistema de esquemas adquiridos que funciona ao nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Como já dito anteriormente acima, há também o capital que está relacionado com as posições que os agentes possuem dentro do campo ou, no nosso caso, no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. Ele representa um poder sobre o subcampo e sobre o que é acumulado de trabalho dentro dele, ou seja, os instrumentos de produção dele (BOURDIEU, 2004). Os capitais esportivos ou políticos podem ser ou são mais importantes que o próprio capital cultural e econômico nesse subcampo, a partir do espaço social e o objeto que está em questão, somando-se também ao capital global do próprio agente. Contudo, de maneira geral:

No espaço social, os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possuem e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital (BOURDIEU, 2007, p. 19)

Concluimos, assim, que na relação de Bourdieu com as políticas públicas de esporte e lazer, há vários espaços sociais, em que as posições que os agentes estão e as suas tomadas de decisão são de extrema importância em relação ao capital que está pertinente nesse campo. A posse do capital, especialmente o relacionado ao esporte e lazer juntamente com o econômico e social, muitas vezes se sobrepõem ao capital cultural. Sendo assim, é comum vermos os espaços de dirigentes esportivos, gestores políticos serem ocupados por ex-atletas, espaços esses que podemos compreender a sua ocupação devido as suas vivências, em quem os mesmos devem formular, implantar e implementar as políticas públicas de esporte e lazer (STAREPRAVO, 2013).

7. Capítulo 3: Políticas Públicas

O termo “políticas públicas” pode ter várias definições. Trago aqui, duas definições de políticas públicas, a primeira nos diz que políticas públicas “[...] são aquelas intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas, que sejam socialmente relevantes” (DI GIOVANNI, 2008, p. 1). E outro conceito que nos remete o entendimento do que é uma política pública nos diz que é entendido como uma estratégia de regulação e intervenção do Estado e de todos aqueles que o administram, objetivando alcançar resultados ou produzir efeitos sobre um determinado setor da sociedade (MENICUCCI, 2006).

‘Nestas definições, podemos considerar o que uma política pública envolve, ou seja, ter um planejamento que tenha uma gestão técnica e política onde haja a independência dos poderes do executivo, legislativo e judiciário, bem como o estabelecimento destas capacidades coletivas no próprio setor público (MELO, 1999). Sendo assim, a partir desta conceituação, pressupomos que todas estas competências que envolvem uma política pública devem responder a todas as demandas sociais da sociedade, através de um Estado forte, possibilitando, assim, as políticas públicas necessárias para os cidadãos de toda sociedade.

De acordo com Di Giovanni (2008), esse conceito representa um processo histórico que ainda precisa ser superado, visto que, hoje em dia, a nossa sociedade está cada vez mais dinâmica, bem como a realidade social na qual estamos vivendo. Ou seja, essa sociedade dinâmica se articula entre esta realidade social juntamente com as interações nos diversos campos da sociedade, para que, assim, tenha-se um planejamento adequado nas questões econômicas e sociais, através de planejamentos e intervenções pelas políticas públicas. Assim, tem-se um novo padrão de participações da sociedade na questão política e social, bem como os direitos dos cidadãos garantidos por essas políticas públicas (MARSHALL, 1967).

Através desta introdução, tivemos uma evolução no conceito de política pública, que se deu a partir de diversos processos históricos, a partir de que

cada sistema econômico e político foi se transformando ao longo dos tempos. Mas esse conceito também teve uma grande influência no desenvolvimento do campo de estudo no qual ele está vinculado (FREY, 2000). Segundo estes autores, nos Estados Unidos, através da diferença de línguas, têm interpretações diferentes para dois termos: o primeiro, politics, se refere como se conduz a vida pública, ou seja, através de partidos, representações, eleições, entre outros; e o segundo termo, o policies, se refere a como atuar nas soluções dos problemas das políticas, ou seja, como solucionar estes problemas nas esferas administrativas. Ainda segundo ele, alguns estudos no campo das policies possuem opiniões contrárias as do termo politics.

O termo política se expandiu a partir da influência do pensador grego Aristóteles através de sua obra intitulada "Política", considerada como o primeiro marco que trata de dialogar sobre as funções e divisões do Estado, como também sobre as formas de governo. Esta obra também foi utilizada durante séculos para designar estudos que se referiam as coisas do Estado (BOBBIO, 1998).

Há muito tempo atrás, em conformidade com o desenvolvimento das economias, o capitalismo estava ligado ao Estado, fato em que proporcionou para o setor público uma crescente importância perante as sociedades (CARNOY, 1990). Diante desse fato, há também a formação do Estado ligada as questões econômicas (ELIAS, 1993), que também teve destaque nas várias sociedades, podendo-se dizer que até hoje, no surgimento do Estado moderno, ainda é uma questão decisiva para a sociedade geral. Nesse contexto, vale a pena ressaltar a questão da própria cidadania, que está intimamente ligada aos direitos. Segundo Menicucci (2006), a cidadania consiste em três conjuntos de direitos: direitos civis, sobre a liberdade individual; direitos políticos, sobre o exercício do poder público e; direitos sociais, definidos por Marshall (1967), sobre a participação por completo da sociedade.

A partir desse Estado moderno, a economia global avançou, e o Estado passou a ter uma extrema importância em vários aspectos, "não apenas político, como econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico

(educação escolar, os meios de comunicação) e quanto à força legal (polícia, forças armadas)" (CARNOY, 1990, p. 9). Ou seja, atualmente, "o Estado parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social, para a liberdade individual e, através da 'sofisticação' crescente das armas, para a própria vida e a morte" (CARNOY, 1990, p. 9).

No decorrer do século XIX, o capitalismo era incentivado através da empresa privada, em que se tornou o centro dessa mudança social, devido ao aumento gradativo do desenvolvimento das sociedades juntamente com a transição do poder privado para o poder público. Nesse sentido, pode-se dizer que as funções eram ocupadas por familiares da casa real ou pessoas ligadas ao rei e os órgãos liberais passariam a atender outros interesses que não eram mais somente do governo absolutista. Sendo assim, nesse período inicial do Estado liberal clássico (LINHALES, 1998), o papel do Estado é cumprir e assegurar a paz, como também centralizar a arrecadação de impostos. Porém, no decorrer do século XX, esse papel se altera através da expansão dos direitos dos cidadãos, apontando, assim, para o fim de restrições do Estado. Carnoy (1990), então, nos remete a essas democracias mais modernas, que pode ser comparada com a nossa atual realidade, em que os cidadãos

[...] não levanta nem decide problemas, porém esses problemas, que moldam seu destino, são normalmente levantados e decididos para ele. Nessa teoria [pluralista], então, o Estado obtém um certo poder próprio - é ele que toma decisões quanto aos problemas, à legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social. Ao eleitorado cabe o poder de decidir qual grupo de líderes (políticos) ele deseja para levar a cabo o processo de tomada de decisão. (CARNOY, 1990, p. 51).

Em relação ao Estado, através da evolução da economia e as divisões de funções no decorrer do século XX, o Estado passa a ter que solucionar problemas e a atender a demandas sociais, promovendo o desenvolvimento nacional (CARNOY, 1990). Nesse sentido, o Estado passa a ter que garantir direitos e se responsabilizar para que deveres sejam cumpridos. Assim, a conquista dos direitos pelos cidadãos impôs que o Estado pensasse novos conteúdos para sua agenda pública (LINHALES, 1998). Portanto, podemos

dizer que os escolhidos para administrar o Estado é quem elabora as políticas públicas para os diversos setores, e estes, por sua vez, de acordo com a mesma autora, "interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos" (LINHALES,1998, p. 73).

No Brasil, o Estado possui poderes que são fundamentados por 18 instâncias, estruturadas nos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O poder Executivo administra a gestão pública, o Legislativo faz as leis, e o Judiciário aplica essas leis, controlando e regularizando o mercado. Assim, através destes três poderes, as políticas públicas que regem a sociedade vão

[...] emitindo a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. A princípio, entendeu-se que esta ação se dava prioritariamente direcionada as classes menos favorecidas da sociedade, contudo, a partir da forma intervencionista assumida pelo Estado, foi possível interpretá-las como políticas pensadas para atingir todas as camadas sociais (GOMES, 2004, p. 183).

No âmbito acadêmico existe um relevante debate de conceitos e definições acerca do tema políticas públicas. A partir disso, é possível interpretá-la a partir de sua finalidade e considerando os elementos "sociedade" e "governo". Contudo, salienta-se que o propósito e cumprimento de uma política pública envolverá, majoritariamente, a classe estatal e a classe civil (GOMES, 2004).

O Instituto Pólis é uma Organização não Governamental de âmbito nacional e internacional, que atua na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. O boletim da série Repente, Nº 26 (dez/2006), aborda o tema "O que é Política Pública Como Garantia de Direitos" com a finalidade de explicar o que são políticas públicas, sua importância, as fases pelas quais se desenvolvem e desafios para que elas garantam os direitos e reduzam as desigualdades. Apresenta as fases de elaboração e execução de uma política pública, em cima da compreensão cíclica de criação, efetivação e transformação.

Na prática, nem sempre todas as fases são executadas nesta ordem e, em algumas situações, nem mesmo há planejamento ou avaliação das políticas

públicas. Segundo Amabile (2012), apesar das etapas sistematizadas, o que ocorre normalmente é uma improvisação caótica. Entende-se que é preciso levar em consideração a transição de governos com prioridades diferentes, ou até mesmo mudanças de prioridades. As políticas públicas são resultados de disputas entre atores distintos, com valores e interesses muitas vezes divergentes e, por este motivo, é importante que haja uma diversidade de representantes, estatais e civis, para garantir abrangência à diferentes necessidades e contextos. Além das definições do tema propostas por diversos autores, há, da mesma forma, uma vasta tipologia de políticas públicas, sistematizadas a partir do exame das características observáveis de um dado objeto.

O trabalho apresentado por Fernando STAREPRAVO (2011) aponta que "tipologias sobre políticas públicas como a desenvolvida por Lowi (1964, 1972) em países centrais, ainda foram pouco utilizadas no Brasil.". Ainda, ressaltado por Souza (2003) se dá a necessidade de discussão teórica-metodológica das políticas públicas no Brasil, "a área ainda apresenta trabalhos pouco pautados por modelos ou tipologias de políticas públicas" (SOUZA, 2003). Apesar de sua execução ser de responsabilidade estatal, progressivamente a sociedade civil vem envolvendo-se nos processos decisórios das políticas públicas. controle social, isto é, a intervenção da sociedade neste processo, é uma ferramenta expressiva de democracia e cidadania, que pode e deve ser realizada desde a elaboração, durante a execução e principalmente no monitoramento das ações, e pode ser entendida como um compartilhamento de poder de decisão entre o Estado e a sociedade.

A relevância desta participação se dá a partir do fortalecimento das políticas públicas, "tornando-as mais adequadas às necessidades da coletividade e ao interesse público, e mais eficientes." (SERAFIM, TEIXEIRA, 2008, p.2). Os ambientes para a concretização do controle social são Conferências, Conselhos de Políticas Públicas e Orçamentos Participativos, estes são espaços de discussão entre representantes da sociedade civil e do governo. No sistema brasileiro, dentro no Ministério do Esporte, temos o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, que tem como ambiente de controle

social os “Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Esporte e Lazer que serão órgãos de caráter, consultivo, deliberativo, normativo, propositivo, fiscalizador, controlador, gestor, e formulador de políticas públicas de esporte e lazer (BRASIL, 2004)”, sendo compostos por agentes de todos os segmentos que compõem este sistema.

Ainda, "o exercício do controle social é um aprendizado tanto para gestores quanto para atores da sociedade, uma vez que neste processo todos aprendem a reconhecer e a dialogar com diferentes necessidades existentes." (SERAFIM, TEIXEIRA, 2008, p.2).

As conferências, basicamente, são um espaço para discutir quais serão as prioridades nas políticas públicas nos próximos anos, e podem assumir objetivos ligados a uma área específica e/ou no campo de atuação municipal, estadual e federal. Elas possuem, entretanto, algumas características comuns, independente do tema ou âmbito a ser tratado: 1) Definição de princípios e diretrizes das políticas setoriais da área a ser discutida, traçando um "plano estratégico para aquele setor, definindo as prioridades do ministério ou da secretaria para os próximos anos." (GONZALEZ, 2003, p.3).

Além disso, os programas em andamento também são avaliados, a fim de identificar problemas e/ou propor mudanças para garantir acesso universal aos direitos sociais; 2) Voz e voto aos vários segmentos que compõem a sociedade, que pensam de maneiras diferentes e possuem diferentes demandas. 3) Participam usuários e profissionais, gestores públicos, legisladores e entidades não-governamentais. A presença de diversas opiniões e experiências pode facilitar que se concretizem outros objetivos da conferência, pois estabelece uma negociação entre os diversos segmentos. (GONZALEZ, 2003, p.3); 4) Discussão e deliberação de temas nos conselhos: formas de participação, composição, proposição da natureza e de novas atribuições. Indicação de membros titulares e suplentes, opiniões sobre sua estrutura e funcionamento e recomendações de formação de comitês técnicos também ocorrem; 5) Avaliação e propostas de instrumentos de participação popular na concretização dessas diretrizes e na discussão orçamentária.

Os fóruns de acompanhamento de orçamento público nascem de um processo dinâmico de mobilização popular, assim como nas conferências, o principal intuito é politizar as discussões e democratizar o orçamento, para promover acesso às diferentes esferas sociais, interferindo nas definições de prioridades de investimento. São ambientes que variam as discussões conforme sua localização, pelo fato de cada cidade possuir uma demanda ou necessidade, portanto, não há uma linha sistematizada de discussões comuns. A principal consequência disto é o envolvimento populacional, a sociedade passa a dar atenção às contas públicas, ao uso (ou mal uso) do dinheiro público.

Para tanto, se faz necessária transparência e garantia de acesso às informações durante todo processo de planejamento e execução das políticas - dever estatal -, para constante acompanhamento e fiscalização por parte de órgãos governamentais e atores civis, assegurando direitos e deveres, bem como a execução do plano de ação. Além disso, o conhecimento civil sobre os direitos públicos é altamente relevante para que a sociedade compreenda a melhor forma de atuar e intervir com qualidade. "É preciso que gestores públicos, trabalhadores, empresários, pesquisadores, ONGs, movimentos sociais e sindicatos participem em condições semelhantes dentro de uma conferência, para legitimar igualdade de representatividade." (GONZALEZ, 2003, p.2). Quanto maior a participação social, maior a democratização das políticas públicas, portanto, maior ampliação dos espaços de discussão e maior empoderamento civil no que diz respeito aos interesses públicos.

Quando há ações governamentais que tenham como prioridade atender a sociedade para uma determinada demanda social, elas são chamadas de políticas públicas setoriais, ou seja, são um modo de intervenção estatal que se refere as garantias dos direitos sociais, tais como saúde, educação, lazer, esporte, segurança, etc.). Essas ações são decisivas para o Estado, visto que "diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio das políticas sociais" (MENICUCCI, 2006, p. 139). Sendo assim, os direitos sociais atualmente:

[...] pressupõe a garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou áreas sociais implicadas na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas (LINHALES, 1998, p. 73).

Sendo assim, dentre as políticas sociais, estão as direcionadas ao esporte e lazer, como também aquelas que interferem nessa esfera social, visto que os âmbitos que afetam o esporte e o lazer também demandam políticas públicas nos mais diversos setores sociais. Com isso, compreender que as políticas públicas de esporte e lazer são garantidas para o acesso aos direitos sociais, e que também são uma estratégia por parte do Estado para obter um determinado impacto para a sociedade, talvez não dão conta de observar e entender o quão complexo são esses processos de formulação e implementação da mesma.

Em relação as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, desde 1988 através da criação da Constituição Federal, esta foi incluída como um direito do cidadão e dever do estado, tornando-se, assim, constitucional. Apesar disto, o processo no qual foi implementado as políticas públicas apresentou alguns entraves no contexto social do Brasil, que, conforme Gomes (2004)

[...] o que ocorre é que as demandas por políticas públicas de lazer, em geral, estão sempre em último lugar, quando aparecem. Além disso, com a abertura política, houve uma onda de denúncias contra o modelo de Estado. Os "novos" políticos culpavam os direcionamentos dados as ações do 19 Estado, durante os períodos anteriores, pela sua falência e apresentaram como alternativa a adoção do modelo neoliberal.(GOMES, 2004, p. 184)

Através das políticas públicas de esporte e lazer, no Brasil tivemos alguns fatores essenciais para esta demanda social, tais como: a abertura democrática do país na década de 1980; o surgimento e criação do Ministério do Esporte; a criação da Rede CEDES – Centro de desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – (STAREPRAVO, 2011); e , por fim, a escolha do Brasil como país sede dos megaeventos esportivos (MEZZADRI, 2011).

Essas foram demandas essenciais para que houvesse uma emergência nos estudos em relação as políticas públicas de esporte e lazer (MEZZADRI; SILVA; FIGUEROA, 2015).

A partir desse contexto, Amaral e Pereira (2009) relatam sobre um aumento da produção científica acadêmica nas políticas públicas de esporte e lazer em relação ao campo da Educação Física, como também uma expansão nos grupos de pesquisa que destacam essa temática em seus estudos (AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014). Em relação a essas pesquisas, alguns dos estudos da área geralmente são voltados para relatos de experiências dos próprios alunos (STAREPRAVO, 2011; STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007), ou seja, está tendo um déficit de discussões teóricas sobre o tema, sendo necessário, assim, avançar nessas discussões. Nesse sentido, Starepravo e Marchi Jr. (2016, p.43) chamam a atenção que:

[...] escrever sobre políticas públicas requer mapear o espaço social no qual essa é produzida, avançar no entendimento das relações entre os agentes, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas.

Sendo assim, o campo das políticas públicas torna-se um espaço de disputas e interesses dos seus agentes sociais a partir de determinado habitus e dotados de outros determinados capitais. Esses espaços tendem a reproduzir suas próprias lutas para definir o seu campo de poder, que nada mais é que o lócus das relações de forças dos diferentes grupos que disputam o mesmo monopólio de poder (BORDIEU, 2009).

Nesse contexto de diferentes campos sociais e de poder, há agentes que possuem diversas posições que definem a lógica das relações nos espaços. O próprio subcampo das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil tem esta lógica de que os agentes sociais assumam um papel decisivo nas definições de todas políticas desportivas do país. É nesse sentido que Starepravo, Mezzadri e Marchi Jr., (2015, p. 218) definem os gestores como os principais “[...] agentes responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer [...]”, ou seja, os políticos que são

importantes no envolvimento das disputas de interesses das esferas políticas e sociais de uma forma mais ampla.

Essas noções de teoria dos campos são bases que o sociólogo Pierre Bourdieu trabalha em sua arquitetura teórica, a partir de sua teoria geral da sociedade. Ele tem como principal ponto a relação entre estrutura objetiva e estrutura incorporada, a partir dos conceitos de campo, habitus e capital, conceitos esses que são básicos para que se compreenda a idéia de mundo social e sociológico (BORDIEU, 1996). A partir deste marco teórico de Bordieu, Starepravo, Souza e Marchi Jr (2013) nos remetem ao apontamento de que esta ligação teórica pode avançar na “[...] apreensão e interpretação dos fenômenos sociais, bem como na amplitude e contingência dos processos políticos” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR, 2013, p. 796), visto que se pode fazer a associação das dimensões teóricas e empíricas para a pesquisa.

Com esse contexto, há uma emergência para a análise de um espaço de reflexão para as políticas públicas de esporte e lazer nas quais são marcadas por disputas e lutas por posições nesses campos. Bourdieu (1983, p. 119) define os campos como “[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes”. Ou seja: “Todo campo [...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Neste campo, no seu interior os agentes através de seus fins e de acordo com a sua posição nessa estrutura pautada por forças, enfrentam-se ora conservando esta estrutura, ora transformando-a (BORDIEU, 2007). Nesse entendimento de estrutura, Starepravo, Souza e Marchi Jr. (2013, p. 791) dizem que:

A ação dos agentes e a estrutura da relação entre os mesmos estão diretamente relacionadas à posição que cada um dos agentes assume no interior do espaço social. Por conseguinte, a posição e consequente peso de cada agente (indivíduo ou instituição) no campo está relacionada ao volume de seu capital, que pode assumir várias formas.

Além do mais, um campo “[...] se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos

[...]” (BOURDIEU, 2004, p. 120). Nesse sentido, um campo, então, deve ser entendido como um conjunto de relações que se competem para a sua própria existência. Ou seja, o campo possui suas próprias leis e a sua autonomia, porém isso não quer dizer que este não sofra a influência também de outros campos da sociedade. Segundo Bourdieu (2004, p. 120) para que haja esse funcionamento “[...] é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes ao jogo, dos objetos de disputa, etc.”. O habitus, então, é entendido como um sistema de capitais que possuem modos de pensar, fazer, perceber, que nos orientam para agir de determinada maneira e não de outra, mas sempre levando em consideração o volume de capitais que os agentes possuem disponíveis.

Outro conceito que Bordieu traz é o de capital, que é definido como a capacidade que se tem de acumular bens materiais e conhecimentos que o agente detém (BORDIEU, 2004). Assim, a noção de capital faz que o próprio campo se modifique, fazendo com que também o habitus se transforme, apontando o que Bordieu (2004, p.26) diz que “[...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital”. Portanto, cada campo apresenta seu capital específico (econômico, cultural, social, político, artístico, esportivo etc.).

E, por fim, há também o capital simbólico, que, segundo Bordieu (1989, p. 145), é “[...] senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio”.

A partir de todo esse contexto sobre Política Pública e os entendimentos sobre este conceito, deve-se pensar ela como um direito que todos devem ter garantidos, em todas as esferas. Assim, mais especificamente nas políticas públicas de esporte e lazer, todo cidadão deve prezar pelo seu direito de possuir gratuitamente e de qualidade espaços públicos que possibilitem que os indivíduos pratiquem em seus tempos livres atividades de esporte e de lazer. Esse direito, que deveria ser obrigatório através das políticas públicas, nem sempre é ofertado para todas as populações, sejam elas moradoras da zona

urbana ou da zona rural, visto que, hoje em dia, está se deixando de lado cada vez mais o tempo livre dos indivíduos por questões de trabalho sobrecarregado e até mesmo a própria falta de espaço público para realizar este lazer que é de extrema importância para qualquer pessoa.

Sendo assim, são vários os conhecimentos produzidos pela área das políticas públicas que vêm sendo utilizados pelas agentes que trabalham com esta área as esferas municipais, estaduais e/ou federais nos mais diversos setores administrativos. Com isso, estes agentes profissionais devem ser capazes de entender os problemas públicos que devem ser solucionados e/ou superados a partir das políticas, as relevâncias que estes possuem neste determinado local, soluções e alternativas para que, assim, chegue-se ao resultado esperado. E, por fim, a avaliação de todo este problema público para revelar os impactos de uma política pública (SECCHI, 2015). Em síntese, o profissional que trabalha com política pública, além de entender todo o processo do que é uma política pública, ele também deve ser capaz de visualizar e perceber outras novas possibilidades que possam guiar a sua ação político-administrativa durante sua gestão.

Com isso, o que se quer que seja ideal para que realmente uma política pública se torne efetiva, deve ter as seguintes fases, ou seja, o que podemos chamar de ciclo de políticas públicas (SECCHI, 2015): 1) identificação do problema, 2) formulação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção.

Este ciclo vem com o intuito de ajudar a organizar as idéias dos agentes que estão envolvidos com este tema, fazendo com que a complexidade que é uma política pública seja simplificada, auxiliando, assim, os políticos, administradores e agentes estejam engajados para que esta possua êxito no final de sua implementação. Por exemplo, se se encontra um problema identificado através de algum agente público, e este agente tem interesse em resolver o mesmo, este agente, então, seguirá as fases do ciclo e então o problema terá uma solução efetivada através da sua avaliação, positiva ou negativa.

Em relação às políticas públicas de esporte e lazer, o termo lazer aparece na Constituição no 1ª texto como sendo um dos direitos sociais. O

esporte, comumente chamado de desporto, aparece logo depois do lazer, no capítulo que trata sobre a ordem social, juntamente com a cultura e educação no Artigo 217 da Constituição Federal (BRASIL, 1998). Este lazer, citado como direito de todo cidadão, é fruto da revolução industrial (MELO e ALVES JUNIOR, 2003), como também se caracteriza através de uma vivência prática no tempo livre/disponível ou de ócio do próprio indivíduo, proporcionando ao próprio indivíduo de se tornar crítico perante a sociedade, capaz, até, de transformar a própria ordem social (MARCELLINO, 2002).

Porém, segundo Paterman (1992), o lazer ainda possui dificuldades em relação a sua participação quando é comparado com a questão do próprio tempo de trabalho, visto que, segundo ele, há uma quase ausência de tempos de ócio para os trabalhadores nos dias atuais, ocasionando este tempo de lazer mais como um consumo próprio do que como um espaço e tempo de liberdade para o lazer. De fato, atualmente, há uma crescente carga horária de trabalho, o que acaba que o lazer está cada vez mais deixando-se de lado. Contudo, em meu entendimento, não se pode generalizar e “abandonar” uma possível educação para os cidadãos de que este tempo livre é de extrema importância para si próprio, tendo a possibilidade de tornar a prática do lazer mais participativa através do próprio exercício de autonomia dos indivíduos, promovendo, assim, uma nova “educação” para que o comportamento dos mesmos tornem-se mais para si, o que os autores Mascarenhas (2003) e Marcellino (2001) também concordam com esta “educação” que pode ser transformadora, podendo, assim, transformar em uma possível melhor da organização política através do seu direito e exercício da cidadania.

Nesse sentido, então, que devemos perceber que este momento de lazer também pode ser utilizado através de instrumentos que propõem novas formas de relação entre mundo e as pessoas, ou seja, é no tempo atual que devemos romper com a própria lógica imposta de produtividade e escolhermos por si mesmo o que queremos fazer nos nossos tempos livres. Tempo este que podemos ter para nos organizarmos e pensarmos sobre o que desejamos realizar cotidianamente de forma livre e segura. Sendo assim, Mascarenhas (2003, p. 97) nos diz que o lazer é “[...] fenômeno tipicamente moderno,

resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassados por relações de hegemonia”.

Sendo assim, é preciso pensarmos o lazer como uma vivência e experiência de vida através deste processo de educação. Ela pode ser expressa através de uma “experiência educativa” que está em constante andamento, preparando-se para que no futuro, haja concretamente o tempo de lazer disponível para todos, em que Marcellino (2002) nos diz que este processo significa a educação pelo e educação para o lazer.

Com isso, as políticas públicas de esporte e lazer podem cumprir com o seu papel, assumindo e propondo tempos e espaços para todo cidadão promover e ter o seu exercício da cidadania, visto que há esta necessidade de universalizarmos o direito social ao esporte e lazer, no qual é sustentado perante o texto do Art. 217 da Constituição Federal: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]” (BRASIL, 1988), mais especificado ainda no parágrafo terceiro do mesmo artigo: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (IBIDEM).

Através deste contexto apresentado, a presente pesquisa pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade das políticas públicas de esporte e lazer, juntamente com os conceitos de Pierre Bourdieu, no sentido de compreender o que as leis federais, leis orgânicas municipais e os planos de governo municipais estão propondo e executando para esta área, para que, assim, se possa visualizar e caracterizar quais são as características das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos municípios da região da quarta colônia/RS.

8. Capítulo 4: Gestores municipais e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Neste capítulo, tratamos sobre a entrevista realizada com os gestores municipais dos três municípios participantes da pesquisa, pertencentes à região da Quarta Colônia/RS. Abaixo, será descrito como foi realizada as entrevistas e os principais resultados e discussões a partir do ponto central da pesquisa: a política pública de esporte e lazer.

Em um primeiro momento, foram pesquisadas, as secretarias que alocaram o esporte e o lazer, para, assim, realizar o contato via telefone para explicar a presente pesquisa e agendar as entrevistas para os municípios selecionados. Após o contato com os cinco municípios, foram agendados as entrevistas. Dentre os mesmos, apenas um município não retornou a ligação para contatar sobre a pesquisa, após três tentativas de agendamento. Sendo assim, preferimos ir pessoalmente ao município para tentar o contato.

Os agendamentos foram realizados durante o período de uma semana, de acordo com os horários disponíveis dos coordenadores responsáveis pela pasta na secretaria e com os horários disponíveis do entrevistador. Sendo assim, as entrevistas ocorreram da seguinte forma: primeiramente, os três primeiros municípios com entrevistas agendadas foram o 'x', 'y', 'z', que estavam presentes os seus responsáveis da área nas secretarias nos respectivos horários combinados no agendamento. Já o município 'w' confirmou horário e dia no agendamento, porém quando o entrevistador compareceu ao local e horário marcado, o responsável estava em outro compromisso e não pode atender, sendo assim, este município não fez parte da entrevista. E o município 'u', pelo fato de não retornar as ligações, pessoalmente, realizamos contato, sendo que o responsável pela pasta, não se encontrava na secretaria. Assim, este município também não fez parte da entrevista.

Por fim, após o contato prévio, agendamento e realização da entrevista, a presente pesquisa conta com os seguintes municípios: 'x', 'y', e 'z'. Também

nos foi disponibilizado documentos em que consta o plano anual das atividades que serão realizadas nos municípios da quarta colônia, bem como dois planos municipais de atividades culturais e na área do esporte e lazer.

Nas entrevistas, todos os responsáveis pela área do esporte e lazer, nos seus respectivos municípios, responderam as perguntas solicitadas, através de questões estruturadas e que se encontram no APÊNDICE 1 desta dissertação. A referida entrevista foi subdividida em duas partes, na qual a primeira refere-se aos dados do entrevistado e sua formação acadêmica, e a segunda parte, foi estruturada referindo-se à atuação, contexto, implementação e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios, bem como um espaço em que o entrevistado pode comentar alguma questão que não foi contemplada anteriormente, caso haja algo relevante que o mesmo tenha interesse em compartilhar.

Após este primeiro momento, a partir das respostas obtidas na entrevista e os seus respectivos dados apresentados, iremos subdividir este capítulo em cinco partes principais: 1) dados e formação acadêmica dos entrevistados; 2) atuação dos coordenadores e o esporte e lazer; 3) contexto da política pública de esporte e lazer; 4) implementação de uma política pública de esporte e lazer no município; e 5) avaliação do esporte e lazer.

4.1) Dados e formação acadêmica dos entrevistados

Nos dados das entrevistas, há as seguintes constatações:

- o município 'x' possui um diretor de esporte e lazer alocado na Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura, Desporto e Lazer, atuando desde janeiro de 2017 no cargo, bem como também na área do esporte e lazer. Este diretor foi contratado com cargo comissionado.

- o município 'y' possui um responsável pelo desporto, em que está alocado na Secretaria de Educação e Desporto (SED), sendo que está no cargo há oito anos como secretário de escola, funcionário público, e há seis anos atuando na área do esporte e lazer.

- o município 'z' possui um coordenador que responde pela pasta do esporte, que está alocado na Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos, atuando há 2 anos na presente secretaria como funcionário público.

Neste contexto inicial, podemos perceber que os responsáveis pela pasta do esporte e lazer em suas respectivas secretarias estão já há algum tempo atuando na área dentro do seu município, o que contempla um bom conhecimento das políticas públicas dentro das suas cidades, como também, como está sendo desenvolvida essa área dentro do seu contexto municipal. Em relação às escolhas desses responsáveis para dentro destas secretarias, há duas opções: a primeira, que se refere ao contratado por cargo comissionado, como acontece no município 'x'; e a segunda, que se refere ao gestor que é funcionário público, ou seja, foi contratado via concurso público, que é o que acontece nos casos dos municípios 'y' e 'z'.

Sendo assim, como em todos os municípios pesquisados não há uma secretaria específica de esporte e lazer, e sim que a maioria está alocada em outra secretaria, seja ela da área da educação, cultura, turismo, entre outras, há a necessidade de se ter essa intersetorialidade nesses segmentos, uma vez que podemos ter um bom rendimento e resultados significativos para os agentes responsáveis pelas áreas. Com isso, segundo Bonalume (2010), essa intersetorialidade pode vir a contribuir com um enriquecimento das áreas do esporte, lazer, cultura, saúde, enfim, trazendo, assim, benefícios para toda sociedade.

A intersetorialidade pode se apresentar, então, como uma das possibilidades de articulação entre os saberes e as ações, com vistas a construir resultados sinérgicos em situações complexas, alterando o impacto das políticas, tornando-as mais efetivas e ampliando sua capacidade de colaborar com a redução das desigualdades e com o bem-estar social. Além disso, pode contribuir com a construção de uma nova ação, que rompa as fronteiras das políticas isoladas. (Bonalume, 2010, p. 9).

Passando para a parte da formação acadêmica dos entrevistados, temos as seguintes respostas:

- no município 'x', o responsável não possui ensino superior em sua formação, somente o ensino médio completo.

- no município 'y', o responsável possui sua formação superior em Filosofia, bem como uma pós-graduação na área de supervisão e orientação escolar, área esta que atuou durante dois anos no município, para, após, passar para a área do esporte e lazer.

- no município 'z', o entrevistado possui sua formação em Educação Física, com pós-graduação na área de atividade física, desempenho motor e saúde, ambas pela mesma instituição de ensino.

Como podemos perceber, a partir da formação acadêmica dos responsáveis pela área do esporte e lazer, a maioria não possui a formação inicial na área da educação física, e sim, em outras áreas, um na área pedagógica mais profundamente na área escolar; outro com formação completa do 2^a grau, tendo a vivência na teoria e prática em sala de aula sobre o esporte; e, por fim, o terceiro gestor responsável tem sua formação na própria área da educação física, tendo sua especialização mais na área biológica, do desempenho motor e saúde. Nesse contexto, apenas 1 dos três entrevistados possuía formação em educação física, corroborando com o que Starepravo, Souza e Marchi Jr. (2013, p. 795) argumentam em relação as políticas públicas de esporte e lazer, visto que “[...] muitas vezes, a posse de algumas variedades de capital, especialmente o capital social, político, e esportivo, por vezes se sobrepõe ao capital cultural específico na configuração do subcampo”.

Nessa relação com o que Pierre Bourdieu retrata, entre o campo social e o capital, os autores também relatam que “[...] gradualmente os especialistas [da academia] vêm ocupando esse espaço. Pode ser um indício de que o capital político perde um pouco o peso no interior do subcampo frente ao capital cultural específico” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR., 2013, p. 791). Porém, isto não é o que percebemos ao analisar a formação desses gestores que ocupam a pasta do esporte e lazer em seus municípios. Em um panorama geral, em sua maioria, os profissionais que ocupam o cargo de gestores de esporte e lazer não possuem sua formação centrada na área ou em administração pública. Se compreendermos as lógicas e as leis de funcionamento do subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, e

pensando nestes gestores que estão a frente dessas áreas nos municípios, podemos refletir que “[...] os agentes ativos no processo são capazes de ressignificar e atuar de forma a legitimar ou modificar a estrutura [...]” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR., 2013, p. 792), ou seja, o campo social muda de acordo com o seu capital, em uma dinâmica que muda dialeticamente as visões de mundo e suas respostas (BOURDIEU, 1983).

A partir desse contexto inicial, devemos identificar alguns objetivos que o gestor público, na sua função e em relação à política, deve ter frente ao seu trabalho. Segundo Bittar (2002), são eles: 1) Organizar o espaço público, objetivando o melhor convívio social; 2) Definir formas de gerenciamento da coisa pública e dos recursos a ela ligados; 3) Estabelecer estratégias de definição dos critérios para o alcance de fins comuns; 4) Conduzir a eleição das molas propulsoras do desenvolvimento da sociedade e, por fim, 5) Proporcionar a definição de ideologias que predominarão na construção da arquitetura da sociedade.

A partir destes objetivos segundo Bittar (2002), a responsabilidade que os gestores possuem em relação as políticas públicas são de grande importância, visto que reflete na sociedade o que eles irão definir a frente do seu trabalho. Nestes 5 objetivos, percebe-se que o gestor deve passar desde a organização do seu espaço público, passando para como ele irá definir a questão pública e os seus recursos, para o estabelecimento das suas estratégias e critérios que alcancem o seu objetivo na política pública, a condução desse desenvolvimento e, por fim, proporcionar estas ideologias para a sociedade. Estes passos, são, as bases para a criação e a implementação das políticas públicas que esperamos nos municípios, Estados e esfera federal.

Para passarmos para o bloco a seguir, em relação a atuação dos gestores na área do esporte e lazer, cabe aqui trazer a relação novamente de Bourdieu com o campo, habitus e capital. Ele sugere alguns passos metodológicos para serem seguidos nesse desenvolvimento da abordagem sobre o campo. Nessa relação, Souza e Marchi Jr. (2010, p.300), dizem que “[...] é necessário traçar um mapa da estrutura objetiva das relações ocupadas

pelos agentes ou instituições que competem pela forma legítima de autoridade específica no campo [...]", e também que "[...] devem ser analisados os habitus dos agentes, isto é, os diferentes sistemas de disposições adquiridos em relação ao campo". Após esse contexto, iremos, assim, para o próximo bloco de questões que engloba a parte da atuação dos gestores nos seus cargos públicos e nas secretarias nas quais o esporte e lazer estão alocados.

4.2) Atuação dos coordenadores e o esporte e lazer

Em relação à atuação dos coordenadores ou gestores responsáveis pelo esporte e lazer em seus municípios, na entrevista realizada percebeu-se pontos interessantes e que merecem destaque nessa pesquisa. O primeiro deles refere-se ao caso de não haver uma secretaria única para o esporte e lazer, visto que em todos os municípios pesquisados, inclusive os municípios da região da quarta colônia que não fizeram parte da pesquisa visto que não entraram nos critérios de inclusão estabelecidos. Em todos os municípios participantes da pesquisa, o esporte e o lazer estão alocados em outras secretarias, tais como secretarias de educação, cultura, turismo, entre outros. Este fato pode ser identificado por ser municípios de pequeno porte, até 20.000 habitantes, o que ocasiona as secretarias agrupadas em mais de uma pasta, tendo relação também com a questão orçamentária e de alocação dos servidores para atender a toda a população.

Percebemos que dentro das secretarias, cada uma com a sua especificidade, temos pastas em que cada setor possui um responsável. Cada agente que está à frente em sua pasta está alocado desde um determinado tempo, fator este que é importante para sabermos como está o seu trabalho perante a administração pública e no esporte e lazer. Sendo assim, dentre os municípios participantes, percebemos que há tanto a questão política nestas alocações presentes nas pastas, como também servidores concursados e que se alocam nas pastas de acordo com suas formações e proximidades da área. Neste quesito, temos um agente do município 'x' que nos diz: "*Desde janeiro de*

2017, há dois anos e um mês praticamente, já como diretor de esportes. No momento que iniciou o mandato do atual governo ele me chamou para este cargo.”;

Já o outro servidor concursado do município ‘y’ teve sua alocação no cargo de uma forma diferente, de acordo com ele, *“estou a cerca de seis anos na secretaria, desde que fui alocado para a área do transporte e escolar, visto que essa área está junto com a pasta do desporto em nosso município”*. Caso bem parecido do servidor do município ‘z’, em que ele nos comenta que *“quando entrei neste município estava concursado como professor de educação física nas escolas municipais, porém, quando o atual prefeito entrou na administração do município, o mesmo me fez o convite para atuar na área do desporto e do lazer em sua administração, sendo responsável pela área na esfera pública”*.

A partir dessa questão envolvendo a alocação dos agentes responsáveis, podemos perceber que há duas partes que estão presentes na esfera pública: uma, em relação à alocação com cargo político comissionado, ou seja, um comumente chamado ‘CC’; e a outra, em relação ao servidor público concursado, que é alocado para onde a administração lhe concede, ou pela experiência na área de atuação. No caso nos municípios participantes, dois são concursados, funcionários públicos; e um é por cargo comissionado.

De acordo com Galindo (2005, p.01), *“a gestão pública (entendida como gestão política por essência), necessita ser profissional e subsidiada pelos conhecimentos técnicos científicos de sua esfera de atuação”*. Concomitantemente, Rezende (2000) também afirma que o gestor, seja ele concursado ou por cargo político, deve ser um profissional que tenha conhecimento da área, em primeiro lugar, bem como o conhecimento básico sobre gestão. Desta maneira, devemos ter a convicção que a formação do agente, diretor e/ou coordenador responsável deve se apresentar com uma qualificação profissional adequada, para que, assim, possam produzir também ações relevantes dentro do sua esfera política, para que, assim, não tenhamos

limitações nessas ações que são direcionadas aos setores do desporto e do lazer.

Neste ponto da alocação, também temos o questionamento em relação a como é a entrada na gestão do esporte e lazer em cada município, questão está que é muito particular de cada município, de acordo com a sua gestão municipal. Em conformidade com os dados citados acima, no caso do município 'x', temos a seguinte afirmação:

“Eu sempre tive uma atuação desde muito cedo no esporte no município, sendo atuante em várias áreas, principalmente na parte do futebol, mas também por ser líder comunitário no interior, então a gente tem acesso a várias atividades esportivas que pertencem ao município como a bocha e bolão, mas a minha força principal sempre foi como presidente de clube de futebol também desde muito novo, e eu entrei na parte pública do esporte através de um convite do atual prefeito que foi que me trouxe para trabalhar no cargo público para responder pelo esporte. (RESPONSÁVEL X)”

Bem como na atuação do responsável 'y' em seu município, muito ligado ao esporte:

“Em toda minha juventude fui atleta no time da nossa cidade, representando nos jogos regionais e estaduais. A partir daí, fiz o concurso para um cargo na prefeitura e fui alocado como secretário escolar. Logo após surgiu uma vaga no transporte escolar, e, assim, fui alocado para a presente pasta. Como esta pasta também está alocada na Secretaria de Educação e Desporto, me convidaram para, assim, fazer parte da pasta do desporto também, pelo meu conhecimento com os clubes aqui da cidade, e também por ter um bom vínculo com os outros municípios da região através dos jogos em que participei. (RESPONSÁVEL Y)”

Contudo, o responsável pelo município participante 'z', já estava na área do desporto, assim,

“Entre para este município através de um concurso público para professor de educação física, para atuar nas escolas municipais daqui. Após alguns anos, quando o prefeito atual assumiu a gestão, ele me fez o convite para assumir a pasta do desporto dentro da secretaria que ele estava alocado, por eu ser bastante influente no município e conhecer bastante sobre os projetos que são desenvolvidos principalmente nas escolas. Então, aceitei o convite, e desde aí estou a frente do esporte no município. (RESPONSÁVEL Z)”

A partir destas constatações, podemos perceber que todos possuem algo em comum, uma vivência extra-administração, ou seja, uma vivência com a área do desporto e do lazer em sua infância, juventude, bem como por serem

atletas em seus municípios e possuírem um bom convívio e por serem já conhecidos nesta área na sua região, que em nosso caso é a região da Quarta Colônia/RS. Esses pontos perpassam entre os três entrevistados, fazendo com que as suas entradas nas áreas do esporte e do lazer em seus municípios sejam de formas muito parecidas, levando a crer que a questão da vivência é um ponto chave que foi considerado.

Porém, há o fato de que não apenas a vivência sirva de parâmetro para gerar e administrar dentro da esfera pública e política, visto que isso requer conhecimentos mais amplos sobre gestão. Nesse fato, devemos ter bastante atenção para que os agentes tenham, também, uma base que faça o elo “teoria e prática”, sendo que a teoria liga-se à gestão, e a prática liga-se as suas vivências práticas anteriores. Assim, de acordo com Galindo (2010, p. 04),

“A definição sobre o papel do gestor público é um dos maiores desafios daqueles que se propõem a exercer qualquer função no aparelho administrativo do Estado. Este desafio reside no fato de não existir um modelo político único (ou acabado) que possa ser aplicado à qualquer tipo de sociedade ou cultura.”

Em conformidade, essa definição de como é o seu papel perante o esporte e lazer em cada cidade já pode ser reparada a partir destas primeiras questões iniciais citadas, montando como cada um dos agentes responsáveis segue o seu plano de trabalho e seus princípios dentro da gestão pública. Com essas questões iniciais de como está a pasta do esporte e lazer na secretaria, e como funciona as atuações dos diretores na esfera política e pública, passaremos para o terceiro momento deste capítulo, que refere-se ao contexto da política pública de esporte e lazer nos municípios participantes.

Na relação da atuação do agente responsável pelo esporte e lazer juntamente com as teorias sociais de Pierre Bourdieu, a relação estrutural entre eles está diretamente ligada a posição que cada um desses agentes assume dentro do espaço social. Esta posição e o peso de cada agente no campo é relacionado ao volume do seu capital, ou seja, perceber qual a amplitude da pressão estrutural do campo que é exercida sobre ele. Quanto mais frágil o agente for dentro do campo, maior a influência estrutural desse espaço sobre ele, e vice-versa. É interessante destacar também qual é o tipo de capital

relevante dentro deste espaço das políticas públicas de esporte e lazer. Se, há anos atrás pensar estas duas áreas era algo somente para leigos, principalmente na relação com cargos políticos-partidários, atualmente muitos indivíduos da área vem acompanhando e atuando nesses espaços, como podemos ver em dois municípios participantes. Isto pode ser um indício de que o capital político está perdendo força, e a frente está partindo o capital cultural.

“As estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidos nas lutas [...], isto é, suas tomadas de posição [...], dependem da posição que eles ocupem na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que, através da mediação das disposições constitutivas de seus habitus (relativamente autônomo em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura desta distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las. (BOURDIEU, 2007, p. 63-64).”

Com isto, podemos dizer, de acordo com Bourdieu (2007), que o entendimento da posição que os agentes estão frente ao campo social está relacionada a distribuição do capital simbólico desse campo. Além disso, esse habitus desse campo irá intermediar o modo de agir desses agentes, suas tomadas de decisão. Essa constituição do habitus e as formas de agir dos agentes podem também estar relacionadas com a história do campo, pois

“Mas essas estratégias, através dos alvos das lutas entre os dominantes e os pretendentes, as questões a propósito das quais eles se enfrentam, também dependem do estado da problemática legítima, isto é, do espaço de possibilidades herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de tomadas de posição possíveis e a orientar assim a busca de soluções e, em consequência, a evolução de produção. (BOURDIEU, 2007, p. 64).”

4.3) contexto da política pública de esporte e lazer

Em relação ao contexto das políticas públicas de esporte e lazer que as cidades participantes possuem, temos bastante peculiaridades em nossa região, peculiaridade essa que se deve ao fato de que há diferentes etnias na região da Quarta Colônia/RS, tais como: alemã, italiana, quilombola, entre outras. Esse fator faz com que cada cidade possua em suas atividades de esporte e lazer essas peculiaridades, de acordo com as etnias presentes nos

municípios, sendo este algo rico para esta região, em que podemos ter essa diversidade presente em municípios que são ricos em sua cultura.

Neste contexto, para primeiramente sabermos como está funcionando as políticas públicas em cada cidade, a questão norteadora da entrevista neste trecho refere-se a como é realizada a escolha do tipo de política pública que é implementada em cada município. Abaixo, segue os trechos das entrevistas com os gestores responsáveis

- Gestor responsável pelo município 'y':

“A escolha das políticas públicas voltadas ao desporto se dá, em primeiro lugar, analisando a demanda e o público alvo. Essa demanda nós descobrimos de acordo com o que a população esta precisando, e vamos em busca nos bairros, nas escolas, na zona rural do nosso município. A partir destas constatações, voltamos com os pedidos das comunidades para a prefeitura e sentamos junto com a secretaria de educação para vermos qual as medidas podemos tomar em relação a esses pedidos, para que conseguimos criar essas políticas para atender a essa população. Temos atividades voltadas às crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoal da cidade e interior, enfim, conforme as realidade de cada grupo. Mas creio que essa questão da escolha parte da comunidade e nós tentamos atender da melhor forma possível (RESPONSÁVEL Y).”

- Gestor responsável pelo município 'x':

“Essa questão da política pública no nosso município, é uma questão muito peculiar porque a cidade tem uma grande força na parte da sua interiorização com a nossa cultura, que temos uma diversidade delas na zona urbana e na zona rural, e dentro do município mesmo na parte do futebol de ligas de futebol, bocha, a lirinbol que trabalha com vôlei, basquete e handebol, atletismo e bolão. Então essa sistemática diferente que faz com que a maior parte da responsabilidade da política de esporte do município passe para essas entidades. Então a política pública é criada pela sociedade, a gente tem uma grande força aqui no município através disso, então a gente tem uma pouca interferência na parte esportiva pelo município, nós temos apenas que apoia-las. Essa é a nossa principal função hoje porque a realização dessa parte esportiva do município passa muito por essas entidades (RESPONSÁVEL X).”

- Gestor responsável pelo município 'z':

“Essa questão da política pública e como é realizada essa escolha perpassa entre nós aqui da prefeitura e do setor do desporto e lazer a partir do que as pessoas do nosso município estão precisando, se elas precisam mais de atividades de lazer, se elas precisam mais de atividades de desporto no ginásio, enfim, do que que elas estão querendo. No nosso município temos a questão cultural também que é bem importante nessa questão de escolha, pois muitos cidadãos daqui tem suas peculiaridades nos seus momentos de lazer,

preferindo praticar bocha, essas coisas que são mais típicas que eles praticavam desde pequenos com suas famílias. Assim, essa escolha da política pública primeiro vem do que a cidade está precisando, o que que as famílias estão também praticando e que sejam de interesses delas, visto que é uma cidade pequena mas que tem bastante lugares para a prática tanto do lazer, mas como também do esporte (RESPONSÁVEL Z)”.

A partir destas respostas, podemos perceber que a escolha parte de um princípio, que é o contexto social do município. Esse contexto social coloca em jogo o que ela mais precisa em relação ao esporte e lazer, de acordo com cada comunidade, seja ela em zona rural ou urbana. A partir dessa colocação, que demanda tempo e pesquisa por parte da gestão pública, é que a política pública é escolhida. Assim, a participação da sociedade nesse processo se torna de extrema importância para esses municípios, visto que pela sua cultura vasta que foi citada anteriormente, cada cidade possui sua peculiaridade para com as atividades que a população gosta de praticar e vivenciar. Com isso, podemos fazer o seguinte esquema de escolha:

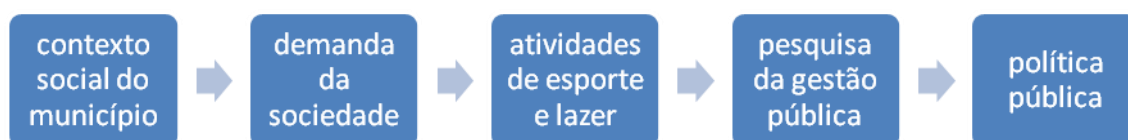


Figura 2: contexto social do município x poder público. Autoria própria.

De acordo com a fala dos gestores, percebemos que há uma integração bastante presente entre sociedade x poder público, fazendo com que haja essa inter-relação desses dois setores e um possível êxito na elaboração dessas políticas públicas de esporte e lazer. Essa intenção existente na

promoção de atividades, projetos e/ou programas que visem o interesse da população diz respeito também ao controle social de cada município que, nessa perspectiva, Siraque (2006, p.116), diz que “o controle social da função administrativa do Estado, tem, assim, a finalidade de submeter os agentes que exercem função administrativa junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário ao controle da sociedade”. Concomitantemente, Araújo, Lopes, Campelo e Umbelino (2006) também nos dizem que: “No Brasil, nota-se que vem ocorrendo uma ligação cada vez mais intensa entre o controle governamental e o controle social. Afinal, para que uma sociedade seja realmente democrática, é preciso que haja uma interação e um equilíbrio entre esses dois controles”.

Nesta relação de contexto, segundo as teorias sociais de Pierre Bourdieu, ele oferece, a partir dos campos, capital e habitus, categorias que interpretam a realidade social, e que envolve estruturas e agentes sociais. Essa estrutura pode ser analisada a partir dessas questões que perpassam pelo esporte (MARCHI JR, 2001) e também pelas políticas públicas. Como também, segundo essa teoria bourdieusiana, para que se entenda os mais diferentes campos, é necessário que se entenda como funciona as posições que são ocupadas pelos próprios agentes, dentro da esfera social. Nestas constatações, Bourdieu (2004a) nos diz que, a partir deste espaço intermediário, denominado campo, que, na nossa pesquisa, refere-se ao subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, deve ser interpretado de duas formas: a partir da lógica interna, de Estado, e a lógica a partir da relação com o restante da sociedade.

Com essa relação estabelecida entre os setores, temos a convicção que uma política pública pode ser realizada, implementada e implantada de acordo com o que a população necessita, com os espaços disponíveis para esta prática e vivência, com recursos que a gestão pública dispõe para esta política, entre outras formas de realização para esta implementação. Essa política garante os direitos sociais, direito esse que qualquer cidadão possui, direito da prática ao desporto e ao lazer, garantido por lei através da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 17. Esta ação que parte dos

indivíduos viabiliza essa intervenção ativa que o Estado possui para com os seus municípios em relação à questão do financiamento para que seja implantada essa política pública. Assim, hoje, os direitos sociais,

[...] pressupõe a garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou áreas sociais implicadas na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas (LINHALES, 1998, p. 73).

Fazendo um elo com essa questão dos direitos sociais, com a escolha da sociedade e o interesse do poder público, temos a questão de como é essa participação da população nesse processo de escolha, ou seja, como a população solicita essa demanda ao poder público. Esse questionamento pode ser esclarecido de acordo com as respostas dos entrevistados abaixo: Segundo o agente responsável pelo município 'x',

“Eu acho que essa participação da população é fundamental, a grande força dessa política parte da população, porque elas que tem a força e o poder de participarem dessas ligas e realizarem seus próprios campeonatos e os seus eventos, dentro de cada liga, tanto a de bolão, a de bocha, que são ligas que estão muito ligadas as comunidades do interior, as entidades do interior são muito representativas através dessas ligas de bocha e bolão. A liga de futebol é uma liga que tem uma grande força aqui na cidade, mas todas essas ligas são feitas pela população, pelo povo, então a gente tem até hoje a proibição de qualquer funcionário público, tanto de cargo comissionado quanto de funcionário concursado de participar dessas ligas, é vedada a participação, a decisão é estritamente da população, é eles que definem como deve acontecer o esporte dentro da cidade. Então nos cabendo hoje a parte pública é cuidar de dar o suporte financeiro pra eles, desde que eles apresentem um plano de trabalho bem específico de como eles vão querer organizar o esporte naquele ano, dentro de cada sua liga, então hoje a principal função nossa aqui do poder público é cuidarmos da parte estrutural e da parte de lazer, então hoje é essa nossa principal função, a gente fica tomando conta de fornecer os espaços públicos necessários para que essas ligas possam funcionar e desenvolver esses esportes, porque a maioria delas ocupa os espaços que nós fornecemos (RESPONSÁVEL X)”.

O responsável pelo município 'z' avalia essa participação da seguinte forma:

“Avalio, por ser uma cidade de pequeno porte (2500 habitantes), como sendo satisfatória a participação dos cidadãos na escolha da promoção do esporte e lazer no município. Pois, é desenvolvido além dos Campeonatos Municipais de Futsal (várias categorias), de Bocha

(tradicional na nossa região), de Futebol, de Vôlei, também eventos regionais destes esportes supra-citados. Há também eventos esportivos a nível estudantil, tanto municipal como regional. Além de outros eventos esportivos e de lazer, tais como: giro ciclístico; caminhadas; maratonas etc. Há ainda o desenvolvimento sistemático das Escolinhas Desportivas Municipais e acompanhamento do grupo da terceira idade. E, também, a participação de nossos mais variados selecionados em competições regionais. Essas atividades citadas acima a população abrange com bastante interesse e participação, visto que são essas atividades e/ou programas que a população nos solicitou e solicita aqui na prefeitura para que realizamos na prática. Assim, creio que essa participação da população na escolha é fundamental. (RESPONSÁVEL Z)”

Essa questão da participação das comunidades evidencia o que Da Costa (2007) traz no sentido do êxito das políticas públicas, que pode estar relacionada com essa participação efetiva da comunidade, fazendo com que todos estejam envolvidos nesse processo.

Em conformidade, o gestor responsável pelo município ‘y’ nos diz que:

“A escolha da comunidade para o que elas querem praticar de atividades, jogos, se dá a partir do que elas nos pedem aqui na prefeitura, como também do que nós percebemos nas escolas, nos lugares que a população frequenta para a prática dos esportes, nos espaços públicos que elas frequentam, nos espaços nas zonas rurais, enfim, nesses lugares em que a população está presente. Essa constatação é feita por nós da secretaria da educação quando vamos visitar os lugares e a escola, e, assim, passamos para o poder público o que estamos precisando e o que realmente as pessoas querem praticar. Aqui no município há muito a prática do bolão, então um espaço adequado para eles praticarem é de extrema importância colocar dentro dessa política pública e no nosso planejamento de recursos. Como aqui há muito a questão da cultura alemã, também temos que oportunizar atividades que busquem o lazer dessas pessoas junto com atividades que busquem o resgate dessa cultura, não somente para a população da cidade, mas também para a população aqui do interior, que também tem muito trabalho no seu dia-a-dia, e busca nos seus finais de semana os momentos de lazer para eles mesmos nas suas comunidades. Assim temos que pensar na zona rural e urbana, propiciar essas atividades para essas comunidades se sentirem bem e com uma boa qualidade de vida (RESPONSÁVEL Y).”

Nesse contexto da participação da população, percebemos que em todos os municípios há essa ligação entre o que a sociedade está necessitando, neste caso o seu interesse, e o poder municipal entrando com os recursos e locais para que seja realizada essa prática. Esse elo de ligação é de extrema importância, visto que a população possui direito garantido por lei para a sua prática do lazer gratuita e de qualidade, para ter benefícios para a sua saúde e qualidade de vida.

Essas condições ligadas a sociedade e o poder público podem ser vistas também na relação das teorias sociais de Pierre Bourdieu. Por mais que não podemos desconsiderar todas as condições macroestruturais que a sociedade consiste, a forma como ela irá refletir em determinada área ou questão social depende de como é a dinâmica do campo, visto que ele possui suas leis de funcionamento e também uma certa autonomia. Assim, segundo Bourdieu (2004, p.20-21):

“A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das questões que surgirão a propósito dos campos (ou subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem.”

Há também a relação com o lazer, podemos trazer aqui algumas definições que tenham ligação com esse propósito que a população procura, tais como: Dumazedier (1979) define o lazer como um conjunto de ações que são escolhidas pelo indivíduo para entretenimento, diversão e recreação; para Morin (1997), o lazer mais moderno é o acesso ao tempo livre do cidadão, tendo como sua principal característica o repouso e a sua recuperação do trabalho devido a que no passado somente as classes dominantes tinham este acesso; Elias e Dunning (1992) traz o entendimento do lazer como um tipo de atividade que é inserida no tempo livre do cidadão e o coloca como um sujeito social que busca pelo prazer, seja ele qual for o seu tempo livre e a atividade que pratica.

Em todos esses conceitos, o lazer possui o seu livre-arbítrio, ou seja, o indivíduo escolhe qual o seu momento de lazer e o que ele quer fazer nesse tempo e espaço, sendo de sua escolha, como exemplo, ler um livro, ir ao shopping, ir ao estádio de futebol, ou somente descansar (ELIAS E DUNNING, 1992, p.112). Esta associação está intimamente ligada a uma construção histórica que foi instituída na sociedade, através dos avanços em relação a saúde e qualidade de vida das pessoas. Isto pode também ter reflexos a partir da cultura que as sociedades também possuem, visto que a relação entre cultura e lazer pode trazer muitos benefícios, bem como que

muitas das atividades que o lazer proporciona podem passar por manifestações da cultura dos indivíduos, tais como jogos e brincadeiras que tenham um valor cultural envolvido.

Com isso, a partir dessa relação que o lazer possui com a cultura, constatamos nas pesquisas iniciais que há diferentes culturas na região da Quarta Colônia/RS, sendo esta uma região rica neste sentido. Por isso, é de importância colocarmos esta questão frente as políticas públicas de esporte e lazer, para percebermos qual a importância para esta região com sua cultura e com o esporte e lazer. Nesse sentido, realizamos na entrevista um questionamento aos entrevistados em que procura saber se as características locais das cidades foram consideradas para as escolhas das políticas públicas de esporte e lazer implementadas em cada um dos municípios participantes, bem como quais são essas características culturais que são relevantes. Este questionamento surgiu bastante efeito na relação da política pública, visto que a cultura influenciou muito nas atividades de lazer das populações em suas cidades, tais como descreve o coordenador de esportes do município 'x':

“Eu acredito que sim, porque nós temos aqui no nosso município uma diversidade muito grande, então é nítido e a gente não pode fugir nunca disso a questão que cada modalidade esportiva e de lazer no nosso município respeita e atinge um determinado público. A gente sabe que a gente tem um foco, por exemplo, a questão da liga de bolão é uma atividade que é principalmente desenvolvida por um público de comunidade de imigração alemã, nós temos o foco hoje da liga de futebol, por exemplo, que é uma liga que atinge todos, mas a gente sabe que a força do futebol são as comunidades carentes do nosso município, são as comunidades menos privilegiadas com algum tipo de recurso que leva o futebol como sua principal atividade de lazer e de esporte hoje no município, então é assim a gente tem um grande número de equipes e atletas inscritos em nosso município na nossa organização das nossas ligas e o futebol atinge mais essas comunidades carentes. A gente sabe também que a lrvobol trabalhando com o handebol vôlei e basquete é uma liga que atinge também as classes média e alta, então a gente não pode ser hipócrita ao ponto de negar isso aí, então a gente tem segmentado essa realização dessas ligas atingindo cada segmento da sociedade e claro que há um envolvimento sempre de pessoas que não são originalmente oriundas daquela comunidade, mas por exemplo a bocha já atinge a maior parte da população, as canchas de bocha do município estão dentro de C.T.G. (Centro de Tradições Gaúchas) , então a gente sabe que o público tradicionalista é um público que tem o foco na bocha, então a gente tem toda essa diversidade em nosso município (RESPONSÁVEL X).”

Nesse contexto de lazer juntamente com a cultura, cada cidade possui a sua peculiaridade em relação as etnias presentes, fazendo com que as atividades que são inseridas no contexto das políticas públicas revelem o que a população mais almeja em seus espaços e tempos de lazer. Em conformidade, o município 'y' também traz esta questão bastante relevante no município:

“Essa relação das escolhas das políticas públicas do esporte e do lazer junto com a cultura em nosso município é bastante presente porque a cultura alemã está muito presente por aqui, e a italiana também. Então muitas das atividades que nós proporcionamos a eles tem essa relação com a cultura de cada comunidade. Por exemplo, aqui nós somos bastante reconhecidos pela relação com a bocha e o bolão. Temos aqui times de veteranos que participam de campeonatos a níveis regionais e nacionais, com bastante influencia nas nossas cidades vizinhas. Então essas questões fazem com que essa cultura deles esteja também muito presente também no momento de lazer deles aos finais de semanas nas canchas, não somente nas competições. Com isso, também é importante destacar as feiras que realizamos aqui, que para muitos é um momento de lazer também. Nessas feiras há varias atrações e muitas pessoas de outras cidades também vem para cá para prestigiar e ter o seu momento de lazer, como também as culturas bastante presentes nas culinárias, nas bandas típicas e em outros setores que também temos na feira. Então, assim, penso que a cultura sim está diretamente ligada com o lazer, tanto para a prática de atividades que são partes das culturas que tem aqui no nosso município como também nas festas que a comunidade prestigia e também faz como um momento de lazer deles (RESPONSÁVEL Y).”

Como uma região que possui uma vasta cultura presente em seus municípios, essa região na qual é realizada a pesquisa também teve como justificativa essa questão cultural fortemente presente através das suas diversas etnias que estão presentes. Assim, o lazer também se faz presente através dessas atividades e festividades para as comunidades através destas manifestações culturais. Sendo assim, a respeito das políticas públicas que englobam o esporte e lazer, deve haver um investimento bastante significativo nessa área, visto que os agentes devem ter um olhar para a população com a intenção da promoção da saúde e também de uma boa qualidade de vida através desta educação cultural e de lazer. Não somente essa promoção da saúde, mas também promover espaços públicos de qualidade para esta prática, tais como academias ao ar livre, quadras esportivas, pistas de caminhadas, entre outros espaços em que o cidadão se sinta bem e confortável para as suas práticas de esportes e/ou de lazer.

Se há esses espaços gratuitos e bem cuidados, também há população praticante e que utiliza de forma correta e cuidadosa os espaços para mantê-los conservados. Nesse sentido, a participação da população acarreta melhora de qualidade de vida de muitos cidadãos, bem como um êxito dos objetivos que as políticas públicas possuem, ou seja, obter um maior número de pessoas praticando atividade física e o lazer através das políticas públicas de esporte e lazer que são implementadas nos municípios, seja ela política voltada ao esporte de alto rendimento, ao lazer, as festividades, atividades de caminhadas e corridas, etc. Com esse contexto, foi pesquisado como está sendo a participação da comunidade a partir das políticas públicas de esporte e lazer que são implementadas nos municípios participantes, bem como se elas atingem todos os segmentos da sociedade (crianças, jovens, adultos, idosos).

Esse questionamento gerou bastante satisfação para a pesquisadora, a partir das respostas nas quais os entrevistados relataram, de forma positiva à essa participação da comunidade:

“Na nossa população, temos bastante apoio da parte deles nessa questão da participação, pois eles participam das atividades que a gente propõe que são realizadas o ano todo, quando fizemos algum evento no final de semana eles também participam e auxiliam na organização quando precisa, como também convidam seus parentes e outras pessoas dos outros municípios daqui perto para participar. Da nossa cidade, a gente tem atividades nas escolas, que atinge as crianças e os adolescentes. As atividades no ginásio que participam as pessoas de qualquer idade aqui do município quando é ginástica, e quando é as escolinhas aí escolhemos e fizemos os times de acordo com as idades das crianças, o juvenil, o adulto e o também temos os times de veteranos que jogam aqui. Quando são essas atividades elas são tanto nos treinos como também nas competições de futsal, voleibol, e outras. Aqui também é bastante presente o bolão, que normalmente é jogado por adultos e pessoas de mais idade e idosos, que eles também jogam por lazer e outros para competir aqui na nossa região, que é bastante forte nesse esporte e tem competições durante o ano. Nós temos também os grupos de terceira idade, que tem uma parceria com a prefeitura para realizarem estas práticas de atividades para eles. Então, fazendo um balanço da porcentagem mais ou menos de quantas pessoas participam, creio que uns 40% de toda população faz alguma atividade que está relacionada com a nossa política pública de esporte e lazer que a gente implementou aqui no município, o que é um número bastante significativo para a nossa cidade, até por ela ser pequena. Como a maioria da cidade já é morador há algum tempo e se conhecem bem, um vai convidando o outro e vai criando essa rede que eles mesmos fazem para participar das atividades, e na escola a maioria também pratica as aulas de educação física e também as escolinhas. Então

todos os segmentos possuem alguma atividade física e também realizam essa atividade (RESPONSÁVEL Z)."

No município 'x',

"A gente tem com certeza por essas políticas públicas de esporte e lazer tem a certeza de atingir pelo menos 20% da sociedade praticante do esporte, pelo número de atletas registrados em nossos arquivos no ginásio de esportes que é a nossa sede que participam da liga de futebol e a lrvobol, que são ligas que passam para nós uma grande parte do trabalho, e a gente tem que fazer o arquivamento desses atletas e o registro deles lá, então essas duas ligas nós temos mais de 1000 atletas registrados e, além disso, ainda temos as outras ligas de atletismo, bocha e bolão, e temos toda a área de lazer do município que hoje a gente tem um grande foco do nosso prefeito que é a implementação das academias ao ar livre e a revitalização de praças. Já houve revitalização completa de duas praças, uma ao lado do ginásio e a outra que fica atrás da delegacia e a instalação de academia ao ar livre na praça de um bairro daqui. Quanto a participação da população, ela atinge a todos os segmentos daqui com certeza, porque funciona assim, a distribuição dos espaços públicos de lazer e esporte no nosso município ainda não são suficientes, mas já estão bem melhores de quando a gente assumiu, então a gente tá construindo academias ao ar livre e levar para o interior, para levar para as pessoas de mais idade e para os jovens do interior essas academias, porque a gente acredita que isso é saúde, e esse reflexo vai ser sentido aqui na secretaria de saúde quando as pessoas puderem ter uma vida mais saudável, um pouco mais de qualidade, as pessoas vão cada vez menos vir a secretaria de saúde, porque um município que não investe em esporte e lazer é um município que vai acabar investindo muito mais em saúde (RESPONSÁVEL X)."

E, por fim, no município 'y':

"Aqui na nossa cidade praticamente toda a população se envolve com alguma atividade, ou de esporte ou de lazer. A comunidade aqui da zona urbana costuma praticar bastantes atividades aqui no ginásio municipal e no clube que tem aqui. A gente tem atividades pra todos os públicos, vou te falar alguns exemplos: para as crianças nós temos os projetos que são desenvolvidos nas escolas pelos professores regentes com o nosso apoio, que aqui a secretaria de educação apoia bastante a questão dos esportes nas escolas. A gente tem também uma escolinha de futebol de campo aqui na cidade, que também oferece para todas as categorias, desde a mirim até a adulta, e a gente realiza campeonatos e vai a outros também aqui na região com essas categorias. No futebol também temos alguns olheiros que vem aqui para analisar os jogadores e, quando acham algum talento, levar para outras cidades para jogar, como também tem uma seletiva para o time do grêmio de porto alegre, que os responsáveis das categorias de base de lá vem aqui para a cidade para realizar. Enfim, nessa área do futebol temos bastante coisa para eles, como no futsal também nas escolinhas e nos torneios municipais, que a população prestigia bastante, tanto os atletas como também os cidadãos que vão olhar os jogos, porque o ginásio sempre da bastante gente em dias de jogos. Mudando para os idosos, temos atividades para eles também através dos grupos de terceira idade que eles se organizam e a gente disponibiliza o material, local e um

profissional para atender a eles com atividades de ginástica ali no nosso ginásio e na praça também. E na comunidade rural a gente também vai até lá para a população praticar atividades físicas, normalmente a gente realiza a cada quinze dias alguma atividade, nos salões ou nos campos que tem lá, como também a gente faz campeonatos para eles participarem e muitos também vem para a cidade para praticar alguma atividade física ou somente passear pela cidade, sentar na praça para ter o seus momentos de lazer. Mas aqui a principal atividade que eles mais participam é o bolão e a bocha. Nas comunidades mais típicas aqui desde pequenos eles aprendem a jogar o bolão ou a bocha, dependendo de onde eles moram, e continuam jogando com seus pais, tios, amigos até quando estão adultos, porque isso é uma coisa que passa de geração pra geração, e eles jogam com gosto, nos finais de semana sempre quando alguém passa pela cancha durante o dia vai ver um grupo jogando, nos domingos normalmente é disputada a cancha para todos jogarem, muitos fazem por conta própria os torneios e convidam os amigos para jogarem. É um lazer e também um esporte para eles isso. Então, acho que sim, a maioria aqui das crianças, os adolescentes e os adultos, como também os idosos participam das atividades e as festividades que a gente propõe para eles, até porque a maioria dessas atividades são eles que solicitam para a gente e nós colocamos no plano para realizar essas políticas públicas de esporte e lazer (RESPONSÁVEL Y).”

Com essas satisfatórias respostas em relação a participação das comunidades nas políticas públicas de esporte e lazer que estão sendo implementadas nos municípios, podemos perceber que o princípio do porque uma política pública deve ser trabalhada na questão de pesquisar o que realmente a comunidade daquele determinado local está precisando, criar essa política, implementá-la e depois implantá-la. Esses são passos que devem ser revistos em todos municípios e esferas, visto que é a partir dele que se obtém o êxito final a partir de cada objetivo. Nesse contexto, há um objetivo comum entre os municípios: atender o maior número possível de cidadãos em suas atividades de esporte e lazer, como também a atenção para todos os segmentos da sociedade, sem exclusão de nenhum sujeito por raça, etnia ou deficiência. Estes objetivos também vão de encontro à questão da educação cultural que passa de geração para geração, como citada em uma fala acima, que também tem um valor e um resgate histórico muito importante para que essas gerações que estão vindo no século XXI não percam a essência da sua cultura e etnia.

Devemos pensar que, para que haja essa participação efetiva da sociedade, atividades que envolvam e sejam de interesse dos cidadãos, programas ou projetos que visem o lazer como forma de qualidade de vida,

também deve haver por trás deste contexto um bom gestor, que faça com que realmente estas coisas aconteçam, que faça o ciclo da política pública passar por todos os setores (pesquisa, implementação, implantação, avaliação, êxito final), que realmente saiba lidar com estas questões e também com os recursos que são destinados para a área do esporte e lazer dentro do seu município. Por isso, aparece o seguinte questionamento: Qual é o seu papel como gestor municipal perante a área do esporte e do lazer? Esse questionamento serve como uma explicação do próprio gestor do porque ele está a frente desta pasta em seus municípios, do motivo no qual a população deva confiar em seu trabalho, mas, principalmente, do porque ele é o principal responsável por esta área perante o seu município. Assim, cada gestor responsável pela área no seu município, de acordo com suas peculiaridades, comenta:

“Enquanto gestor, meu papel é o de desenvolver todas as atividades que a população necessita, para que todos obtenham uma boa qualidade de vida, que necessitem menos dos hospitais e sejam pessoas saudáveis. Esses são os meus objetivos enquanto gestor municipal da área (RESPONSÁVEL Z)”.

Nessa primeira fala, podemos perceber que o presente gestor tem seu objetivo voltado para a questão da saúde, da qualidade de vida do indivíduo. Ele percebe a atividade física e o lazer como uma forma de promoção da saúde, para que os indivíduos, através das políticas públicas de esporte e lazer, tenham uma vida mais saudável. Essa promoção da saúde esta relacionada com a qualidade de vida do indivíduo, sendo um objeto de pesquisa que é multidisciplinar, devido a sua relação com várias áreas (GUTIERREZ, 2004). Nessa relação da saúde e das políticas públicas de esporte e lazer, podemos fazer a relação entre essas duas áreas através da dimensão do lazer para com as atividades lúdicas e também para a própria satisfação pessoal do indivíduo, do se sentir bem; e do esporte na questão da interação social que o mesmo propõe, nos benefícios que ele também traz através da sua prática.

A partir disso, Bonalume (2001) nos diz que o lazer faz parte de uma educação no geral, que serve como um princípio básico no qual essa política pública de esporte e lazer deve seguir. Ela, como qualquer outro setor, pode se

articular com várias áreas, cada uma com o seu objetivo, como também adotam alguns critérios que são fundamentais para incentivar a sociabilidade do indivíduo e o próprio desenvolvimento do autoconhecimento dos que dela usufruem (GUTIERREZ, 2001).

No município 'y', o gestor responsável prevê que seu papel principal refere-se a questão do esporte como uma forma de participação da comunidade, como nos diz abaixo:

“Meu principal papel como gestor municipal na área do esporte e lazer é fomentar e incentivar a prática do esporte para a comunidade como uma forma de interação. Como aqui o esporte, seja ele qual for, está muito presente em todos os segmentos, penso que se fomentarmos cada vez mais, incentivando desde pequenos nas escolas, essa prática irá cada vez mais aumentar e só trará benefícios para todos. Essa questão do esporte não está ligada somente ao alto rendimento, mas principalmente para o lazer, como também uma forma de passar os conhecimentos dos jogos e brincadeiras de geração para geração, como também a questão da bocha que citei numa outra questão, que aqui é muito presente e eles começam desde pequenos. Então, meu papel como responsável aqui pelo esporte e o lazer é esse fomento da prática esportiva para todos, tendo essa interação entre as comunidades (RESPONSÁVEL Y).”

O coordenador responsável pelo município 'x' já pensa de outra forma o seu papel perante as duas áreas para com a sua comunidade, pensando de forma mais relacional da sociedade e o poder público.

“A gente trabalha como ponte de ligação entre a sociedade civil que é organizada através das ligas que eu já repeti bastante sobre elas, eu funciono como uma ponte de ligação entre elas. Hoje nós não temos um secretário na nossa pasta responsável, então eu e meu colega aqui somos diretores, ele de uma parte e eu de outra. Nós temos que fazer essa ponte, e aquela situação que nós não conseguimos solucionar nós temos que trazer ao conhecimento do prefeito que é quem responde pela pasta, mas eu acredito que a maioria das situações nós conseguimos resolver, somente aquelas que claro, depende de um orçamento muito alto que não passa só por nós, mas a gente tá aqui para resolver as demandas que são passadas para nós. Então essa é a nossa função, estar aqui como um elo de ligação entre o poder público e a sociedade civil (RESPONSÁVEL X).”

Com essas respostas a partir das entrevistas, podemos perceber que cada um possui uma visão diferente do seu papel como gestor perante o esporte e lazer, o que se torna interessante no ponto de vista político, pois cada um percebe as áreas de acordo com o seu município e as comunidades que ali estão presentes, qual a principal necessidade delas, o que elas realmente estão querendo dos seus gestores e também dos programas,

projetos, atividades que devem ser desenvolvidos. Essa questão corrobora com a peculiaridade presente na região, em que podemos perceber a partir de cada município, que mesmo eles estando a poucos quilômetros de distância, possuem diferentes princípios e objetivos para com essas áreas e com as comunidades que ali estão presentes, sejam elas da zona urbana ou rural. É isso que faz com que uma política pública aconteça, que cada gestor perceba o que realmente a sua comunidade está necessitando, fazendo com que o seu papel como gestor seja eficaz, seja correto, seja satisfatório e de confiança para a comunidade, para com a confiança que a esfera municipal tem com o seu trabalho perante a sociedade.

Porém, conforme as falas apresentadas anteriormente, em nenhuma delas aparece de forma clara como está sendo realizado este levantamento, como também quais são os instrumentos que são usados para fazer este levantamento. O que fica evidente é que os gestores possuem o conhecimento do que se tem e é proporcionado na cidade, mas não possuem algo formal para validar estas ações que são promovidas. Neste sentido, fica em falta um instrumento que valide essas ações realizadas, para se ter de forma clara e concreta todos esses projetos e programas, visto que aparece apenas o conhecimento do que se tem na prática, do que é visto de ser realizado.

Os campos que o gestor da área do esporte pode atuar variam de acordo com a cultura e a organização dessa política pública em cada região. No nosso país, por exemplo, segundo um estudo realizado por Rezende (2000) há dois grupos de trabalho que o gestor relacionado ao esporte pode atuar: o primeiro é relacionado as aulas de educação física e atividades esportivas e de lazer, como exemplo: escolinhas, academias, centros de treinamentos, ligas, etc.; o segundo grupo refere-se a atuação em cargos políticos ou públicos que são voltados para o esporte e lazer, como por exemplo: entidades, governos, prefeituras, etc. Na pesquisa, o gestor se encaixa neste segundo grupo, sendo um responsável pela administração pública e o esporte e lazer.

Passamos, a seguir, para a relação da implementação da política pública de esporte e lazer nos municípios.

4.4) Implementação de uma política pública de esporte e lazer no município

Neste tópico que fala sobre a implementação das políticas públicas de esporte e lazer, que no meu ver é um dos pontos-chaves da entrevista, nos revela o que há dessa política nos municípios, bem como o que estão sendo executadas e as principais fontes de recursos para a área do esporte e lazer nos municípios. Este questionamento sobre como e o que está sendo executado, é válido para qualquer tipo de política pública, visto que é neste quesito que conseguimos perceber como está alocada várias questões do poder público e os seus recursos, bem como quais projetos/programas estão inseridos nas comunidades. Nesse contexto, trazemos aqui, a fala do gestor responsável 'x' sobre o que há de políticas públicas de esporte e lazer em seu município:

“A gente tem um foco hoje na nossa administração de tentar fazer com que todos eventos para atingir aqui que a nossa principal meta é atingir a todos, porque tudo que tem sido feito com essas ligas é uma história muito longa, mas hoje nossa política principal aqui no nosso município é o foco nas categorias de base e nos jovens, e no esporte feminino, então foram cobranças que nós tivemos que atender, porque a gente não tinha atividades muito forte nesse sentido, então nós criamos eventos para o público feminino, a gente levou essa demanda para as ligas para elas acordarem que precisavam dar apoio a isso, então nessa questão de política pública a gente tem uma forte demanda para que a gente possa investir nessas categorias de base, nos jovens, porque a gente tem um alto índice aqui de uso de droga então assim, a gente precisa levar o esporte também como uma alternativa para esses jovens, então a gente tem que estar muito focado neles, cada vez mais disponibilizar horários e atividades para escolinhas, mais parcerias, como a parceria com a Antonio Meneghetti faculdade, disponibilizando para eles espaços públicos para que eles conseguissem realizar as atividades, eles disponibilizaram uma professora de educação física para trabalhar também com esses jovens, a gente disponibilizou espaços no centro de eventos e no ginásio municipal. Então hoje a gente tem o foco na nossa atividade muito forte para isso aí, então hoje a nossa política pública ela tá muito voltada para esse lado, porque as outras atividades, que são atividades de competição, são naturalmente coisas que vão acontecer, assim como as competições de nível regional que o município participa aqui na quarta colônia, pois já tem uma grande popularidade, mas essa política de implementação e de ajuda para que aconteçam campeonatos femininos e mais campeonatos e oportunidades esportivas para jovens, e a gente tem que cada vez estar evoluindo mais que a gente percebe ano a ano o crescimento dessa população e a procura por estes esportes (RESPONSÁVEL X).”

No município 'y', as políticas públicas são voltadas para o esporte, segundo, o gestor responsável, que comenta:

“Em nosso município há, sim, políticas públicas que estão sendo executadas por nós da esfera pública para a população. Aqui todos os investimentos voltados ao esporte são pensados, em primeiro lugar, no público alvo que está precisando dessa política pública. Essa questão do público alvo já é um tipo de política pública que nós também temos na questão do lazer. Na nossa política pública nosso foco principal é a prática do desporto, então quando pensamos juntamente com a secretaria de educação sobre qual política pública iríamos implementar quando assumimos a gestão, é justamente a política que pense em uma relação dessa população com o esporte, e também que atenda a toda a população, urbana e rural e que seja gratuita. Também temos uma política pública que, dentro dessa do esporte, visa o lazer através da cultura, que aqui no município também realizamos muitas feiras para a população, porque também temos a questão do lazer bastante presente para a população que trabalha durante toda a semana, e nos finais de semana quer ter o seu momento na praça, no clube. Então eu acho que sim, as políticas públicas que temos aqui estão sendo implementadas para a população (RESPONSÁVEL Y).”

No município 'z', corroborando com os outros municípios, também prezam pelas áreas do esporte e lazer através das suas políticas, estas que são voltadas também para toda a população, e que também prezam o ambiente escolar.

“Sim, há políticas públicas que estão implementadas no nosso município desde que entrei na gestão. Algumas já seguimos de acordo com o que já era proposto pelo outro gestor responsável, e outra criamos para a população que está no ambiente escolar, porque achamos que também é de importância que as crianças vivenciam o esporte e o lazer não somente nas suas aulas de educação física, mas também fora das aulas, nos finais de semanas, no ginásio e na praça. Então essas políticas públicas estão sendo desenvolvidas aqui no município, que mesmo sendo pequeno, atende ao que a população precisa e nos pede (RESPONSÁVEL Z).”

Com essas constatações, podemos perceber que a compreensão de uma política pública de esporte e lazer está entrelaçada juntamente com a garantia ao acesso dos direitos sociais de todo o cidadão, a partir de políticas que são realizadas de acordo com o que a comunidade está necessitando, de acordo com o perfil social da população. Também pode ser considerada como uma estratégia por parte do Estado e dos municípios para obterem impactos na sociedade, impactos esses que devem ser de forma positiva e relevante para aquele determinado local. Esses impactos se referem a melhoria da qualidade de vida da população, mais espaços de esporte e lazer para a prática, como

também a todos os segmentos da sociedade, sem distinção de raça, cor e gênero.

Nesta relação da implementação, há também a relação da autonomia que o campo (BOURDIEU, 2004) possui dentro do espaço social, ressignificando as pressões externas. Essas pressões sob o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer são efetivadas a partir das questões econômicas (VERONEZ, 2005), funções utilitaristas relacionadas ao esporte e lazer (LINHALES, 2001), partidárias (CAVICHIOILLI, 1996). Assim, essas pressões externas são mediadas a partir da lógica e por intermédio do campo, sendo

“As determinações externas invocadas pelos marxistas – por exemplo, o efeito das crises econômicas, das transformações, técnicas ou das revoluções políticas – só podem exercer-se pela intermediação das transformações da estrutura do campo resultantes delas. O campo exerce um efeito de refração (como um prisma): portanto, apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento (seu “coeficiente de refração”, isto é, seu grau de autonomia) é que se pode compreender as mudanças nas relações entre escritores, entre defensores dos diferentes gêneros (poesia, romance e teatro, por exemplo) ou entre diferentes concepções artísticas (a arte pela arte e a arte social, por exemplo), que aparecem, por exemplo, por ocasião de uma mudança de regime político ou de uma crise econômica (BOURDIEU, 2007, p. 61).”

Ou seja,

“Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, freqüentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. [...] Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente (BOURDIEU, 2004, p. 22).”

Se constatamos que há políticas públicas sendo implementadas, também devemos ter projetos e programas que estão sendo executados a partir destas políticas. Essas constatações podem ser observadas a partir do que os próprios entrevistados nos relatam em que cada cidade, a partir das suas esferas municipais, realiza em seu município, atividades esportivas e de lazer. Assim, vamos ao encontro do que o responsável pelo município ‘x’ nos diz:

“Hoje a gente tem o projeto bola pra frente, apoiado por nós e pela faculdade Antonio meneghetti, temos o projeto da A.A.B.B. comunidades, apoiado por nós também que está acontecendo em uma escola municipal daqui. Esse projeto aabb comunidade, são programas que atendem crianças carentes. Então são dois exemplos de programas que estão em atividade aqui no nosso município. Há também etapas do JERGS que acontecem aqui, municipais e de coordenadoria. Há uns quatro anos atrás tínhamos o PELC (Programa de Esporte e Lazer na Comunidade) para as comunidades do interior e quilombolas que era em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria, mas aí acabou o tempo do programa e encerrou as atividades (RESPONSÁVEL X).”

Neste município, a partir do apoio de entidades locais, eles realizam suas atividades de acordo com os objetivos das suas políticas e abrangendo os segmentos da sociedade. No município ‘z’ também há projetos com bases parecidas do município citado anteriormente, como podemos ver na fala abaixo:

“Sim. Temos o projeto da Escolinha Desportiva Municipal, também o projeto 3ª Idade Ativa, estes sistemáticos. E também os projetos assistemáticos, como o Campeonato Municipal de Futsal, Municipal de Bocha, Municipal de Vôlei, Taça Estudantil da 4ª Colônia, entre outros. (RESPONSÁVEL Z).”

Essa união da cultura juntamente com as atividades de esporte e lazer dos municípios aparecem bastante presentes nas falas dos entrevistados, principalmente quando se refere as atividades de bolão e bocha. Essas atividades, típicas das culturas presentes nos municípios, aparece logo abaixo na fala do gestor responsável pelo município ‘y’:

“Em relação a nível federal, não temos nenhum projeto. Mas aqui no município nós temos um projeto com apoio do clube de futebol daqui, que capta crianças carentes para participar das categorias de base na escolhinha. Temos também programas com os grupos de terceira idade de atividades físicas e ginástica. E temos também um projeto com as comunidades da zona rural, com a bocha, bolão e ginástica. Também participamos do JERGS com nossas escolas daqui, uma delas até foi muitos anos campeã de voleibol a nível estadual da competição, o que reforça o que buscamos aqui através do esporte. Estes são os que estão sendo desenvolvidos atualmente aqui na cidade RESPONSÁVEL Y).”

Neste contexto, percebemos que há diversos programas e projetos sendo desenvolvidos nos municípios, e que a maioria também atende aos segmentos da sociedade, bem como homens e mulheres. Mas, para que estas atividades também aconteçam, é necessário que haja um planejamento na questão orçamentária, ou seja, recursos e financiamentos que estejam

disponíveis para que essas atividades sejam desenvolvidas de forma gratuita e de qualidade para a população, bem como espaços públicos de bom uso para todos. O financiamento também esteve presente nas questões para os entrevistados, no intuito de verificar quais os principais recursos que os municípios utilizam para realizar essas atividades.

Na relação bastante presente do esporte, é importante destacar que ao longo das análises dessas entrevistas, pode-se dizer que o esporte foi o alvo de mais investimento dentro das políticas públicas nos municípios pesquisados, situando-se naquilo que Bourdieu (1998) denominou de mão esquerda do Estado, voltada as políticas sociais, enquanto a mão direita é mais ligada as questões da economia. Segundo Almeida e Marchi Jr. (2010) e Starepravo (2011), esse tipo de compreensão sugere que parte das ações e programas que surgem efeitos nos municípios são relacionadas as políticas de esporte, estas são a mão esquerda do Estado, enquanto as outras questões econômicas, como o financiamento, por exemplo, estão na mão direita do Estado. Nesse contexto, observamos que isto pode ocorrer um reflexo dentro da organização estrutural em relação ao esporte nesses municípios, na relação de cada pasta ligada as áreas do esporte e lazer, como também nas políticas públicas de esporte e lazer e na sua implementação. Assim, Bourdieu (1998) define que a mão direita do Estado é a relação com a área econômica de intervenção do Estado, enquanto a mão esquerda do Estado tem sua relação social de intervenção do Estado de forma secundária, ou seja, é menos relevante e prioritária do que a mão direita, e esta será realizada quando houver recursos disponíveis.

Na teoria Bourdieusiana, as políticas públicas de esporte e lazer tem sido marcadas por uma grande heteronomia nas suas formulações e implantações, visto que as pressão externas são muito constantes no seu funcionamento. Esta questão abre espaços para que o fomento ao esporte e ao lazer seja, algumas vezes, usado como uma moeda de troca eleitoral (LINHALES, 2001), e até exclusivamente para as questões do esporte de alto rendimento, de alto nível (VERONEZ, 2005). Este fato pode levar a uma visão pessimista dessa relação com as políticas públicas de esporte e lazer. Porém,

deve-se pensar em toda a dimensão dos agentes nesta constituição do campo: “os agentes criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Ou seja, a ação dos agentes interfere diretamente no campo, visto que ele é algo que está em constante transformação e é bastante dinâmico. Nesse contexto, o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer poderá ser foco de muitas mudanças, principalmente por esta ação dos agentes.

“Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2007, p. 50).”

Na relação com a questão orçamentária, em ambos os municípios, todos nos relataram que a principal fonte de recurso para a área do esporte e do lazer vem oriunda de recurso livre no qual é destinado para a área. Também há algumas emendas parlamentares que liberam recursos destinados para a área dos esportes nos municípios, que são oriundas da busca de vereadores a partir dos deputados para levarem o recurso aos seus municípios. Mas a principal fonte é, sim, o recurso livre. Neste questionamento os entrevistados, a maioria não soube responder a porcentagem que é destinada ao esporte e a porcentagem que é destinada ao lazer, visto que esta questão é mais voltada ao financeiro dos seus municípios.

Esta relação do orçamento advindo das emendas parlamentares pode ter relação política, ligada a votos a partir da política partidária de cada município. Neste fato, nenhum entrevistado soube responder de qual emenda tratava-se, visto que essa questão estava ligada mais aos vereadores que solicitam e ganham essas emendas, apenas passando-as para os gestores usufruírem e aplicarem da melhor maneira possível.

Neste quesito, o financiamento e os recursos municipais disponíveis para a área do esporte e lazer não é algo tão fácil de analisar por vários motivos, que dentre eles podemos destacar a pouca produção existente na área sobre este tema. Esse cenário até teve uma pequena alteração a partir da garantia por lei através da Constituição Federal de 1988 e a implantação do Ministério do esporte em 2003, que geraram algumas pesquisas no setor acadêmico (VERONEZ, 2005). Segundo Marchi Júnior e Almeida (2010), nesta Constituição Federal de 1988 é previsto que os recursos orçamentários do Ministério do Esporte sejam destinados para os esportes educacionais e, de uma forma mais específica, também é destinado ao esporte de alto rendimento. No entanto, ainda percebemos que há uma preferência por parte do Ministério para o alto rendimento, seja ele a nível federal, estadual ou municipal.

Corroborando com a ideia de financiamento, Mezzadri e Starepravo (2011) também comentam que essa política ainda é mais concentrada no esporte de alto rendimento, sendo utilizada pelos governos como uma forma de manifestação do poder, ou seja, essa manifestação prevalece nas escolas para que somente os melhores sigam o caminho do esporte, para tornarem-se atletas de alto nível, ocorrendo, assim, uma limitação das práticas esportivas e dos momentos de lazer dos indivíduos que estão nas escolas. Com isso, a partir destes estudos destacados acima sobre o financiamento e os recursos destinados, podemos visualizar claramente que há uma limitação neste orçamento para a área do esporte e do lazer á nível nacional, visto que a prioridade do governo é de elevar o nível do alto rendimento para formar atletas que poderão participar dos megaeventos que aconteceram e estão acontecendo no nosso país, como exemplo as olimpíadas e parolimpíadas ocorridas no Brasil.

Porém, quando olhamos para o artigo 217, inciso II da Constituição Federal de 1988, percebemos que há uma prerrogativa onde diz que a destinação dos recursos públicos referentes ao esporte deve ser destinado, principalmente, para o esporte educacional, e, somente em casos de alguma necessidade, para o esporte de alto nível, de rendimento. Sendo assim, relacionando todos esses fatores com a questão da esfera pública, que no

nosso caso é o nível municipal juntamente com o gestor responsável pela pasta do esporte e lazer em seu município, podemos afirmar que esta questão do financiamento pode ser mostrada como um instrumento que indica as prioridades que cada município possui em relação á essas áreas, implementando esse recurso de acordo com os objetivos que a política pública de esporte e lazer possui na sua cidade, seja ela mais voltada ao desporto, ao lazer e, até mesmo, ao alto rendimento.

Poderíamos aqui, nessa pesquisa, falarmos bastante sobre esta questão do financiamento, visto que este aspecto ainda é defasado quando relacionado ao número de pesquisas na área. Porém, este não é o foco principal da pesquisa, como também os próprios responsáveis pela pasta do esporte e lazer em seus municípios não possuem uma porcentagem concreta deste destino do financiamento, pois, segundo eles, esta parte é mais relacionada ao financeiro dos seus municípios. Assim, a partir do que eles recebem de verbas para a destinação da pasta, que os mesmos propõem para onde vai cada parte desta verba.

Analisando todo esse contexto de implementação das políticas públicas de esporte e lazer, identificamos que o capital presente na gestão desses agentes das políticas de esporte e lazer é o capital político, somando-se ao capital social e simbólico que esses agentes construíram ao longo da sua trajetória política e dos outros contextos que já vivenciaram. Nesse sentido, trazemos aqui o conceito de capital político definido por Bourdieu (2011, p. 204) como “[...] uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”, ou seja, colocando na prática, esse contexto nos municípios equivale ao capital político relacionado com a trajetória partidária dos agentes e seus contextos de atuação dentro da esfera pública através de seus cargos primitivos.

Neste contexto, passaremos para o próximo tópico que é relacionado a como é realizada a avaliação das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios, bem como uma avaliação geral desta área realizada por cada gestor responsável.

4.5) Avaliação do esporte e lazer

Neste tópico sobre a avaliação em relação as políticas públicas de esporte e lazer, traremos duas questões principais: a primeira refere-se aos instrumentos de avaliação, ou seja, como é avaliado o esporte e lazer em cada município; e a segunda refere-se a como cada gestor avalia o esporte e lazer em sua cidade, forma positiva, parcial ou negativa, bem como algum comentário que o entrevistado queira realizar e que ainda não havia sido contemplado durante a entrevista. Abaixo, então, analisaremos a primeira questão.

Nos instrumentos de avaliação, perguntamos aos nossos entrevistados qual seriam esses instrumentos de controle e de acompanhamento que os mesmos realizam e quais são estes instrumentos, visto que essa questão é muito peculiar para cada cidade, pois a pasta do desporto e lazer está alocado em diferentes secretarias. Assim, de acordo com o gestor do município 'z', eles possuem um controle através de um conselho, onde, segundo ele,

“Sim. Temos o Conselho Municipal de Esportes (CMD), onde este é um órgão fiscalizador, regulamentador, orientador e deliberativo. Através do CMD, são deliberadas sanções para o município utilizar verbas para o desporto, principalmente para aquisição de materiais esportivos, realização de eventos, participação (neste caso com transporte e alimentação) de nossos selecionados esportivos em diferentes competições esportivas da região (RESPONSÁVEL Z).”

Neste município, percebemos que há um conselho no qual realiza seu papel de órgão fiscalizador, que possui membros da comunidade e da esfera municipal, atuando também na questão de aquisição de materiais e realização de eventos, segundo o entrevistado. Por ser uma cidade com porte pequeno, este conselho, segundo o entrevistado, tem bastante influência do que a cidade está precisando e o que a população deseja praticar. E do ponto de vista político e administrativo, este órgão vem com o objetivo de facilitar estas avaliações, como também de poder orientar as verbas destinadas á área do esporte e lazer de forma adequada e correta, para que os indivíduos usufruem destas atividades.

Como cada município possui a sua peculiaridade nesse contexto, percebemos no município 'x' outra forma de avaliação, esta realizada pela própria gestão responsável sem um instrumento próprio, como nos comenta o entrevistado abaixo:

“Um instrumento hoje, para isso, não há. Cabe a nós mesmos fazer esse controle, então hoje não há um instrumento, um mecanismo próprio pra isso, onde a gente se torna muitas vezes fiscal, para ver o que realmente está acontecendo e que nos demanda até um certo tempo mas é necessário (RESPONSÁVEL X).”

Neste município em questão, o próprio gestor responsável é que realiza essa fiscalização, sendo ele o órgão fiscalizatório desse setor. Por não existir um instrumento específico, questionamos o presente gestor de como é feita essa fiscalização, em que ele nos respondeu:

“(...) fiscalizo como está sendo realizada as atividades no ginásio das ligas aqui da cidade, como está sendo revitalizada as praças e os espaços de academia ao ar livre, ver se tudo está ocorrendo como planejado, de forma positiva, como previmos no nosso calendário anual.”

Com isso, percebemos que a fiscalização acontece e, conseqüentemente, também há essa avaliação do que está sendo realizado no município, tanto na parte do esporte como também do lazer. Como neste município o desporto e lazer também está alocado junto com a secretaria do turismo, há a revitalização das praças nos bairros, o que também oferece um momento de lazer para os cidadãos. Então, a avaliação acontece por parte da gestão municipal, e, pela resposta do entrevistado, de acordo com o que foi previsto em seu calendário anual.

Também de forma diferente aos outros municípios, o quesito avaliação no município 'y' é realizado com reuniões mensais, a partir de pautas que são previstas de acordo com cada reunião. Segundo ele,

“Aqui realizamos uma reunião mensal para tratarmos de como está sendo realizada as atividades no município juntamente com a secretaria de educação. Nessa reunião tratamos sobre os eventos, as atividades nas escolinhas de futebol, as festividades, entre outras coisas que surgem na pauta. Mas o principal foco é perceber se eles estão com os seus objetivos alcançados ou se ainda falta algo a melhorar nesses projetos (RESPONSÁVEL Y).”

Nesse contexto, perguntamos como é realizada essa reunião mensal, em que ele nos relatou:

“(...) em cada reunião, realizamos uma pauta. Nessa pauta contém o que foi realizado no mês anterior, os eventos, jogos, feiras, enfim, o que teve antes. Assim, a gente avalia como foi realizado cada um deles, se aconteceu tudo ok, se houve algum empecilho, ouve também as sugestões dos colegas aqui da secretaria. Também conversamos sobre o que vai ser realizado no próprio mês também, para que as sugestões dos outros eventos, jogos anteriores sirvam também para os próximos eventos para que tudo ocorra da melhor forma possível (REPONSÁVEL Y).”

Essas reuniões, de acordo com o gestor responsável, ocorrem para dois pontos-chave: a primeira com o intuito de verificar como aconteceram os eventos do mês anterior, se eles foram de forma positiva ou negativa, se precisam de algumas correções, etc.; e o segundo em relação à essa própria avaliação anterior dos eventos, para que nas atividades do próximo mês que irão acontecer sejam de forma satisfatória, e que não cometam os erros ou tropeços dos eventos anteriores.

Essas avaliações, conforme mencionado nas falas acima, é feita pelos gestores, não tendo um instrumento específico de análise. Esse fato, se for avaliado em relação às políticas públicas, revela um déficit em relação a ter um parâmetro de avaliação a ser seguido, o que facilitaria a compreensão e visualização dos programas e projetos desenvolvidos, como este está atingindo a população, a quantidade de indivíduos participantes, entre outros aspectos que podem ser relevantes nessa política pública de esporte e lazer.

Como cada município possui sua forma de avaliar as políticas, elas são realizadas de acordo com o que o gestor responsável pela pasta avalia. Essas avaliações, cada uma com a sua especificidade, revelam o que está acontecendo de forma positiva, parcial ou negativa, com a intenção de perceber o que a população está realmente participando, o que ainda há o que melhorar, quais as vantagens e desvantagens desses eventos, as relações da cultura e dos espaços de lazer também presentes nos municípios. Aspectos estes que, mesmo que avaliados de forma superficial, devem ser percebidos pelos responsáveis como um conjunto, com o intuito de sempre buscar o melhor, de forma positiva para a sua sociedade.

Após todo este contexto, os conjuntos apresentados através dos tópicos e as respostas dos entrevistados, juntamente com os três municípios participantes da pesquisa e os seus gestores atuando frente ao esporte e lazer nas suas cidades, decidimos, por fim, realizar a seguinte questão: como você avalia o esporte e lazer na sua cidade? Nesta questão, cada gestor respondeu de acordo com a sua trajetória na área o que percebe e como está sendo o seu trabalho perante o esporte e o lazer. O gestor responsável pelo município 'x' deu seu seguinte argumento:

“Eu avalio como positiva, principalmente por tudo aquilo que eu já te falei e volto a repetir, não somos nós que impomos as coisas para a população, é a população que define como ela quer o esporte no seu município, como ela quer o lazer. A gente tem nossas obras acontecendo que somos nós que desenvolvemos, mas são obras e coisas que a população pediu. E a parte esportiva que é uma parte muito atuante e forte no nosso município, basta tu veres que como nós representamos bem e temos um grande sucesso na região toda com nossas seleções, com nossos times e como se fala bem da nossa cidade, tu pode ir em qualquer lugar aqui da quarta colônia e perguntar como é os campeonatos aqui na nossa cidade, tudo pela nossa organização. E essa organização parte do povo, não é nossa. Não existe hoje de álbum time se sentir prejudicado e vim reclamar pro poder público sobre alguma questão de ingerência sobre aquela competição, e isso não é de hoje, isso acontece desde 1996, que a decisão de como vai ser o esporte do município foi passada para a população através dessas ligas. Então quando ela é responsável por isso, acaba que ela tem muito mais responsabilidade, e acaba que nós temos muito mais sucesso e continuidade. Assim, é dessa forma que nós temos ano após ano um aumento dos times que participam dos eventos. Também tem o caso de disciplina que são as entidades que compõem a liga e que colocam penas duríssimas para indisciplina, para casos de agressões, então isso é imposto por eles mesmos. Acredito que isso é uma grande evolução, sendo isso um nível muito avançado em relação aos demais municípios nessa questão. Com isso, a gente só ouve a demanda deles, procura os recursos para que eles executem e eles se organizam para realizar, assim eles que são os responsáveis e acabam trazendo muito sucesso. Esse é um grande segredo do sucesso que tem em relação ao esporte e lazer (RESPONSÁVEL X).”

No município 'z', o gestor responsável nos comenta que,

“Enquanto promotor do esporte e lazer na minha cidade vejo que estamos em um momento relativamente bom vide a crise nacional que estamos passando em todos os setores. O poder público vêm nos auxiliando em todas as esferas, proporcionalmente, é claro, ao porte do município. Noto também certo comodismo da população e do setor privado em relação ao promover esporte e lazer, o qual espera sempre ações do poder público, promovendo muito pouco ou quase nada de eventos paralelos ao público. Porém, como havia mencionado, a participação da população nos eventos é bastante significativa. Por fim, acredito que ações voltadas ao esporte e lazer

tanto por políticas públicas como privadas (que nos falta aqui) sempre trazem um ganho à população. Haja visto toda a importância que hoje é dada a qualidade de vida das pessoas, uma política que privilegia o esporte e o lazer traz efeitos significativos para a população. Como exemplo, hoje temos aqui no município uma baixa considerável dos idosos que frequentam o grupo da Terceira Idade nos postos de saúde em comparação aos que não frequentam. Este é apenas um número que comprova essa importância (RESPONSÁVEL Z).”

E, por fim, no município ‘y’, o gestor sintetiza seu papel e avalia o esporte e o lazer desta forma:

“Avalio muito positivamente, pois procuramos diversificar as modalidades esportivas e proporcionar a prática esportiva para todos os públicos, promovendo eventos para que todos possam participar. Conforme o cronograma que lhe passei, tu pode verificar os diversos eventos e as diversas modalidades esportivas que são promovidas pela administração. Esses eventos são pensados para a comunidade, para o lazer deles, para que eles se sintam acolhidos pela cidade e pela nossa administração (RESPONSÁVEL Y).”

Aqui, com essas constatações do que é o papel do gestor municipal perante o esporte e o lazer, finalizamos este capítulo após analisarmos o contexto das políticas públicas, sua implementação e avaliação nos municípios da Quarta Colônia/RS. Contudo, percebemos que há, sim, políticas públicas sendo implementadas pelos gestores, como também que os mesmos possuem o conhecimento da sua população e do que eles estão necessitando. A questão da sociedade em parceria com o poder público tornou-se fator primordial para que todo esse sistema aconteça, principalmente no que se refere as questões positivas das avaliações. Nesse sentido, segundo Junqueira (2004), essa importância que a sociedade possui parte do processo de participação da população em conformidade aos planejamentos dos gestores, identificando quais são as necessidades existentes das suas comunidades. Com isso, entender que essa importância do trabalho intersetorial entre sociedade x poder público só vem com o intuito de melhorar a qualidade de vida dessa população, agregando valores para esses indivíduos, como as questões culturais e sociais.

Sendo assim, essa região, rica em sua relação com as diversas atividades culturais e grupos sociais, vem ao encontro das políticas públicas de esporte e lazer como um fator de relevância para a sociedade, que pode usufruir dos seus costumes e culturas juntamente com as atividades locais que

podem passar de geração a geração, e também melhorando sua qualidade de vida.

Fazendo uma relação de tudo que foi tratado neste capítulo juntamente com as teorias de Pierre Bourdieu, também apresentada em outro capítulo, podemos dizer que há os campos sociais e diferentes habitus presentes nestes campos da política pública de esporte e lazer. Sendo, assim, voltando um pouco para o conceito das políticas públicas, Starepravo e Marchi Jr. (2016, p.43) dizem que:

[...] escrever sobre políticas públicas requer mapear o espaço social no qual essa é produzida, avançar no entendimento das relações entre os agentes, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas.

Com isso, podemos dizer que o subcampo dessas políticas públicas são um espaço de disputas e interesses dos agentes sociais (nessa pesquisa os agentes responsáveis pelo esporte e lazer nos seus municípios) com determinado habitus, a partir de determinados capitais. Este espaço também tende a reproduzir suas próprias lutas que definem o campo de poder, ou seja, são relações de forças entre diferentes posições sociais (BOURDIEU, 2009). Nesta relação a partir do contexto dos diferentes campos sociais, há a situação em que agentes estão em posições privilegiadas na definição dessa relação nesse espaço. Porém, neste subcampo que aqui tratamos das políticas públicas de esporte e lazer, são os agentes que assumem um papel decisivo nessa definição das políticas. Sendo assim, Starepravo, Mezzadri e Marchi Jr. (2015, p.218) definem esses gestores como “[...] agentes responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer [...]”, ou seja, são atores que estão envolvidos em um processo histórico de disputas presentes nas esferas sociais e políticas em uma forma mais ampla do poder.

Nesta relação dos agentes, campo social, habitus e capital relacionado com este subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, fizemos um mapeamento de quem são esses gestores que ocupam os cargos da área do esporte e lazer em seus municípios, qual é o contexto dos mesmos, como são e quais são as políticas implementadas e como é feita a avaliação das

mesmas, para se ter um feedback dessas relações. Nesse sentido, é importante retomar essas condições que Pierre Bourdieu utiliza para trazer essa relação do campo com os agentes sociais.

Sendo assim, se tem como ponto central a relação das estruturas incorporadas com as estruturas objetivas, através desses conceitos do campo, habitus e capital já assinalados anteriormente (BOURDIEU, 1996). Essas situações, relacionadas as entrevistas, temos como campo social o contexto que as políticas públicas estão inseridas, o habitus relacionado aos sujeitos participantes dessa pesquisa, e o capital presente também, mais especificamente o capital cultural, bastante utilizado pelos agentes sociais nas suas políticas públicas de esporte e lazer. Cabe reforçar que estas noções não podem ser tomadas isoladamente, sem um contexto, pois isto seria contra o quadro epistemológico que o autor prevê a partir das relações de poder (BOURDIEU, 2009).

Esta relação que Bourdieu traz é relacionada com o marco teórico de Starepravo, Souza e Marchi Jr. (2013), visto que essa questão teórico-metodológico atinge na “[...] apreensão e interpretação dos fenômenos sociais, bem como na amplitude e contingência dos processos políticos” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR, 2013, p. 796), a partir das leituras em relação a área das políticas públicas, como também nas dimensões empíricas de pesquisa. Pierre Bourdieu também remete a emergência que se tem em analisar um espaço de reflexão nessas políticas de esporte e lazer, que são marcados por disputas de posições. Essa reflexão pode ser vista na prática através de pesquisas como esta, que trata dos campos sociais e seus habitus na relação dos agentes, aqui vistas como relações de poder em cada município a partir do seu agente responsável. Em resumo, os campos são “[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (BOURDIEU, 1983, p. 119)”.

Assim, pode-se fazer o entendimento do que Pierre Bourdieu quer dizer a partir das palavras de Starepravo, Souza e Marchi Jr. (2013, p. 791):

A ação dos agentes e a estrutura da relação entre os mesmos estão diretamente relacionadas à posição que cada um dos agentes

assume no interior do espaço social. Por conseguinte, a posição e consequente peso de cada agente (indivíduo ou instituição) no campo está relacionada ao volume de seu capital, que pode assumir várias formas.

A partir desta constatação, também temos a relação do campo com suas próprias leis e sua autonomia, que também vimos aqui nas entrevistas a partir de cada política pública que é implementada nos municípios, e a autonomia que os mesmos possuem para criá-las, implementá-las e executá-las. Para Bourdieu (2004, p.120), para que isso funcione “[...] é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes ao jogo, dos objetos de disputa, etc.”. Esse habitus, bastante visto na relação cultural presente nos municípios e nas entrevistas, é um capital adquirido e pode ser visto como um modo de fazer, pensar, sentir, orientando a forma de agir de determinada forma. Ele é definido como uma capacidade de acumular conhecimentos, materiais e simbólicos que o agente possui (BOURDIEU, 2004). Essa noção de capital faz com que esse campo mude, e ele mudando o habitus também se transforma. Por exemplo, se há um capital cultural e simbólico fortemente presente no município ‘y’, como vimos nas entrevistas, também há um habitus cultural presente neste campo. Assim, Bourdieu (2004, p. 26) diz que, “[...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital”. Portanto, cada campo apresenta seu capital específico (econômico, cultural, social, político, artístico, esportivo etc.).

O agir dos agentes também está ligado ao senso de jogo, sob o qual Bourdieu constrói o conceito de habitus, é

[...] um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores e gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim (BOURDIEU, 1983, p. 94).

Assim, a posição que os agentes possuem estão diretamente ligados ao seu habitus adquirido:

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (título que dei ao livro no qual desenvolvo esta análise), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da

incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada (BOURDIEU, 2007, p. 42).

Colocando na prática, podemos dizer que para se jogar este jogo das políticas públicas de esporte e lazer, devemos também incorporar algumas regras próprias desse jogo, para inserir-se e ser entendido como um jogador, sendo este conceito de jogo muito presente nos trabalhos de Bourdieu. Ele foi construído com o objetivo de suprir a dicotomia entre indivíduo e sociedade, ou seja, . “o exemplo mais típico é a oposição, absolutamente absurda em termos científicos, entre indivíduo e sociedade, oposição que a noção de habitus enquanto social incorporado, logo, individualizado, visa superar” (BOURDIEU, 2004a, p. 45). Além destas questões, também produz práticas e estratégias,

“sendo produto da necessidade objetiva, o habitus, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostrando-se objetivamente ajustadas à situação (BOURDIEU, 2004, p. 23).

É esse senso de jogo, ou habitus, que realiza essas ações:

É o “senso de jogo”, ou habitus, que orchestra estas ações: A ação comandada pelo “sentido de jogo” tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio. (...) As condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, “a única coisa a fazer” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Após todo esta relação das teorias dos campos sociais, habitus e capital de Pierre Bourdieu, juntamente com as entrevistas realizadas com os agentes responsáveis pelo esporte e lazer, encerramos esse capítulo de análise e discussões, passando para o próximo capítulo desta pesquisa, que possui como foco principal a criação do ministério do esporte, o seu desenvolvimento e os documentos legais que foram fornecidos pelos municípios participantes da pesquisa para apreciação e análise.

9. Capítulo 5: Breve histórico da instituição do Ministério do Esporte e os documentos legais dos municípios da região da Quarta Colônia/RS

No contexto atual brasileiro, dentre as várias definições sobre as políticas públicas, podemos dizer que elas são “sistematizações de ações do Estado voltadas para a consecução de determinados fins setoriais ou gerais, baseadas na articulação entre a sociedade, o próprio Estado e o mercado” (NUNES & CUNHA, 2014, p.7). Essa definição corrobora com o que nossa pesquisa identificou nos municípios através das entrevistas, a participação da sociedade nessa intervenção com o Estado nas políticas públicas da área do esporte e lazer nos municípios. Assim, essas duas áreas são exemplos visíveis de políticas públicas que acontecem no País, como também são direitos sociais que todos os cidadãos possuem assegurados através da Constituição Federal de 1988. A partir disso, podemos fazer alguns questionamentos em relação a essa relação entre sociedade x Estado e as políticas públicas, tais como: as demandas que a população solicita são atendidas? Quem formula essas políticas públicas e como são implementadas? Está acontecendo uma avaliação nesses projetos e programas? Se sim, é positiva? Com esses questionamentos, podemos verificar como está acontecendo essas políticas.

Para que essas políticas públicas possam assim ser pensadas e formuladas a partir dessas questões acima, o poder público deve estar em consonância com a sociedade, visto que essa participação da população na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas são asseguradas por leis e garantidos pela constituição, tendo o cidadão o dever de acompanhar essas situações. Essa participação da sociedade na gestão das políticas públicas foi promovida pelo Governo Federal através da Constituição Federal de 1988, e pode ser chamada de controle social. Ela pode ocorrer nos diversos setores, mas os mais comuns e que percebemos também nos nossos municípios participantes da pesquisa são os conselhos de educação, de saúde, de planejamento, de assistência social, entre outros. Segundo Pires (2008,

p.175), as políticas públicas devem estar “privilegiando os sujeitos historicamente constituídos e não somente seus aspectos pertinentes ao poder ou de Estado, no que diz respeito ao esporte enquanto prática social pertinente à política social [...]”. Assim, o Estado deve dar atenção a que a sociedade está pretendendo para com essas políticas públicas, bem como o que deve ser planejado da relação ao esporte e lazer.

Sabemos que a instituição da Constituição Federal de 1988 não solucionou todas as questões relacionadas ao esporte e ao lazer, mas, pelo menos, legalizaram as duas áreas e favoreceu a viabilização a implementação de políticas públicas para que se resolvessem demandas sociais. Com a legalidade garantida por lei, o esporte e o lazer vislumbraram novos avanços nesses campos, e nós, cidadãos, podemos perceber o estreitamento dessa relação entre Estado e sociedade. Nessa busca pelos direitos e pela democratização as áreas do esporte e do lazer, mais especificamente em relação ao esporte, foi institucionalizado o Ministério do Esporte em 1ª de janeiro de 2003, através da Medida Provisória n. 103, constituindo-se como um órgão para administrar a área do esporte, juntamente com o lazer alocado nesta secretaria e garantindo por lei esses segmentos que são de extrema importância para todo e qualquer cidadão brasileiro.

De acordo com a criação do Ministério do Esporte no referido ano citado acima, em seu texto de constituição há competências que são constituídas na lei. São elas:

- “a) Política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
- b) Intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- c) Estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
- d) Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte (Brasil, 2003).”

Nessas competências, percebemos que a muitas ações voltadas para o esporte, porém o lazer ainda não aparece fortemente junto com o esporte, visto que ele aparece em segundo plano através desses incentivos as práticas esportivas educacionais. Há também a questão da inclusão social, muito importante e presente como uma competência, sendo o esporte o principal elo de ligação. Essas questões foram bem pensadas pela esfera governamental, visto que engloba a questão sociedade x política, muito presente hoje em dia nas esferas municipais, estaduais e federais.

Com esse contexto, a partir dessa criação do Ministério do Esporte, também tivemos a instituição da Política Nacional de Esporte, criada para articular a relação de parcerias com os outros Ministérios do Governo, com a União, os Estados e Municípios, como também articulações com os políticos, iniciativas privadas, entre outros da sociedade civil. Essa articulação é fundamental para todos, tanto por parte do Governo como por parte dos Estados e Municípios, visto que torna-se mais democrática e consolidado a efetivação das políticas públicas para com as áreas do desporto e lazer no Brasil (NUNES & CUNHA, 2014). Assim, a Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005, p.37-39), determina oito parâmetros e diretrizes de ações que devem ser implementadas, apresentadas abaixo:

- 1) Universalização do acesso e promoção da inclusão social;
- 2) Desenvolvimento humano;
- 3) Ciência e tecnologia do esporte;
- 4) Promoção da saúde;
- 5) Paz e desenvolvimento da nação;
- 6) Desenvolvimento econômico;
- 7) Gestão Democrática: participação e controle social;
- 8) Descentralização da política esportiva e de lazer.

Após a criação do Ministério do Esporte também tivemos alguns avanços na relação da regulamentação do desporto. Primeiramente, houve uma organização no Ministério, sendo dividida em: Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Esporte de Alto-rendimento (SNEAR), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL), Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica e o Conselho Nacional de Esporte (BRASIL, 2004). Nessa estrutura do Governo, percebemos que há a intenção e o fomento das áreas do esporte em todos os níveis, como também a relação do esporte e do lazer através das suas manifestações. O esporte foi, assim, entendido como um fator da saúde, da educação, do lazer, entre outros aspectos que o reconhecem como direito de todo cidadão.

Com a designação dessas secretarias dentro do Ministério do Esporte, passou-se a ser desenvolvidas ações de políticas esportivas através de eventos, projetos e programas criados pelo Ministério. A Secretaria Nacional de Esporte Educacional, por exemplo, preocupou-se com a questão educacional, inserindo o esporte dentro das escolas como um meio de interação social para os alunos, através da criação do Programa Segundo Tempo (2003). Esse programa tem como objetivo a democratização do acesso a prática esportiva para crianças, adolescentes e jovens no período escolar a partir da cultura do desporto, promovendo o desenvolvimento integral do mesmo e uma melhor qualidade de vida. Também é importante citar outros programas que foram criados pelo Ministério do Esporte e que possuem um caráter socioeducativo, priorizando o público escolar. São eles: Programa Recreio nas Férias (2010) e Pintando a Cidadania (2003).

A Secretaria Executiva possuía algumas abrangências também, nas quais gerenciava, de acordo com a ordem cronológica: Pintando a Liberdade (2003), a Conferência Nacional do Esporte (2004), a Lei de Incentivo ao Esporte (2006), e a Praça da Juventude, juntamente com as praças esportivas do Programa de Aceleração do Crescimento (2011). Todas estas gerenciadas e administradas pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

Em relação a Secretaria Nacional de Esporte de Alto-rendimento, o Ministério teve como gerencia: Olimpíadas Escolares (2005), Programa Bolsa Atleta (2005), após a criação da Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva (2005), e, por fim, a criação dos Calendários Esportivos Nacionais. Também vale a pena destacar a responsabilidade dessa secretaria com os grandes eventos esportivos ocorridos aqui no Brasil, como também as políticas de esportes profissionais.

Passando para a Política Nacional do Esporte, nela é gerenciada os programas: Programa Segundo Tempo (PST) e Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC). Estes dois programas são bastante conhecidos aqui na região da Quarta Colônia, visto que o PELC já esteve implantado em um dos municípios participantes da pesquisa no período de dois anos, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Ambos programas foram reconhecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), tendo também um destaque internacional em relação a todas políticas públicas do nosso país.

E, na relação com o lazer, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer se responsabiliza por todos os programas que são relacionados ao esporte e ao lazer, como também é responsável pela área acadêmica, através do financiamento aos grupos de pesquisa, publicações em periódicos e livros, e para eventos da área. Esta secretaria abrange e institui, a partir da ordem cronológica e com o viés esporte + lazer: Programa Esporte e Lazer na cidade (2003) e os Jogos dos Povos Indígenas (2003), Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME) (2005) e a Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (REDE CEDES) (2005), e, por fim, o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (2010).

Outro fator importante neste contexto após a criação do Ministério do Esporte em 2003 se refere ao Decreto Presidencial ocorrido no dia 21 de Janeiro de 2004, em que institui e convoca os responsáveis pela área esportiva para a I Conferência Nacional de Esporte, com a intenção de discutir o contexto do esporte no Brasil através de um espaço de conversas e debates para a

formulação das políticas públicas de esporte e lazer. Esta conferência também aconteceu em outros dois momentos, um no ano de 2006 e outra no ano de 2010, tendo “sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes (BRASIL, 2004)”. Estas também possuem etapas municipais e estaduais, que acontecia da seguinte forma: na etapa municipal é eleito algum representante que leve propostas para a etapa municipal; este, por sua vez, também elege um representante e as propostas determinadas para a etapa Nacional; por fim, nesta etapa, a partir das propostas advindas pelos representantes, cria-se um espaço deliberativo das políticas públicas (CASTELAN, 2011).

Em relação a esta I Conferência Nacional do Esporte em 2004, teve como tema o Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, tendo presentes vários representantes da esfera do esporte, tais como dirigentes, atletas, gestores, entre outros. Ela representou um importante marco nessa democratização da Política Pública relacionada a estas áreas, principalmente no que diz respeito a construção e definição do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Esses debates que foram discutidos na conferência tiveram como norte quatro princípios, que são: 1. Do projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população; 2. Do reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais; 3. Da inclusão social, compreendido como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer natureza; 4. Da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos (BRASIL, 2005).

Dentre esses princípios norteadores, podemos citar uma relação comum entre todos: a garantia “do esporte e lazer como direito de cada um e dever do Estado” (BRASIL, 2005). Essa garantia já prevista em lei desde 1988, também

prevê uma gestão democrática, que atenda a todos os segmentos da sociedade através do esporte e do lazer, como também interfira de forma positiva no gerenciamento dos recursos, para que haja o fomento da prática de forma gratuita e de qualidade. Há a questão da inclusão social, presente nestes princípios norteadores, servindo como base, também, para essa inclusão das políticas públicas e nas políticas públicas. Enfim, vários parâmetros a serem seguidos a respeito desses princípios e também para a área do esporte e lazer.

Em conformidade com a Constituição Federal, notamos que os princípios citados acima também procedem o direito e a garantia do acesso ao esporte e ao lazer, previsto nestas duas instâncias como dever do Estado este fomento. Neste contexto, a gestão pública entra em consonância com estas garantias e propõem para os cidadãos as práticas e manifestações esportivas e de lazer, como também a questão da inclusão social, fator este que é muito importante nos dias de hoje, principalmente nos ambientes escolares. Podemos contemplar, assim, quatro conceitos que estiveram presentes nessa I Conferência: política pública, esporte, atividade física e lazer. Estes conceitos, dentro da gestão pública, devem ser pensados em primeiro plano, para o acesso a espaços públicos de qualidade e atividades gratuitas. Nesta conferência houve também uma necessidade de criação de outro sistema, o Sistema Nacional de Esporte, que possibilitaria a prática de todas as manifestações esportivas através da esfera pública, como também a extrema necessidade de uma proposta para a criação da Lei de Incentivo ao Esporte. Esta lei foi implementada logo após, através da Lei n. 11.438, 2006 (CASTELAN, 2011).

Passando para o ano de 2006, dois anos após a I Conferência, o Ministério do Esporte realizou a II Conferência Nacional de Esporte, que teve como tema principal o título “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” a partir de uma reflexão sobre as políticas de esporte implementadas no Brasil, e também para uma possível construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (BRASIL, 2006), visto que todos os documentos produzidos na conferência anterior tinham este propósito (CASTELAN, 2011). Portanto, nesta conferência teve como quatro princípios, diferentes dos citados na I

conferência: 1) Estrutura e competências; 2) Recursos humanos e formação; 3) Gestão e controle social; e 4) Financiamento (PRONI, 2014). Ou seja, a partir destes princípios, que são básicos para que uma política pública realmente aconteça e seja avaliada de forma eficaz e positiva, esta II conferência buscou a necessidade que o Brasil possuía de universalizar o acesso ao lazer e ao esporte a partir deste Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Ela também estabeleceu, segundo Starepravo, Mezzadri & Marchi (2015), que este sistema pode ser descentralizado, podendo articular com instituições públicas e/ou privadas, para oferecer o fomento a prática esportiva em todas esferas, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

Não somente a criação deste sistema foi importante nesta II conferência, mas também a proposta que implementou a Lei de Incentivo ao Esporte, através da Lei n. 11.438, 2006, e sancionada em 29 de dezembro de 2006. Esta lei foi vigorada até 2015, e, logo após, renovada até 2022 através da Lei n, 13.155, 2015 (BRASIL, 2015). Esta lei teve como objetivo principal o estímulo a prática esportiva por intermédio da dedução fiscal dos indivíduos físicos ou jurídicos, a partir de doações para programas envolvidos com o esporte, segundo o artigo 1º do capítulo I. Com isto, podemos fazer um resumo do que foi esta II Conferência Nacional do Esporte em dois pontos-chaves: o esporte e lazer como direitos sociais; e a inclusão social envolvendo todos os segmentos da sociedade (CASTELAN, 2011).

Nestas conferências, a I e a II realizadas nos anos de 2004 e 2006, respectivamente, podemos perceber que em ambas os princípios eram semelhantes, em que seguiam uma linha de democratizar e fomentar a prática do esporte e do lazer (CASTELAN, 2011). Porém, de acordo com o que poderemos ver na figura abaixo e conforme ocorreu a I conferência, observamos que nos anos seguintes a questão orçamentária ficou muito baixa em relação ao esporte de alto rendimento, o que não era o foco principal destas conferências. Ou seja, os princípios norteadores das conferências ficaram muito mais no papel, na teoria, do que posto em prática.

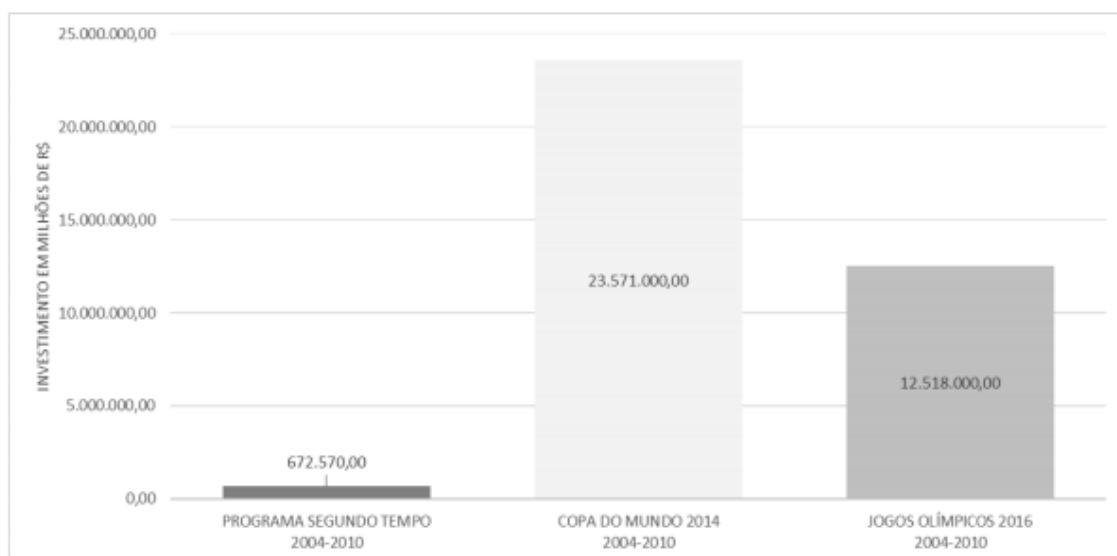


Figura 3: Investimentos do Ministério do Esporte de 2004 – 2010. Fonte: Athayde, 2011.

Neste período, então, o Programa Segundo Tempo, que visa o fomento e a prática do esporte no ambiente escolar foi de R\$ 672.570,00, e nos jogos olímpicos, por exemplo, que visa somente os atletas e o alto rendimento, foi de R\$ 12.518.000,00, de acordo com a figura acima (ATHAYDE, 2011). Este quadro não condiz com o que as conferências propõem, visto que o montante do financiamento vai ao encontro da priorização do esporte de alto rendimento, fazendo com que o esporte educacional, inclusivo e de lazer fique com apenas uma parcela do orçamento, que neste exemplo citado pela figura é representado pelo Programa Segundo Tempo.

Após a I e a II conferência, também tivemos uma terceira, esta ocorrida no ano de 2010. A III Conferência Nacional de Esporte teve como participantes agentes representantes de um pouco mais de três mil municípios de todo Brasil, e seu tema era “Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para colocar o Brasil entre os 10 mais”, tendo como base ações para o desenvolvimento do esporte (PRONI, 2014), como também “estabelecer ações e metas exequíveis que, no intervalo de dez anos, deve colocar o país entre as dez maiores potências esportivas do mundo” (Brasil, 2010).

Através do tema mais voltado para o esporte de alto rendimento, esta III conferência priorizou a formação de atletas apenas, excluindo o esporte educacional, o lazer e a inclusão que estavam presentes nos temas anteriores. Do ponto de vista acadêmico e escolar, foi um retrocesso na questão desportiva no Brasil, visto que muitos municípios participaram desta conferência, e ela nem sequer citou a questão educacional. Mas, esse propósito do alto rendimento e formação de atletas pode ser explicado através dos megaeventos esportivos que ocorriam no nosso País, através da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Estes dois megaeventos geraram uma mudança significativa no esporte, a partir deste alto rendimento que fez com que nas escolas o objetivo principal era a formação de atletas, nos bairros e praças, não se via mais o lazer como um espaço social entre as pessoas, e sim, como um espaço para a prática esportiva envolvendo a competição.

Passou-se, assim, a ter como órgãos controladores não mais os agentes, acadêmicos, entidades que antes eram subsidiadas a isto, mas sim órgãos que foram criados para o fomento do alto rendimento, tais como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a FIFA, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), entre outros que tivessem interesses econômicos e sociais na realização destes megaeventos esportivos. Os debates nestes órgãos tem como tema central o esporte de alto rendimento no nível de representação nacional e internacional a partir destes megaeventos sediados no Brasil, pois através do slogan “Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para colocar o Brasil entre os 10 mais” (BRASIL, 2010), nosso País deveria se tornar uma potência mundial e um modelo esportivo a ser seguido, para que houvesse resultados significativos na copa do mundo, olimpíadas e paralimpíadas.

Sabemos que as conferências não são os únicos lugares em que possam ser formuladas as políticas públicas. Existem outros métodos políticos e/ou administrativos que podem atuar na formulação dessas políticas. Podemos citar como exemplo o Plano Plurianual (PPA), que foi instituído pela Constituição Federal de 1988, artigo 165 parágrafo 1º. Ele é um instrumento de planejamento que estabelecem objetivos e metas da administração pública, a

contar no período de quatro anos a partir do segundo ano de mandato, e, posteriormente, até o primeiro ano seguinte do governo. Este plano teve algumas interferências nesta época, pois, nas conferências, elas são de caráter deliberativo e tem como principal objetivo um norte para a Política Nacional de Esporte, balizaram o Plano Plurianual do ano seguinte. Também é importante destacar que, nos planos plurianuais que foram realizados durante as três conferências, ou seja, os que tiveram vigência em PPA 2004/2007 e PPA 2008/2011, pegando também a copa do mundo e os jogos olímpicos, percebemos que não há em nenhum momento citados no texto e nos seus objetivos os grandes eventos desportivos que foram ocorridos no Brasil. Durante esses anos de vigência do plano plurianual citado acima, os programas do governo federal que foram contemplados foram: “Brasil no Esporte de Alto-rendimento”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Inclusão pelo Esporte”; “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo”.

Porém, apesar desses tantos programas que foram investidos no governo, há uma maior preocupação e um maior gasto com o esporte de alto rendimento, sendo este um valor muito maior em relação ao esporte educacional. É o que poderemos ver na tabela abaixo, que revela o montante de gastos pelo Ministério do Esporte,

Programa	2005 a 2007	2008 e 2009	Crescimento
Esporte e Lazer da Cidade	35.330.542,32	1.564.972.716,84	1.529.642.174,52
Segundo Tempo	223.581.082,53	3.146.187.550,22	2.922.606.467,69
Alto-rendimento	334.577.799,09	8.737.645.334,36	8.403.067.535,27

Tabela 2: Total de investimentos do governo nos programas do Ministério do Esporte. Fonte: Castelan, 2011.

Assim, a partir desta tabela referente aos gastos no período em que ocorreram as três conferências, percebemos o enorme crescimento em relação aos recursos que foram investidos no esporte educacional de maneira geral, e aquele que foi investido no alto rendimento. Constatamos também que, desde

o ano de 2005, um ano após a primeira conferência, sempre obteve-se esse desejo do fomento principal ser o esporte de alto rendimento, contrariando o que a Constituição Federal de 1988 prevê. O esporte educacional, o lazer, estes foram deixados em segundo plano, com bem menos recursos. Mas também não devemos deixar de salientar que, pelo menos, ainda era proporcionado para os indivíduos estes programas, mesmo que de forma menor, mas ainda havia recursos destinados para esse fomento.

Fazendo, assim, um fechamento do que foram estas três conferências, trazemos aqui novamente os três temas de cada uma delas: I Conferência Nacional de Esporte em 2004 teve como tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”; a II Conferência Nacional de Esporte no ano de 2006 teve seu tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”; e, por fim, a III Conferência Nacional de Esporte em 2010 teve como tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para colocar o Brasil entre os 10 mais”. Elas foram, assim, conferências nacionais que construíram uma política através do campo esportivo, de lazer e inclusivo, composto por diversos sujeitos e com princípios diferentes, mas todos com ações em comum, visando sempre a população. Porém, ainda há diversas discussões, desde a última conferência em 2010 na relação de não se estabelecer uma concretização nas políticas públicas, pois em muitos casos o poder dos governantes se sobrepõe aquilo que a sociedade está solicitando, colocando em primeiro lugar o alto rendimento, e, após, o desporto e o lazer como formas educacionais.

“Existe resistência contra a forma como o Estado tem imposto a política de Megaeventos como política de Estado. A resistência dentro do Campo esportivo surge de setores progressistas, que apoiam ou apoiaram o governo Lula, mas mantém uma posição crítica e independente, coerente com suas convicções. As críticas com relação aos Megaeventos vão todas na direção de chamar a atenção para o baixo retorno que o Estado e a maioria da sociedade terão com os investimentos feitos para receber os eventos. O baixo retorno financeiro e de equipamentos esportivos é o mais visível, mas a reafirmação de um modelo esportivo, o fomento a uma prática excludente tendo em vista alcançar bons resultados no curto prazo, e outros tantos problemas poderiam ser citados. (CASTELAN, 2011, p.78-79)”

Concluimos esta parte em relação a todo o processo desde a criação do Ministério do Esporte em 2003 e a última conferência realizada no ano de 2010

que houve um grande equívoco em relação ao se teve de metas e ações aprovadas nas conferências, e o que realmente foi implementada e desenvolvida pelo Governo nestes anos. O intuito ficou claro que as propostas foram focadas no alto rendimento, deixando de lado o espaço democrático de que todos possuem o livre arbítrio de escolherem o que querem praticar, sem ter o total viés de rendimento. Ou seja, estas conferências são todas registradas em documentos e leis que comprovam que elas realmente existem, mas não são totalmente visíveis no que se refere a garantia dos direitos que cada cidadão possui através da Constituição de 1988, a partir da democratização da prática ao esporte e ao lazer.

No ano de 2011, houve outras mudanças muito significativas. Uma delas se refere a parte estrutural através do Decreto n. 7.529 em 21 de julho de 2011, que sinalizou uma mudança de reestruturação no organograma do Ministério do Esporte. Dentre essa mudança, tivemos a extinção da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, estas foram extintas e substituídas pela criada Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. A Secretaria Executiva e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto-rendimento permaneceram, e criou-se também a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, este tendo como principal objetivo a Copa do Mundo FIFA em 2014. Nesta permanência da Secretaria Executiva, através do Decreto n. 7.529, 2011 ela obteve uma valorização em relação as demais, tendo como objetivo coordenar as atividades, planejamentos e orçamentos federais. Possui como principais políticas: Lei de Incentivo ao Esporte, Conferência Nacional do Esporte; Pintando a Liberdade; Praças esportivas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Praça da Juventude. Todas estas está disponíveis do site² no Ministério do Esporte para apreciação.

Passando para a então criada Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social no ano de 2011, ela teve como objetivo a implantação das diretrizes do Plano Nacional de Esporte e o fomento a prática esportiva nos

² <http://portal.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/secretariaExecutiva.jsp>

níveis escolares de ensino e também como esporte de participação e de lazer. As principais políticas nela alocadas são: o Programa Segundo Tempo; Programa Esporte e Lazer na Cidade; Jogos dos Povos Indígenas, Programa Pintando a Liberdade; Programa Pintando a Cidadania; Programa Segundo Tempo na Escola; Recreio nas Férias; Prêmio Esporte Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social; CEDIME, Projetos Esportivos Sociais; e REDE CEDES. Na sua missão, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social³ compete:

1. Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
2. Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;
3. Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;
4. Planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo:
 1. o desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivos-educacionais, de lazer e de inclusão social;
 2. a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e
 3. a execução das ações de promoção de eventos;
5. Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação;
6. Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer;
7. Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer;

³ Fonte: <http://portal.esporte.gov.br/snelis/sobre.jsp>

8. Articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;
9. Planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas com as universidades e outras instituições correlatas com vistas à obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social; e
10. Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas. (BRASIL, 2011).

Dentro desta secretaria, também vale a pena destacar os departamentos que estão alocados nela: o departamento de gestão de programas de esporte, educação, lazer e inclusão social; e o departamento de desenvolvimento e acompanhamento de políticas e programas intersetoriais de esporte, educação, lazer e inclusão social. Ambos possuem cada um o seu diretor e seus responsáveis para o seu desenvolvimento.

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto-rendimento tem como objetivo a formulação e implementação das políticas voltadas ao alto rendimento e a implementação das diretrizes e objetivos do Plano Nacional do Esporte. Nesta secretaria, estão alocadas as presentes políticas⁴: Centro de Iniciação ao Esporte, Bolsa Atleta, Calendário Esportivo Nacional, Rede CENESP, Jogos Escolares Brasileiros, Jogos Militares, Rio 2016, Pan 2011 e Brasil no Esporte de Alto Rendimento.

A última então criada Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor tem como objetivo melhorar o futebol no País e fiscalizar a legislação prevista no estatuto de defesa do consumidor. Dentro desta secretaria há também algumas políticas esportivas, são elas: Copa 2014, Timemania e Torcida Legal, segundo o site do Ministério do Esporte ⁵no ano de 2019. Esta secretaria criada pelo Ministério do Esporte, segundo Castelan (2011), teve como principal prioridade alavancar o esporte de alto rendimento

⁴ Fonte: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento>

⁵ Fonte: <http://portal.esporte.gov.br/futebolDireitosTorcedor/default.jsp>

através da manifestação esportiva garantida como uma política pública, principalmente o desporto do futebol, neste caso.

“Os obstáculos hipertrofiam-se quando nos deparamos com um cenário no qual o financiamento público prioriza os interesses econômicos e políticos vinculados à prática esportiva de alto rendimento e à realização dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016). (Athayde, 2011, p.184)”

Após todo este contexto citado acima, as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil são adversas com o seu documento da Política Nacional de Esporte, visto que este enfatiza o fomento da prática educacional, de lazer e bem-estar para o indivíduo, ou seja, um direito que todo o cidadão possui, e o Ministério do Esporte deve “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (Brasil, 2005, p. 6). Sendo assim, essas mudanças que ocorreram nos próprios ideais do Ministério na esfera administrativa e nos modelos de esporte que as mesmas apresentam, resultaram em uma estrutura que tem seu ponto principal os megaeventos e o alto-rendimento, o futebol como principal desporto e as demais manifestações com menos prestígio e menos orçamentos para suas atividades.

No decorrer do texto acima falamos sobre a criação do Ministério do Esporte e as suas políticas públicas que estão presentes desde 2003 até a atualidade, em sua teoria. Agora, abaixo, analisaremos os documentos legais que foram fornecidos pelos municípios para analisarmos juntamente com as entrevistas o que está ocorrendo de políticas públicas de esporte e lazer na prática, não somente na teoria.

5.1) Políticas Públicas de Esporte e Lazer: os documentos municipais e o desenvolvimento na prática

Sabemos que as políticas públicas na teoria são muito eficazes, possuem objetos diretos e avaliações positivas perante a sua implementação, mas, na

prática, as vezes não vimos essa eficácia perante a sua implementação, algumas não há nenhuma avaliação, como também podem ficar só na teoria. É nesse sentido que buscamos nos documentos legais do Ministério do Esporte que já foram citados acima, como também em documentos disponibilizados pelas prefeituras municipais que participam da pesquisa o que está acontecendo de projetos e/ou programas e eventos na área do esporte e do lazer. Desde a criação do Ministério do Esporte em 2003 até hoje no ano de 2019, muitos foram os projetos e programas implementadas pelo ministério, nas suas diversas secretarias. Assim, iremos verificar se alguns deles ainda estão em prática em algum dos municípios pesquisados, como também quais são os programas que os próprios municípios criam e implementam em suas cidades para fomentar a prática esportiva e de lazer.

Dentre os três municípios que responderam os questionários dos cinco que atendiam aos critérios estabelecidos na pesquisa, dois deles nos propiciaram a visualização dos seus calendários de eventos esportivos regionais no ano de 2019 do município 'y' e o calendário de eventos do ano de 2019 do município 'x'. Nestes documentos disponibilizados, ambos disponíveis nos apêndices ao final desta dissertação, poderemos visualizar quais são os eventos relacionados ao esporte e lazer que acontecem nos municípios, eventos, projetos e programas estes que são de níveis regionais, estaduais ou federais.

No primeiro documento do município 'y', que é o calendário de eventos esportivos regionais – 2019 (apêndice 2), engloba os eventos esportivos da região da Quarta Colônia durante todo o ano de 2019, como também para todos os segmentos da sociedade. Este calendário, conforme nos comentou o gestor responsável por este município, é criado todo janeiro do ano pelos gestores responsáveis pela pasta do esporte e lazer em seus municípios. Cada ano uma cidade da região sedia esta reunião, em que colocam em pauta todos os eventos regionais que aconteceram no presente ano. Ele possui quatro faixas, que corresponde ao: mês, o local e a data, a competição e a categoria desta competição. Este é de fácil acesso e visibilidade, sendo bem estruturado para que toda a comunidade em geral saiba quando irá acontecer tal evento, o seu local e data, como também para todos os gestores estarem cientes quando

irão receber em seus municípios tais eventos, e poder organizar da melhor forma possível.

No município 'x', foi nos disponibilizado um calendário do ano de 2019 (apêndice 3) que contempla os eventos que ocorreram no município, sendo eles eventos esportivos, de comunidades, de lazer, entre outros. Este calendário está dividido em: data e hora do evento, o órgão promotor, o evento e o local no qual ele acontecerá. Nele consta vários eventos que já são tradicionais das comunidades presentes no município, como também eventos que a própria comunidade solicita para o poder público, relata o gestor responsável pelo esporte e lazer no município.

Nestes documentos disponibilizados, percebemos que a questão dos grupos sociais está muito presente, visto que vários eventos possuem o caráter tradicional das comunidades presentes nas cidades, enfatizando o que os gestores citaram em relação aos projetos e programas no capítulo anterior, muito presentes nestas regiões. Nesta relação, há muitos eventos, programas e projetos que são priorizados para todos os segmentos da sociedade a nível regional, tais como torneios, interseleções, projetos de atividades físicas, festas de comunidades, festividades religiosas, entre outros. No nível estadual, podemos perceber uma parceria com o SESC (Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul), através dos jogos de verão que são sediados em alguns municípios da quarta colônia, evento este que é muito conhecido na região por toda população e atletas. Já na relação com o nível Federal, os municípios através dos seus calendários não possuem eventos que sejam a este nível, talvez por serem municípios de pequeno porte, conforme relata o gestor responsável pelo município 'x'.

Portanto, a partir destes documentos legais que reforçam a área do esporte e lazer nos municípios, percebemos que está acontecendo na prática esta política, através dos esportes, das atividades, dos projetos e programas, das manifestações educacionais, dos torneios, enfim, de tudo aquilo que se refere ao desporto e ao lazer na prática.

A teoria sim está presente também nestes municípios, através das suas leis orgânicas e planos de governo atuais da vigente gestão, em que, no município 'x' aparece na área do desporto e do lazer:

“Esporte é saúde, é formar cidadão de bem, é alegria e vitalidade, é melhor condição de vida. Os locais para a prática de esporte e lazer são fundamentais para o desenvolvimento da nossa terra. Onde tem povo saudável e feliz, tem mais segurança, cultura, educação, é município que cresce. Vamos fazer mais.(Plano de governo 2017-2020, município x)”

Através deste slogan, tem como metas a realizar durante o período em gestão na área do esporte e lazer de acordo com o seu plano de governo:

- Construir uma pista atlética com medidas oficiais junto ao Centro Municipal de Eventos;
- Realizar melhorias necessárias e manter a estrutura do Ginásio Municipal de Esportes;
- Incentivar e fortalecer a parceria entre o município e as ligas esportivas;
- Instalar mais academias ao ar livre;
- Manter a parceria com o SESC para a realização do dia do Desafio;
- Implementar com o SESC o projeto Estação Verão;
- Incentivar a prática de novas modalidades esportivas;
- Incentivar a prática da Educação Física, para Grupos e/ou Associações, no interior e cidade;
- Criar uma brinquedoteca Pública Municipal disponível para toda comunidade;
- Incentivar as escolinhas de futebol com recursos e apoio pedagógico;
- Manter e ampliar projeto de reforma das praças públicas e construir novas;

- Implementar o Programa Segundo Tempo na Rede Municipal de Ensino, com a prática de atividades educativas e esportivas, em turno inverso;
- Concluir a Pista de Rodeios, junto ao Centro de Eventos do município.

Nestas competências, percebe-se juntamente com o calendário de eventos de 2019 que possuem uma articulação entre si, teoria e prática presentes. Também há no plano de governo algumas questões que não constam no calendário disponibilizado e na entrevista, fato este que inquieta de certa forma para saber o que ocorreu com determinado fato para ele não estar presente nesta prática, seja ele algum fator financeiro ou até mesmo de gestão mais priorizada para determinados fins dentro da pasta do esporte e lazer.

No município 'z', em seu plano de governo vigente atualmente, o desporto e o lazer estão alocados juntamente com o turismo e a cultura, tendo como metas de toda esta pasta:

- “Trabalhar com profissionais capacitados neste setor.
- Marketing intenso em tudo o que o município pode oferecer para os turistas e população em geral, como gastronomia, pontos turísticos, turismo religioso, ecoturismo, entre outros.
- Limpeza e iluminação dos pontos turísticos do município, assim como, melhoramento das sinalizações turísticas.
- Aumentar a participação de crianças e adolescentes na prática esportiva.
- Aumentar a participação da população em geral na prática da atividade física voltada para a saúde e qualidade de vida, observando-se todas as faixas etárias e gêneros.
- Introdução do ECOTURISMO.

- Cursos de qualificação para profissionais do setor turístico.
- Realizar festival gastronômico.
- - Apoio aos eventos sócio-culturais.
- Incentivo ao esporte nas comunidades.
- Incentivo às festividades religiosas, turismo religioso.
- Incentivar as tradições italianas, banda de música, orquestra, retorno dos filós, dentre outros setores e práticas de valorização das raízes culturais de nossa cidade. (Plano de governo 2017-2020, município z)”

Estas são competências que este município possui a toda esta pasta em que o esporte e o lazer está alocado. De acordo também com a entrevista que o gestor responsável, ele relatou que muitas questões foram englobadas neste plano de governo após a gestão atual verificar algumas necessidades da própria comunidade, fatos e questões relevantes que eles próprios traziam para dentro da esfera pública. Assim, também entrou como fator na área do desporto e o lazer a questão cultural, das etnias, mais voltada para a área do esporte dentro do contexto escolar, como também fora deste contexto através das atividades e projetos que estão sendo desenvolvidos no município, segundo o responsável pelo município ‘z’.

Passando para o município ‘y’, o plano de governo da presente gestão prevê como ações para o esporte e o lazer na cidade três aspectos: 1) manter e incentivar os campeonatos municipais de todas as modalidades esportivas; 2) manter os campeonatos escolares e a olimpíada estudantil; e 3) regularizar e criar ligas das modalidades esportivas praticadas no município (Plano de governo 2017-2020, município y)”. Como este

município possui a área do desporto juntamente com a educação, em uma só pasta, também aparece no plano de governo os seguintes princípios, mais voltados para as duas áreas:

- “Reforçar ações de desenvolvimento humano (educação, saúde e empreendedorismo) e social (cooperação e redes sociais);
- Incentivar a formação de cidadãos autônomos, responsáveis, solidários e conscientes de seu poder como agentes de transformação social;
- Garantir acessibilidade e segurança às crianças e as famílias;
- Dotar de recursos humanos qualificados;
- Viabilizar programas e projetos de interesse de alunos, pais e comunidade;
- Assegurar a permanência dos alunos com estratégias motivadoras;
- Promover as formações continuada dos professores;
- Garantir espaços adequados, mobiliários e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades educativas propostas pela rede municipal;
- Garantir condições de acessibilidade e mobilidade urbanas e rurais;
- Fortalecer estratégias de aprendizagem e inclusão social com o uso da tecnologia;
- Oferecer programas complementares que acelerem a formação e favoreçam a assiduidade dos alunos;

- Favorecer as condições para a inclusão escolar;
- Assegurar o potencial de melhoria da qualidade de ensino;
- Manter o transporte escolar para a rede municipal;
- Entre outros. (Plano de governo 2017-2020, município y)”

Assim, estes presentes documentos apresentados pelos gestores municipais juntamente com os planos de governos dos seus municípios, possuem metas e ações que visam a implementação das políticas públicas de esporte e lazer, de acordo com a peculiaridade de cada município. Estes, alocam quais são os principais objetivos que eles possuem dentro dessas áreas, fomentando a prática do esporte e do lazer nas mais diversas esferas. Sabemos que para a implantação de uma política pública em um determinado local, no caso nesses municípios, alguns procedimentos devem ser levados em consideração. São eles: conhecimento do que a sociedade está precisando naquele determinado local; o conhecimento da realidade e o conhecimento dos sujeitos que irão ser atendidos; os chamados ciclos ou fases dos programas a serem implementados, e avaliação final (SECCHI, 2015).

Corroborando com a área do lazer, percebemos que ao longo dos anos ela vem ganhando cada vez mais força através da mídia, das políticas, dos âmbitos acadêmicos, mas, principalmente, no dia a dia das pessoas. Assim, cabe aqui trazer uma definição do que é o lazer, segundo Dumazedier (2000, p.34), que a define como

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e para entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2000, p. 34).

Também é interessante trazer o destaque desta área do lazer e do esporte e vincular com a vulnerabilidade social, fator este que é de extrema importância enxergarmos na sociedade. Essas duas áreas podem vir ao

encontro de aproximar esta população mais vulnerável, proporcionando uma qualidade de vida e o fomento da prática de atividades físicas e de lazer, tornando, assim, a inclusão social desses sujeitos através do esporte e do lazer. Mas, para que isso aconteça, se deve ter em mente a importância que há de se implementar concretamente uma política pública de esporte e lazer nesse nível municipal no qual estamos trabalhando ao longo desta pesquisa (DARIDO; RANGEL, 2008). Nesta discussão sobre o tema, Suassuna (2007) retrata que o esporte e o lazer são direitos humanos que devem ser propiciados a todos de maneira igualitária, sem distinção de gênero, raça, cor,

“Todavia, não custa lembrar que grande parte desses direitos não são exercidos plenamente pelos cidadãos brasileiros. Os entraves podem ser enumerados, desde o direito ao salário igual, em que estudos demonstram a existência de diferença salarial para o mesmo trabalho realizado entre homens e mulheres, até o direito à educação (Suassuna, 2007, p. 22).”

Com isso, concluindo através de toda a análise do ministério, seus programas, ações e projetos, e toda a questão dos documentos legais que os municípios nos forneceram, percebemos que a nível federal, nenhum município possui alguma política pública de esporte e lazer vindo do governo, fato este que pode ser explicado pelo fato de serem municípios de pequeno porte, juntamente com a questão orçamentária.

Juntamente com este fato, também é importante destacar, como vimos na parte da criação no Ministério do Esporte em 2003 até hoje, que há uma maior existência na relação de programas e projetos relacionados a área do esporte de alto rendimento, políticas que são voltadas para os grandes centros populacionais para o fomento da prática as atividades físicas de esporte e lazer. Todavia, são muito poucas as políticas que são direcionadas aos municípios de pequeno porte, como é o caso dos nossos objetos de pesquisa, os municípios da região da quarta colônia/RS. No entanto, cabe a atual Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social a sua participação na coordenação, planejamento, formulação e implementação das políticas públicas e os programas e projetos esportivos e de lazer na esfera educacional. Dentre estes programas, o que mais seria viável para estes municípios pequenos, por várias questões, mas principalmente orçamentária, seria o

Programa Segundo Tempo e os projetos esportivos sociais, ambos encontrados no site do Ministério do Esporte, na aba referente a presente secretaria.

Contudo, diante de tudo que foi explanado aqui e analisado, observamos a importância que o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para todos os segmentos da sociedade possui, visto que como já vimos anteriormente, o esporte e o lazer são direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, e são um excelente meio de inclusão social e educação, mas, principalmente, um excelente meio de qualidade de vida para toda a população. Com isso, para que realmente aconteça essa política de forma eficiente, positiva e que atenda as demandas da sociedade, o gestor deve cumprir com o seu compromisso, assumindo uma atitude positiva em busca de novas discussões e ideias em conjunto com os outros setores na sua esfera municipal, pois a pasta do esporte e lazer esta alocada com outros setores nos municípios pesquisados. E, por fim, aprofundar o tema das políticas públicas de esporte e lazer na sua teoria e prática, relacionar com os vários grupos da comunidade, e condizer com a realidade presente em cada município, através das suas culturas, etnias, religiões, raças, entre outros, para que ela seja realmente implementada, efetivada, e que aconteça de forma positiva a toda a população.

A partir destas constatações advindas dos documentos fornecidos pelas prefeituras, percebemos que estes projetos, programas e eventos que estão disponibilizados acontecem na prática de forma total, de acordo com o cronograma realizado no início de cada ano, de acordo com a questão orçamentária prevista para essa pasta. Em relação aos documentos analisados do Ministério do Esporte, a partir das suas secretarias, percebemos que em nenhum município é contemplado algum projeto ou programa, ou seja, a nível federal não há nada contemplado nos municípios pesquisados da quarta colônia/RS em relação a prática, ficando apenas na teoria, dentro da esfera federal.

10. Considerações Finais

Após todo este contexto da pesquisa, que englobou a parte introdutória em que fala sobre as políticas públicas, o esporte e lazer, a região que foi realizada a pesquisa, bem como a justificativa da mesma. Englobou também os objetivos, a metodologia e como seria realizada a pesquisa. Os capítulos de Pierre Bourdieu, sobre as políticas públicas, as entrevistas dos gestores municipais, a criação do Ministério do Esporte. Todos estes espaços em que o leitor pode se identificar um pouco mais com a área e perceber as características da região pesquisada e o porque da escolha da mesma, fizeram com que percebêssemos como uma política pública é implementada, quais os possíveis projetos e programas que estão sendo executados, o que ainda falta para melhorar e se tornar mais positiva perante a população.

O tema da política pública por si só, desde os últimos anos, ainda é um fator que possui poucas publicações no âmbito acadêmico, principalmente na área do esporte e lazer. Este fato, desde 2011 até agora, tem crescido consideravelmente, desde a criação da Rede CEDES. Esta rede, desde sua criação, está proporcionando diversas pesquisas e publicações na área do esporte e lazer, fomentando dentro do âmbito acadêmico a iniciação científica e a importância que as políticas públicas de esporte e lazer possuem na teoria. Vale a pena destacar a última publicação feita aqui no Estado do Rio Grande do Sul, referente ao livro intitulado “Políticas Públicas de esporte e lazer: olhares e experiências na perspectiva do direito social” no ano de 2019, organizado pelo Marco Paulo Stigger e Mauro Myskiw. Esta publicação retrata uma série de artigos sobre os projetos que foram desenvolvidos nas Universidades participantes do Rio Grande do Sul na Rede CEDES, tendo como polo central a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nossa Instituição, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) também fez parte desta pesquisa através das suas atividades realizadas em conjunto com a Rede, no qual me orgulho em poder fazer parte desse processo juntamente com meus outros colegas e com o professor responsável, Prof. Dr. João Francisco Magno Ribas.

Nesta relação com a teoria, bastante citada ao longo desta pesquisa, também surgiu a necessidade de fazer esta articulação com a prática, que foi relatada nesta pesquisa através das entrevistas realizadas com os gestores municipais responsáveis pela área do esporte e lazer dentro de suas respectivas cidades. Nesta entrevista, foram realizadas diversas perguntas referentes aos dados dos entrevistados, como é a sua atuação dentro do município, o contexto no qual ele está inserido, a implementação dessas políticas públicas de esporte e lazer e, por fim, como é a avaliação destas políticas. Durante as entrevistas, surgiram bastantes relatos que já eram esperados, como a questão do orçamento, os programas e projetos executados, dados estes esperados pois a entrevistadora já conhecia a realidade de alguns municípios por ser moradora desta região. Também surgiram outros dados que não tínhamos conhecimento, como por exemplo como era realizada a escolha destas políticas públicas, como a questão da cultura está extremamente presente nestas regiões, a vinculação que estes municípios possuem para criar os eventos de toda região através de reuniões com todos os gestores municipais responsáveis, mas, principalmente, a questão da sociedade estar fortemente presente nas escolhas das políticas públicas, sendo este um fator primordial para que elas aconteçam e sejam a partir da demanda da população presente nos municípios, claro que cada um com as suas peculiaridades.

Houve também a necessidade de trazer a questão da criação do Ministério do Esporte em 2003, fator este que teve uma importância para o esporte e o lazer, sendo estes então garantidos por lei como direitos sociais através da Constituição Federal de 1988 e agora, também, tendo um ministério para que eles realmente sejam legitimados. Neste ministério, há uma secretaria que trata da área do esporte e lazer em conjunto, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, que legitima também as duas áreas em uma só secretaria, com princípios e diretrizes estabelecidos e com programas e projetos que são institucionalizados por ela. Passando para os documentos que foram disponibilizados pelas prefeituras, que aparecem os principais eventos e programas que estão e serão desenvolvidos nos seus

municípios e na região, percebemos a forte relação com a cultura e as atividades, a interação que os municípios possuem nestes jogos e torneios, e a boa convivência que ambos possuem quando se trata de implantar políticas públicas de esporte e lazer. Estes foram fatos muito positivo nesta pesquisa, não somente para a questão destas implementações, mas como o engajamento do setor sociedade e poder público estar bastante presente nestes municípios juntamente com os seus respectivos gestores faz com que uma política pública realmente aconteça.

Claro que ainda há muito o que se melhorar em relação as políticas públicas de esporte e lazer, ainda há muitas lacunas a serem resolvidas, mas, ao final desta pesquisa, podemos perceber e constatar alguns fatores: por serem municípios de pequeno porte, apresentam programas e projetos que visam a população e sua demanda; possuem o fator cultural muito presente nas suas atividades de esporte e lazer, passados de geração para geração; tem uma população bastante presente com o poder público na escolha dessas políticas; e também possuem espaços públicos de qualidade para que a população usufrua através dos seus momentos de lazer e atividades ao ar livre. Há a interação da comunidade urbana e rural nestes municípios, como também o poder público facilitando esse acesso.

Portanto, podemos concluir que as características destas políticas públicas de esporte e lazer são muito peculiares nesta região da quarta colônia. São elas:

- características regionais similares, devido a serem municípios de pequeno porte;
- cultura local fortemente presente nas políticas públicas de esporte e lazer;
- projetos e/ou programas advindos do que a sociedade propõe, do que ela necessita;
- questão orçamentária advinda de recursos livres e emendas parlamentarias, nos três municípios participantes;

- envolvimento de todos os municípios da região na criação e formulação dos eventos esportivos do ano de 2019, através de reuniões e encontros a cada início de ano;
- população urbana e rural praticando atividades de esporte e lazer;
- e, principalmente, perceber que as políticas públicas de esporte e lazer que estão sendo desenvolvidas nos municípios estarem em consonância com a sociedade geral, com todos os seus segmentos e com a cultura aliada aos costumes da população.

Com essas características, percebemos como a importância da cultura local está presente nestes municípios, através das mais diversas etnias que estão presentes nos mesmos, tanto na zona urbana como na zona rural. A prevalência disto está na relação também das políticas públicas de esporte e lazer, que proporcionam através das suas atividades um resgate cultural de atividades. Percebemos também que as atividades, em sua maioria, são advindas do próprio município, sem termos programas e projetos advindos do Ministério do Esporte presentes. O financiamento advindo de recursos livres e emendas parlamentares, muitas vezes conseguidos por questões político partidárias, são alocados para as atividades do ano, no qual é possível prever através dos calendários que são criados a cada início de ano, como podemos perceber através dos apêndices 2 e 3 no fim desta pesquisa. Com todas essas características e fatores, finalizamos essa pesquisa com o fator positivo perante os objetivos traçados no início, mas com a certeza de que ainda há muitas situações e delineamentos a serem resolvidos e reformulados, para que a política pública de esporte e lazer passe por todos os seus ciclos, e seja avaliada de forma eficaz e garantida a todo cidadão por todos segmentos da sociedade.

Fazendo uma relação de todo esse contexto citado, juntamente com as características que estão presentes neste município, cabe aqui juntar com as teorias sociais de Pierre Bourdieu para fazer esse fechamento. Nesse sentido, de uma maneira geral, todos os campos são estruturados a partir da relação de aliança entre os diferentes agentes que estão lutando pela posse de determinados capitais, ou seja, cada município, a partir de seus agentes, lutam

por aquilo que é de seu interesse na área do esporte e lazer. As hierarquias no interior de cada campo são estabelecidas pela detenção dos agentes, em menor ou maior escala, nas formas desse capital. Assim, para que se compreenda como funciona esta estrutura do campo, também precisamos considerar a hierarquia social desses campos com os seus agentes.

[...] com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. Algo como uma classe ou, de modo mais geral, um grupo mobilizado para e pela defesa de seus interesses (BOURDIEU, 2008, p 50).

Neste campo, também há o conceito de habitus, muito presente em nossa pesquisa através do habitus cultural. A partir das ações do campo, o habitus aparece nas características das políticas públicas de esporte e lazer na relação da cultura nos municípios, fortemente presente também nos projetos e programas que são desenvolvidos nessas cidades, tornando-se um instrumento bastante significativo para que se compreendam as atitudes que estruturam e originam essas práticas advindas dos agentes.

“Dessa forma, o habitus, necessidade tomada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. (BOURDIEU, 2004, p. 23)”

Esse habitus relacionado a cultura, o habitus cultural, tem muita influência na sociedade presente nos municípios da Quarta Colônia/RS. Assim, elas são dominantes também nas escolhas das políticas públicas desses municípios, tendo bastante relação com a escolha também do que os agentes sociais irão implementar dentro deste campo social.

“A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une

(intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2009. p.11)”

Assim, a relação campo social, habitus e capital das teorias de Pierre Bourdieu, condiz bastante com o que também vimos na prática a partir das entrevistas analisadas juntamente com a análise dos documentos, a partir da relação estrutural que está presente no campo das políticas públicas de esporte e lazer. Assim, para realizarmos um fechamento destas relações, utilizaremos a questão do habitus cultural, que foi marcante em toda a pesquisa. Esse habitus (BOURDIEU, 1992) produz ações e reproduz suas práticas, através dos modos de pensar, sentir e fazer dos seus agentes, sendo entendido como um sistema de projetos individuais, mas que é socialmente constituído de estruturas sociais, adquiridos pelas experiências vividas dos agentes, atuando nas ações do agir cotidiano (SETTON, 2002). Ou seja, a cultura que é constituída socialmente através dos indivíduos que dela compõem, retrata o que presenciamos nessa pesquisa, a partir do que é implementado nos municípios, quem são esses agentes responsáveis pelas políticas públicas, o que são essas políticas públicas de esporte e lazer, mas, principalmente, as características encontradas citadas acima, juntamente com o fator de que: há políticas públicas de esporte e lazer nesses municípios, e elas estão sendo implementadas na região da Quarta Colônia/RS.

11. Referências

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JR., W. **O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008)**. Movimento (ESEF/UFRGS), v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. **Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 31, n. 1, 2009.

AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. **Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil**. Motrivivência, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.

ATHAYDE, P. F. A. **O “lugar do social” na Política de Esporte do Governo Lula**. Revista SER Social, Brasília, 13(28), p. 184-209, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Esporte. Esporte, lazer e desenvolvimento humano. **Texto final. I Conferência Nacional do Esporte**. Brasília, DF, 2004. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001403/140314porb.pdf>

_____. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, 2005. Recuperado de <http://www.portal.esporte.gov.br/>

_____. **II Conferência Nacional do Esporte**. Sistema Nacional do Esporte. Documento final. Brasília, DF, 2006. Recuperado de [http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/textoVPoliticaNacionalEsporte180106 .pdf](http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/textoVPoliticaNacionalEsporte180106.pdf)

_____. Ministério do Esporte. **O que é III Conferência Nacional do Esporte**. Brasília, DF, 2010. Recuperado de <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/oQueE.jsp>

BOBBIO, N. (1998). **Diário de um século: autobiografia**. Rio de Janeiro: Campus.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001. 168 p.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. 1ª Ed. São Paulo: Olho D'Água, 2003. Cap. 4, p. 112-143.

_____. Trabalhos e projetos. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. 1ª Ed. São Paulo: Olho D'Água, 2003. Cap. 4, p. 32-38.

_____. Fieldwork in philosophy. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papyrus, 2007.

_____. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2007.

_____. O novo capital. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2007.

_____. Por uma ciência das obras. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2007.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** Lisboa: Editorial Presença, 2007. 398p.

_____. **O senso prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 361 p.

_____. **Homus academicus.** 1ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2011. 314 p.

_____. **O campo político.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, p. 193-216, 2011.

_____. O capital social – notas provisórias. In: **Escritos de Educação.** 13ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Cap. III, p. 65-70.

_____. Os três estados do capital cultural. In: **Escritos de Educação.** 13ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Cap. XI, p. 71-80.

BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, D. D. As categorias do juízo professoras. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação.** 13ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Cap. VIII, p. 185-216.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política.** 3. ed. Campinas, SP: Papyrus. 1990.

CASTELAN, L. P. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)** (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física e Sociedade, da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2011.

CAVICHIOILLI, F. R. **Políticas públicas para o esporte e lazer: tentativa de mudanças.** 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1996.

Decreto n. 7.529, de 21 de julho de 2011. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte.** Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7529.htm

DI GIOVANNI, G. **Políticas públicas e política social**. 2008. Disponível em: <http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/politicas-pblicas-e-politica-social.html>. Acesso em: 22 mai. 2018.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v.2.

FERLIE, E.; ASBURNER, L.; FITZGERALD, L.; PETTIGREW, A. **A Nova Administração Pública em ação**. Brasília: UnB/ENAP, 1999.

FREY, K. **“Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, jun. 2000.

GOMES, C. L. **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONZALEZ, M. **"Conferências de políticas públicas"**. Repente. São Paulo: Polis, n.18. 2003. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/conferencias-de-politicas-publicas/>> . Acesso em: 22 set. 2017.

Itaqui, José. (org). **Quarta Colônia – Inventários Técnicos – Flora e Fauna**. Santa Maria: Pallotti, 2002.

Lei n. 13.155, de 4 de agosto de 2015 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte). **Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades**. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13155.htm

LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELINO, N. C. (Org.).

Lazer e esporte: políticas públicas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

LINHALES, M. A. **São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?** Motrivivência, Florianópolis, n. 11, p.71-81, set. 1998.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução.** 3. ed. ampl. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000).** 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade.** Goiânia, GO: UFG, 2003.

Medida Provisória n.103, de 1º de janeiro de 2003 (Criação do Ministério do Esporte). Convertida na Lei nº 10.683, de 2003. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.** Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): ciência política.** São Paulo: Sumaré; Brasília: Anpocs; Capes, 1999. v. III, p. 59-100.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164.

MEZZADRI, F. M. Políticas Públicas para o Esporte e lazer: teorias e conceitos. In: Alexandre Motta & Rodrigo Terra. (Org.). **Esporte, Lazer e políticas públicas na região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011, p. 89-102.

MEZZADRI, F. M., SILVA, M. M., FIGUERÔA, K. M. **Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista**. *Motrivivência*, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.

MONTAGNER, M. Â.; MONTAGNER, M. I. **A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura**. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 255-173, 2011.

NARDI, O. **O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria/Santa Maria, 2007.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. **Bourdieu & a Educação**. 1ª Ed. São Paulo: Autêntica, 2004. 149 p.

NUNES, C. C., & CUNHA, G. S. V. T. **Estado e as Políticas Públicas Esportivas: O contexto brasileiro**. *Revista da ALESDE*, Curitiba, 4(2), 04-15, 2014.

PATERMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETERS, G. **Configurações e reconfigurações na teoria do habitus: um percurso**. Atas do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009. p 1-41.

PIRES, A. G. M. G. Breve reflexões sobre a relação esporte e políticas públicas. In A. G. M. G., Pires, A. Calciolari, Junior, & T. Honorato, T. (Orgs.). **Representações sociais e imaginário no mundo esportivo**. Londrina: Lazer & Esporte, 2008.

PRONI, M. W. Megaeventos esportivos e acumulação de capital. In P. Capela, & E. Tavares (Org.). **Megaeventos Esportivos: Suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SERAFIM, L.; TEIXEIRA, A.C.C. "**Controle social das políticas públicas**". Repente. São Paulo: Polis, n. 29. 2008. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/control-social-das-politicas-publicas/>> . Acesso em: 22 nov. 2016.

SETTON, M. G. Ja. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação, 2002, n.20. p. 60-70.

SILVEIRA, P. R. C da; HEINZ, C. **Controle de qualidade normativo e qualidade ampla**: princípios para reestruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/>>. Acesso em: 06 set. 2018.

SOUZA, C. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-86.

SOUZA, C. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, nº 51, fev 2003, p. 15-20.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, J. de; MARCHI JR, W. **Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu**. Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 293-315, 2010.

SPOLAOR, S. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades na região da Quarta Colônia-RS**, 2010. 192f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas De Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 422 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JR., W. **(Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 38, n. 1, p. 42-49, 2016.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JR., W. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 35, n. 3, 2013.

STAREPRAVO, F.; MEZZADRI, F. M. **Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão de políticas públicas para o esporte e lazer**. SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, v. 10, 2007.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JR., W. **Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas**

definições de espaços. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 29, n. 2, p. 217-228, 2015.

Suassuna, D. M. F. **Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005).** 2007. Disponível em: <http://observatoriodoesporte.org.br/politicas-publicas-para-o-esporte-e-o-lazer-no-brasil-1996-2005/> Acesso em 19 de maio de 2019 às 15:30h.

VEIGA, E.J. Cidades **imaginárias: O Brasil á menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2003.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988.** Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

WACQUANT, L. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal.** Revista Sociológica Política, Curitiba, n. 19, p. 95-110, novembro, 2002.

12. APÊNCIDE 1

ENTREVISTA GESTORES MUNICIPAIS

Roteiro de entrevista

Data:

Hora:

Local:

Parte I:

I – Dados Pessoais:

Nome:

Instituição/Departamento:

Função/cargo:

Tempo de atuação no cargo:

Tempo de atuação na área do esporte e lazer:

II – Formação Acadêmica:

Ensino Superior: () sim () não

Se sim, qual curso:

Pós Graduação: () sim () não

Se sim, qual curso:

Parte II:

A) Atuação:

- 1) Como foi sua entrada na gestão do esporte e lazer de sua cidade?
- 2) Desde quando está alocado na presente secretaria?

- 3) Há uma secretaria única para o Esporte e Lazer? Caso não, em qual secretaria o esporte e lazer está alocado?
- 4) Qual seu histórico de atuação com o esporte e lazer?

B) Contexto:

- 5) Como é realizada a escolha do tipo de política pública implementada em seu município?
- 6) Qual é a participação da população nesse processo de escolha?
- 7) Foi considerado as características culturais local para a escolha das políticas de esporte e lazer implementadas? Caso sim, quais as características?
- 8) Quantas pessoas são beneficiadas com as políticas públicas existentes? As políticas públicas atingem diferentes públicos? Homens, mulheres, crianças, idosos, etc. Qual a proporcionalidade?
- 9) Qual o seu papel como gestor municipal perante o esporte e lazer?

C) Implementação:

- 10) Há Políticas Públicas de Esporte e Lazer no município? Se sim, quais? Estão sendo executadas?
- 11) Há projetos e/ou programas sendo executadas no município? Quais?
- 12) Quais as principais fontes de recursos para a área do esporte e lazer?

D) Avaliação:

- 13) Há instrumentos de controle e acompanhamento das Políticas Públicas de Esporte e Lazer que estão sendo executadas pelo seu município? Se sim, quais?
- 14) Como você avalia o esporte e lazer na sua cidade?

E) Outras questões:

- 15) Comentários do entrevistado.
- 16)

13. APÊNDICE 2

CALENDÁRIO DE EVENTOS ESPORTIVOS REGIONAIS – 2019			
MÊS	COMPETIÇÃO	CATEGORIA	LOCAL/ DATA
Janeiro	Interseleções de Futebol de Arcaia	Principal	Praia das Tunas – Restinga Seca 26.01.19
Fevereiro	Interseleções Futebol de Campo	Sub 23	Estádio do Grêmio Esportivo Elite Agudo – 10.02.19
Março	Interseleções de Futebol de Campo	Veteranos 36	Estádio Municipal de Dona Francisca – 10.03.19
	Interseleções de Futebol de Campo	Principal	Estádio Municipal de Faxinal do Soturno – 24.03.19
	Interseleções Futsal Feminino	Livre	Ginásio Municipal de Pinhal Grande – 16.03.19 ou 17.03.19
	Torneio Internacional de Bocha “Trio”	Livre	Clube Cruzeiro – Faxinal do Soturno – 29.03.19 a 31.03.19
	Interseleções de Futebol de Campo	Veterano 50	Campo da SER São Miguel Restinga Seca 31.03.19
Abril	Interseleções de Futsal	Feminino	Ginásio Municipal de Restinga Seca 07.04.19
	Copa dos Campeões de Fut de Campo	Livre	Estádio Municipal de Formigueiro – ??/ 04
	Copa Tiradentes de Futsal	Categorias de Base	Ginásio Municipal de Pinhal Grande – 21.04.19
	Interseleções de Futebol de Campo Copa dos Campeões Regionais de Futsal (clubes)	Veteranos 40 Principal	Atlético Clube Avenida Agudo 28.04.19 Ginásio Municipal Pinhal Grande – 01.05.18
Maio	Interseleções de Bocha de Trios (dois) “Semana do Município”	Principal	Canchas da Bochas de Ivorá – 04.05.19
	Interseleções de Futebol de Campo “Semana do Município”	Sub 17	Estádio Municipal de Ivorá – 05.05.19
Junho	Interseleções de Futsal	Feminino	Silveira Martins – 25.05.19
	Interseleções de Bocha Trio	Feminino	Ivorá –
Julho	Interseleções Futebol Campo “Troféu Keko Brundani”	Veterano 44	São João do Polêsine – ??/06
	Torneio Interseleções de bocha de Trios (dois)	Livre	Dona Francisca – 13.07.19
	Interseleções de Futsal	Feminino	Dona Francisca – 13.07.19
	Interseleções de Bocha de Trio “O Colono”	Livre	Agudo – 20.07.19
	Interseleções de Bocha de Trios -Dois	Livre	Nova Palma – 27.07.19
	Interseleções Erni Rohde – Futsal Masculino	Principal	Ginásio de Esportes Romano Cantarelli Restinga Seca – 04.08.19

	Taça Estudantil 4ª Colônia	Estudantil	Silveira Martins – 30.08.19
Setembro	Torneio de Escolinhas Futsal	Sub 12	Ginásio Municipal – Faxinal do Soturno – 14.09.18
	3ª Copa Padre Senito Durigon de Futebol 7	Veterano 45	Pinhal Grande – Semana da Pátria – 01/09/19
	Interseleções de Bocha “Troféu Nenê Roggia”	Livre	Faxinal do Soturno – 21.09.19
Outubro	Olimpiada Rural Regional	Livre	Agudo – 05.10.19
	Interseleções de Futsal	Livre	Ginásio Municipal – Formigueiro – 06.10.19
	Interseleções de Futebol de Campo	Sub 18	Estádio Municipal de Dona Francisca 12.10.19
Novembro	Interseleções de Futebol de Campo	Juniiores	Nova Palma – 15.11.19
Dezembro	Interseleções Futsal	Feminino	Ginásio Municipal de Agudo – 01.12.19 ou 07/12/2019 – Sábado
	Torneio Interseleções Robert Dalla Nora de Futebol de Campo	Sub 15	Estádio Municipal de Nova Palma – 08.12.19
	Interseleções Vôlei Masc. e Fem	Livre	Restinga Seca – 15.12.19

Agudo, 10 de Janeiro de 2019.

Contatos:

Eduardo Garlet (Faxinal do Soturno): (55) 99682-6482 / e-mail: eduardo.garlet@faxinaldosoturno.rs.gov.br

Badi (Dona Francisca): (55) 996509470 e-mail: cultura.pmdf@gmail.com 937262664 - Cxt

Jefo (Nova Palma): (55) 999728360/ e-mail: gabinete@novapalma.rs.gov.br

Rudinei (Agudo): (55)99917-5299/e-mail: rudineidallazarte@hotmail.com

Leandro Friedrich (Agudo): (55) 999937869 /e-mail: leandrodeagudo@gmail.com

Ezequiel (Pinhal Grande): (55) 99665-6998/ e-mail: piccinza@hotmail.com

Giuliano (Silveira Martins): (55) 99684-0278/ e-mail: giugasparetto@hotmail.com turismo@silveiramartins.rs.gov.br

Tiago (Ivorá): 98411-0333/ e-mail: esporteprefeituraivorá@gmail.com

João (Formigueiro): (55) 99914-6303/ e-mail: joaoesportesf@hotmail.com educacao.prefeitura@formigueiro.rs.gov.br

Henrique (Restinga Seca): (55) 99129-0300/ e-mail: rittervitor331@gmail.com esportes@restingaseca.rs.gov.br

Victor (Polêsine): (55) 99690-0742 / e-mail: polusinecmd@email.com

Próxima reunião dia 10.01.2020 às 14 horas em Agudo.

14. APÊNDICE 3

MARÇO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
01 a 04	Governo Municipal	9º Carnaval de areia	Praia das Tumas	23h
02	CTG Passo da Porteira	Jantar fandango em comemoração ao aniversário de Restinga Sêca	CTG Passo da Porteira	20h
03	Grupo de Convivência Dançar e Viver	Baile da 3ª Idade	CTG Estância do Mirim	13h30min
10	Al Kaneco	Torneio de Futsal Feminino	Ginásio Romano Cantarelli	Início às 09h
13	SEBRAE e Governo Municipal	Palestra "Oficina para o MEI"	Câmara de Vereadores	19h
16	Patronagem CTG Pedro Pinheiro	Jantar em alusão ao aniversário do CTG	CTG Pedro Pinheiro	20h
17	Governo Municipal e Club Centro Gaúcho de Ferromodelismo	Inauguração da Reforma da Estação e 1º Encontro de Ferromodelismo	Estação Ferroviária	10h
17	Rotary Club	9º Almoço das Massas, parceria com a Ação Social Paroquial	CASEB	11h30min
17	Associação de Bandas	Domingueira Festiva em alusão aos 60 anos do	Várzea dos Cunha	14h

		Município e abertura da colheita do fumo		
19 a 22	Governo Municipal	"Caminhando pelas Cores do Arco-íris"	Biblioteca Pública Municipal Padre Gabriel Bolzan	Manhã: 9h Tarde: 14h
22	Governo Municipal	Inauguração da rede d' água Colônia Borges, Comunidade de Saúde e Passo da Barca	Colônia Borges - Comunidade de Saúde	19h30min
23	GDFA Jugendfreund, Paróquia São Miguel e Governo Municipal	5ª Encontro das Danças Típicas Alemãs	Centro de Eventos	20h
25	Governo Municipal	Show com a Banda "Indústria Musical" em comemoração aos 60 anos do Município	Centro de Eventos	19h30min
26	Governo Municipal	Inauguração das academias ao ar livre	Bairro São Luiz Centro de Eventos	17h30min 18h
27	Escolinha Prof. Protógenes	Apresentação Recital	Igreja São Paulo	20h

28	Governo Municipal	Inauguração da obra "Revitalização da Praça Astrogildo de Moraes"	Praça Astrogildo de Moraes	18h
28	AMCENTRO	Encontro FAMURS pelo Rio Grande/Prêmio Boas Práticas na Gestão Municipal	Faculdade Antonio Meneghetti - Campus Estrada Recanto Macstro n ^o 338	9h
29	ACI/CDL	Bingo Premiado	Centro de Eventos	19h
30	Câmara de Vereadores	Jantar Solene	CTG Os Vaqueanos	20h
30	Governo Municipal	Torneio Futebol de Campo - Copa dos Campeões Municipais	Campo São Miguel	13h30min
31	Governo Municipal e LIRVOBOL	Torneio Masculino de vôlei de quadra e torneio feminino de vôlei de areia	Ginásio Romano Cantarelli	09h
31	SMICTCDL e LIRF	Torneio interseloções de futebol de campo - veteranos - 50 anos São Miguel	São Miguel	09h

ABRIL

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
05	Rotary Club E Escolinha de Futsal Club Secco	Bingo Beneficente	Ginásio Romano Cantarelli	19h30min
06	CTG Os Vaqueanos	Posse da Patronagem	CTG Os Vaqueanos	20h30min
07	SMICTCDL e LIRF	Torneio Interseleções de Futsal feminino	Ginásio Romano Cantarelli	09h
07	APAE	II Chá de Inclusão com desfile de modas	Salão Evangélico	15h
13	Igreja Pentecostal Palavra Viva	Culto em homenagem aos 18 anos da Igreja Pentecostal Palavra Viva	Igreja Pentecostal Palavra Viva	20h
13	Governo Municipal	1ª Restinga Beer Tap	Centro de Eventos	10h
14	DTG Nossa Senhora Aparecida	Risoto	CELIMI	11h30min
14	DTG Nossa Senhora Aparecida	Domingueira de Páscoa	S. C. SECCO	14h
26	Lions Clube	Feira de Saúde	Praça Central	Manhã
27	AABB	Jogos Regionais das AABBs com várias modalidades esportivas, como futebol minicampo (4 categorias), futsal masculino/feminino,	Sede AABB Restinga Sêca	

		vôlei de areia (3 categorias), futevôlei, sinuca, bocha trio e futebol game FIFA 19.		
--	--	--	--	--

MAIO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
01	Restinguense	Torneio em alusão ao aniversário do Restinguense	Centro de Eventos	08h Com alvorada festiva
05	Associação de Três Vendas	Festa de Santo Isidoro	Três Vendas	
05	DTG Nossa Senhora Aparecida	Risoto	S. C. Secco	11h30min
10	S. C. Secco	Bingo	Ginásio Romano Cantarelli	19h
11	CTG Pedro Pinheiro	Jantar baile alusivo ao dia das mães	CTG Pedro Pinheiro	20h
18	CTG Os Vaqueanos	Encontro Cultural de Prendas e Poões	CTG Os Vaqueanos	14h
19	Associação de Vila Rosa	Tradicional Festa de Vila Rosa	Vila Rosa	10h
26	Comunidade de Santa Lúcia	Festa da Comunidade	Santa Lúcia	Todo dia

26	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de São José	Bom Retiro	Todo dia
26	Grupo da 3ª Idade Amor a Vida	Baile	CTG Estância do Mirim	13h30min
26	ACI		Centro de Eventos	

JUNHO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
01	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Jantar da comunidade	Aparecida	
01	CTG Estância do Mirim	Jantar Baile	Sede do CTG	20h
08	Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo	I Jantar Baile	CTG Estância do Mirim	
09	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa Sagrado Coração de Jesus	"Cidade"	
15	CTG Os Vaqueanos	Jantar das Massas	CTG Os Vaqueanos	20h30min
16	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de Santo Antônio	Podregulho	

16		Festa de Santo Antônio	Santuário	
22	DTG Nossa Senhora Aparecida	Entrevero Invernadas	S.C. Secco	19h30min
23	IECLB	Culto e almoço de Ação de Graças	Salão da IECLB	10h
23	Grupo 3 ^ª Idade "Idade Feliz"	Baile	Salão da Igreja Nossa Senhora de Lurdes - Beirado	13h30min
29	<i>C</i> E. C. Vila Rosa	Jantar	Vila Rosa	19h
30	<i>C</i> E. C. Vila Rosa	Torneio em alusão ao 60 ^º aniversário do E. C. Vila Rosa	Vila Rosa	13h30min
30	<i>C</i> CTG Passo da Porteira	Rodeio de inverno		
30	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de São Pedro	Colônia Borges	

JULHO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
06	CTG Os Vaqueanos	Entrevero de Invernadas	CTG Os vaqueanos	20h
VAI TROCAR A DATA <i>C</i>	Rotary Club	1 ^ª Copa Rotary de	Ginásio Romano	

		Futsal	Cantarelli	
14	Prefeitura Municipal e Rádio e Jornal Integração	23ª Festa do Colono e Motorista	Centro de Eventos	9h
14	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de Nossa Senhora da Glória	Rincão da Glória	
14	DIG Nossa Senhora Aparecida	Risoto	S. C. Secco	11h30min
20	DIG Nossa Senhora Aparecida	I Festa Julina	CELIMI	14h
21		Baile com o Grupo Novo Horizonte		
21	Associação Cultural Alemã - ACARES	Colono e Motorista	Vila Rosa	09:30 Celebração no Monumento e 12h almoço na Comunidade de São Miguel
25	Rotary Club	Campanha Doação de Sangue	Henocentro	08h
28	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa Santana	Bcirado	
28	Grupo 3ª Idade Dançar e Viver	Baile	CTG Estância do Mirim	13h30min

AGOSTO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
04 C	SMICTODL e LIRF	Torneio Interseleções de Futsal Masculino	Ginásio Romano Cantarelli	09h
04	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de São Paulo	Comunidade São Paulo	Missa às 10h Almoço 12h Baile à tarde
10	CTG Os Vaqueanos	Jantar dos Bifes	CTG Os Vaqueanos	
10	CTG Passo da Porteira	Jantar Fandango	CTG Passo da Porteira	
17	Associação Três Vendas	Jantar Italiano	Três Vendas	
18	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de São Roque	Colônia Diniz	
24	DTG Nossa Senhora Aparecida	Jantar em comemoração ao aniversário do DTG	S. C. Secco	19:30
24	APAE	Jantar- semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla	Salão Paroquial (CASEB)	20h

SETEMBRO

DATA	ORGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
1a7	SMTCTCDL	Semana da Pátria	Praça domingos Mostardeiro	
06 Não está na lista de eventos	CTG Os Vaqueanos	Jantar Baile	CTG Os Vaqueanos	
06	Loja Maçônica Fraternidade VI	XIV Jantar do Marroco de Pequim	CASEB	
07 ✓	Associação de Três Vendas	Torneio de Bochas	Três Vendas	
12-20	SICTCUL	Semana Farroupilha		
19	CTG Estância do Mirim	Jantar Baile	Sede do CTG	20:00h
20 Não está na lista de eventos	CTG Os Vaqueanos	Baile de encerramento	CTG Os Vaqueanos	
21	S. C. Secco	Jantar	Sede S. C. Secco	
21	CTG Laço da Amizade	Jantar Baile	CTG Laço da Amizade	
22 ✓	S. C. Secco	Torneio de Aniversário	Estádio Centro de Eventos	13:30
28	Associação Cultural Italiana	Jantar da Associação Italiana	CASEB	20h
29	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de São Miguel	São Miguel	

CTG Pedro Pinheiro e Os Vaqueanos: Irão decidir a data do jantar baile referente à Semana Farroupilha. Ambos haviam escolhido 14/09.

OUTUBRO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
05	CTG Os Vaqueanos	Encontro Cultural de Prendas e Feões	CTG Os Vaqueanos	14h
06	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa Santa Terezinha	Silêncio	
11, 12 e 13		4ª ExpoRestinga		
12	DTG Nossa Senhora Aparecida	Jantar Padroeira da Entidade	S. C. Secco	19:30
13	Paróquia sagrado Coração de Jesus	Festa de Nossa Senhora Aparecida	Aparecida	
13		Festa de Nossa Senhora Aparecida	Santuário	
20	IECLB	Festa do Matinho	Salão da IECLB	
28 e 29 ✓	CTG Os Vaqueanos	Inter-regional	Santo Ângelo	

NOVEMBRO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
03 À CONFIRMAR ✓	CTG Pedro Pinheiro	Rodeio	Sede Campestre do CTG	

09	CTG Os Vaqueanos	Jantar baile em comemoração ao aniversário do CTG	CTG Os Vaqueanos	20:30
10	DTG Nossa Senhora Aparecida	Risoto	S. C. Secco	11:30
10	SMICTODL e LIRVOBOL	Torneio de vôlei de quadra feminino e vôlei de areia masculino	Ginásio Romano Cantarelli	09h
10	ACARES	Baile da 3ª Idade, dentro da Colonização Santo Ângelo		
24	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de Nossa Senhora da Saúde	Colônia Borges	
30	Rotary Club	Doação de Sangue	Posto de Saúde Central	Das 8 às 16h

DEZEMBRO

DATA	ÓRGÃO PROMOTOR	EVENTO	LOCAL	HORA
04	Rotary Club	II PERNADA Esportiva em homenagem aos 41 anos da Rádio	AABB	18h

		Integração		
07	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e 25 anos da ordenação do Pe. Jair	"Cidade"	
08	DTG Nossa Senhora Aparecida	Risoto	S. C. Secco	11:30
14	Rotary Club em parceria com o Hospital de Caridade São Francisco	I Baile do Chopp Beneficente	Centro de Eventos	23h
15	SMICTCDL e LITRVOBOL	Torneio Regional de Vôlei	Ginásio Romano Cantarelli	
21		Jantar baile	Santuário	
21	DTG Nossa Senhora Aparecida	II Natal Solidário	---	17h
21	Rotary Club	Natal Solidário	Casa do Idoso Marino Lovatto	14h
22	Não está na lista de eventos	Culto de Natal e Caminhada Luminosa		20:30